

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FABIANA LEMOS SANT' ANA

REFÚGIO E RACISMOS:
Os Desafios dos Congolese na Cidade do Rio de Janeiro (RJ)

JUIZ DE FORA (MG)

2020

FABIANA LEMOS SANT' ANA

REFÚGIO E RACISMOS:

Os Desafios dos Congolese na Cidade do Rio de Janeiro (RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: produção, processos e dinâmicas socioespaciais e ambientais

Orientadora:
Prof^ª Dr^ª Maria Lúcia Pires Menezes

Juiz de Fora (MG)

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sant' Ana, Fabiana Lemos.

REFÚGIO E RACISMOS : Os Desafios dos Congolese na Cidade do Rio De Janeiro (RJ) /Fabiana Lemos Sant' Ana. -- 2020.
155 p. : il.

Orientadora: Maria Lúcia Pires Menezes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Refúgio. 2. Congolese. 3. Colonização. 4. Raça. I. Menezes, Maria Lúcia Pires , orient. II. Título.

FABIANA LEMOS SANT' ANA

REFÚGIO E RACISMOS:

Os Desafios dos Congolese na Cidade do Rio De Janeiro (RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: produção, processos e dinâmicas socioespaciais e ambientais.

Aprovada em 29 de setembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Pires Menezes – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof^ª. Dr^ª. Lorena Francisco de Souza – Universidade Estadual de Goiás (UEG)

AGRADECIMENTOS

À ancestralidade, que lutou para que eu estivesse aqui. Que eu possa honrá-los!

Aos meus pais, João e Marcia, e minha irmã Adriana, pelo apoio em todos os momentos. Sem vocês eu não chegaria até aqui.

Aos congoleses, pela inspiração e enorme contribuição para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus amigos (não citarei nomes, pois são muitos), pela companhia e apoio, cada a seu jeitinho. Vocês são maravilhosos.

À minha orientadora, Maria Lúcia, pela confiança e carinho.

Aos espaços de acolhimento e muito aprendizado: Comissão de Relações Raciais na Psicologia (CRP-MG Subsede Sudeste), Curso de África e Diáspora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Laboratório de Territorialidades Urbano-Regionais (LATUR UFJF). Nesses espaços ganhei amigos e irmãos.

À Universidade Federal de Juiz de Fora pelo financiamento da pesquisa.

*O amor é a bandeira
Meu refúgio é minha paz
Se eu cruzei essa fronteira
Parti sem olhar para trás
As estrelas como guia
Na esperança de chegar
Tempestade ou calmaria
Onde o vento me levar*

*Onde o vento me levar
Carrego África
Eu vou com África
Eu levo África
África no coração*

(Trecho da Música “O Refúgio na Arte” do MCLZ da Congolândia).

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo geral compreender os principais desafios enfrentados pelos refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro, tanto na chegada quanto durante a permanência. De forma específica, analisa como as políticas brasileiras, instituições de apoio e sociedade atuam na recepção, acolhimento e integração dos refugiados nesse recorte, levando-se em consideração a questão étnico-racial. Portanto, os sujeitos-objetos dessa pesquisa são os refugiados negros oriundos da República Democrática do Congo que chegam à cidade do Rio de Janeiro nos anos recentes. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com os próprios congolese e com as instituições voltadas aos seus acolhimentos e acompanhamentos, dos trabalhos de campo nos territórios, de participações em eventos acadêmicos e de integração, do acompanhamento de notícias e das inúmeras leituras efetuadas ao longo deste trabalho, foi possível conhecermos um pouco desse universo. O caminho percorrido passou pelo estudo de leis, conceitos, teorias e de um breve panorama da migração e do refúgio no Brasil e no mundo. A pesquisa revela o histórico de um país que tem na negligência de sua população negra uma de suas marcas, mas que, contraditoriamente, e a princípio, não impõe restrições à entrada de refugiados negros de outras nacionalidades em seu território. A língua, a burocracia e demora para se conseguir documentação e a baixa inserção no mercado de trabalho são os principais desafios apontados pelos congolese e instituições envolvidos. A observação a fundo nos leva a interpretar o refúgio como consequência, no caso do continente africano, dos longos processos coloniais e neocoloniais que não se cessaram.

Palavras-chave: Refúgio, Congolese, Colonização, Raça.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the main challenges that Congolese refugees face on arriving and during their stay in the Rio de Janeiro city. Specifically, it analyzes the role of Brazilian policies, support institutions and society as a whole in receiving, welcoming and integrating refugees in this context, taking into account the ethnic-racial issue. Therefore, the subject-objects of this research are black refugees from the Democratic Republic of Congo who have arrived in the city of Rio de Janeiro in recent years. From semi-structured interviews carried out with the Congolese themselves and with institutions dedicated to their welcoming and accompaniment, fieldwork in the territories, participation in academic and integration events, news follow-up and the countless readings carried out throughout this work, it was possible to know a little about this universe. The path followed went through the study of laws, concepts, theories and a brief overview of migration and refuge in Brazil and all over the world. The research reveals the history of a country that has one of its marks in the neglect of its black population, but which, contradictorily, and at first, does not impose restrictions on the entry of black refugees of other nationalities into its territory. The language, the bureaucracy and the delay in obtaining documentation, and the low insertion in the job market are the main challenges pointed out by the Congolese and institutions involved. In-depth observation leads to an interpretation of refugees as a consequence, in the case of the African continent, of the long colonial and neocolonial processes that have not already ceased.

Keywords: Refuge, Congolese, Colonization, Race.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Refugiados no mundo	37
Figura 2 – A República Democrática do Congo	46
Gráfico 1 – Solicitações e reconhecimentos de refúgio no Brasil em 2017.....	38
Gráfico 2 – Reconhecimento de refúgio no Brasil por país em 2017.....	39
Gráfico 3 – Faixa etária	39
Gráfico 4 – Perfil por gênero	40
Quadro 1 – Atribuições das instituições envolvidas na questão migratória brasileira.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFDL	Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo
ANUAR	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
ASPV	Associação São Vicente de Paulo
CARJ	Cáritas Rio de Janeiro
CEIPARM	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e
CEPRI	Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes
CIC	Conselho de Imigração e Colonização
CNDP	Congresso Nacional para a Defesa do Povo Migrante
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DECRADI	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância
DPs	Deslocados de Guerra
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
FDLR	Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
M23	Movimento 23
MEI	Microempreendedor Individual
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MNU	Movimento Negro Unificado
MONUC	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo
NIEM	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIR	Organização Internacional para Refugiados
ONGs	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PARES	Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio
PF	Polícia Federal
RCD	Reagrupamento Congolês para a Democracia
RDC	República Democrática do Congo
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
SDSDH	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEN	Teatro Experimental do Negro
TI	Tecnologia da Informação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPC	União dos Patriotas Congolese

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E REFÚGIO. TEORIAS E CONCEITOS	29
1.1 DEFINIÇÕES, CONCEITOS, LEIS E MECANISMOS DE APOIO AOS MIGRANTES REFUGIADOS	29
1.2 BREVE PANORAMA DO REFÚGIO NO BRASIL E NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	36
1.3 TEORIAS MIGRATÓRIAS	42
1.4 AS TEORIAS MIGRATÓRIAS E O CONTINENTE AFRICANO	44
2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: UM HISTÓRICO DE COLONIZAÇÃO E CONFLITOS	53
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	55
2.1.1 Período pré-colonial	55
2.1.2 Período colonial	58
2.1.3 A descolonização	64
2.2 CONFLITOS TERRITORIAIS INTERNOS RECENTES	70
3 BRASIL, IMIGRAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL: PARAÍSO DAS RAÇAS, PAÍS ACOLHEDOR?	80
3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL BRASILEIRA PELO OLHAR DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	81
3.2 QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: DIREITO À CIDADANIA E EXCLUSÃO DO NEGRO	90

4	ESTUDO DE CASO: REFUGIADOS CONGOLESES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	100
4.1	EM CAMPO: ENTREVISTAS, RELATOS E VISITAS. NOTAS SOBRE O REFÚGIO NO RIO DE JANEIRO	101
4.1.1	Instituições e seus ofícios nessa trajetória	101
4.1.1.1	A Cáritas	102
4.1.1.2	O CEPRI - Casa de Rui Barbosa	107
4.1.1.3	O CEIPARM	109
4.1.2	Refugiados congolezes no Rio de Janeiro: trajetórias	114
4.1.2.1	Dadá	115
4.1.2.2	Nathalie	120
4.1.2.3	Yves	125
4.1.2.4	Graça	128
4.1.3	Em campo: algumas cenas	132
4.1.3.1	As feiras	132
4.1.3.2	Copa dos Refugiados e Imigrantes no Brasil	133
4.1.3.3	Evento Toti	134
4.1.3.4	Evento: Refugiados - Diversidade impulsionando negócios	136
4.1.3.5	Territórios comunitários	138
4.1.4	Notas finais de campo	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

INTRODUÇÃO

Iniciando a caminhada nesse projeto, não imaginávamos o quanto essa investida traria crescimento, não só em uma perspectiva acadêmica, mas, também pessoal. Foi um ajuntamento de conhecimentos, emoções e muita inspiração para chegarmos ao fim dessa etapa. A condição de negra, mulher e periférica fez com que muita coisa do que vimos, ouvimos e vivemos ultrapassasse a relação pesquisa - pesquisadora - pesquisadas (os). Cada conhecimento adquirido é passível de ser aplicado de forma íntima diariamente.

Estudar um país do continente africano, a República Democrática do Congo, veio ao encontro de algo que faltava, um vazio, qual seja, a falta de conhecimento sobre a nossa própria história, lamentável realidade do negro no Brasil. Não por acaso foi necessária a criação de um marco legal (lei nº 10.639/2003 e lei nº 11.645/2008) para o ensino de história afro-brasileira e indígena, já que o ensino básico ignorou tal assunto, mesmo com a proporção da população brasileira ser composta de maioria não-branca.

Esse inquietamento é anterior à nossa trajetória acadêmica; não sabemos sequer elencar um elemento específico que nos despertou a seguir, pois tudo confluiu para que chegássemos até aqui. O mestrado permitiu essa aproximação com mais afincamento e seriedade. Para começar, já no início da pesquisa, conhecemos pessoas incríveis que nos estimularam a pensar criticamente e repensar além, sair da zona de conforto, das teorias vazias de significado, das histórias rasas contadas até então. Amigos, militância, professores, de várias partes, trouxeram grandes inspirações e inquietações que não cessam, ao contrário, são motores para continuar. Nos trabalhos de campo, nos vários questionamentos que se multiplicavam, novas pessoas, instituições, tantos desafios, quanta coisa para dizer, ver, ouvir, sentir!

Estudar refúgio e racismo tem sido um desafio, pois significa falar da junção de dois fenômenos complexos e muito atuais, os quais comportam uma série de teorias, linhas de pensamentos e, principalmente, de processos que estão em seus auge. Em decorrência de vários fatores o número de deslocamentos no mundo nos últimos anos se multiplicou de forma drástica. Os estudos para a resolução de tal fenômeno, que variam desde a busca pelo melhor acolhimento até tentativas de controle praticadas pelos Estados, estão atualmente focados em políticas nacionais e internacionais visando a redução do enorme número de deslocamentos. Nunca se ergueu tantas fronteiras controladas como nos últimos anos! Trata-se de um problema mundial.

Já sobre a questão racial, o cerne do debate está em torno da multiplicidade cultural e a necessidade de um pensamento não-homogeneizado, como por um longo tempo foi pensado. Se por um lado a globalização difundiu possibilidades e relações em escala mundial, por outro, trouxe à tona as diferenças e particularidades de cada lugar, isto é, a diversidade cultural, política, econômica, de pensamento, etc. Nessa perspectiva, é contraditório que estudamos o refúgio de uma população emigrante de um país do continente africano para um país latino-americano do ponto de vista teórico eurocentrado, pois a compreensão desse fenômeno aponta fortemente para uma necessidade de envolver fatores produzidos pelos processos coloniais nos últimos séculos do lado de quem os sofreram.

Estamos estudando uma cultura africana, aprendendo histórias de reis, línguas, territórios, religiões... isso é um conhecimento que nos permite ir muito além da dissertação, nos propicia levar outra geografia para dentro da sala de aula, em um Brasil em que a maioria da população entende África como um país, em um país que foi necessário criar, em pleno século XXI, uma lei que obrigasse o ensino da cultura africana e indígena, tamanha a negligência. Os movimentos migratórios são, efetivamente, movimentos geográficos, afinal, envolve a produção do espaço em suas várias dimensões: populacional, urbana, agrária, uma *grafia* que redesenhada constantemente o mapa-múndi. O país foi construído a partir das migrações externas e internas. Direta ou indiretamente, esse assunto está presente na ciência geográfica.

Já não podemos dizer o mesmo em relação à questão racial. Durante todo o curso de graduação em geografia o qual concluímos, por exemplo, pouco se viu a racialização de qualquer assunto nas disciplinas, mesmo que os responsáveis pela formulação do currículo estivessem conscientes que por trás das lutas de classe, exista uma cor bastante definida em meio aos enfrentamentos da própria produção do espaço. Milton Santos (2012, 2014) e Andreilino Campos (2012) já alertavam isso, e atualmente vários outros geógrafos brasileiros tem se debruçado no assunto a fim de incluí-lo com mais seriedade dentro ciência geográfica. Se o debate é a construção do país a partir das migrações, racializar esses movimentos torna-se fundamental e deveria, efetivamente, ser o primeiro passo. A partir de uma breve pesquisa já é possível concluir que o racismo esteve como linha de frente na construção do Brasil como território (leia-se massacre indígena e escravidão).

Sobre a nossa trajetória pessoal na pesquisa, o estudo da temática envolvendo as categorias *migração, refúgio e raça* iniciou-se quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual teve por objetivo compreender os meandros da imigração

haitiana para o Brasil. A partir daí, passamos a perceber que, muito além das teorias migratórias — as quais frequentemente associam a necessidade de migrar a acontecimentos específicos, como no caso do terremoto em 2010 —, os fatores podem estar ligados à questões muito mais profundas. A presente dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora é o desdobramento desse trabalho realizado ainda na graduação, intitulado “Imigração haitiana no Brasil contemporâneo”. Embora com diferenças tanto no recorte quanto nas abordagens, fomos fortalecidos e inspirados a continuar nessa linha.

Ao iniciar a pesquisa na graduação, tínhamos pouco conhecimento dos desafios, surpresas e aprendizados que estavam por vir. Conhecer a história do Haiti e da questão migratória no Brasil despertou-nos outras perspectivas que até então estavam adormecidas. Trouxe paixão, angústia e, sobretudo, a necessidade da busca crescente pelo conhecimento. Estamos referindo às histórias de resistência, as quais nos fazem refletir sobre *o que é ser negro*, tanto no Brasil como no mundo, conhecimento que até então não tínhamos. Na medida em que ficávamos mais motivados, também despertávamos para as aproximações com a nossa própria história. Quando começamos a estudar a história do Haiti, não podíamos imaginar tudo o que ela representa. Acompanhar as informações, até agora e para depois dessa pesquisa, nos traz novas inspirações e sempre nos dá pelo menos mais um detalhe para refletirmos sobre como o mundo funciona em favor de interesses específicos.

Por que tais apontamentos? Até o final da graduação, não conhecíamos a história haitiana; sabíamos somente que a existência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e o terremoto ocorrido em 2010 intensificaram as migrações para o Brasil. No início da elaboração do TCC, tínhamos um conhecimento prévio muito incipiente: um pequeno país da América Central com população majoritariamente negra, a qual, devastada por um desastre natural, emigrava para diversos destinos, aumentando as diásporas pelo mundo. E um desses destinos foi o Brasil. Estávamos descobrindo a história da primeira república negra do mundo, da primeira nação a abolir a escravidão e se tornar independente do império colonial. História de uma nação que se tornou ameaça a todo um sistema colonial e inspiração para a busca de emancipação de outras colônias. Descobrimos também que nem todas as histórias e heroísmos são contados, ao contrário, são diminuídos e apagados. Descobrimos um mundo de boicotes e restrições que levaram o país à condenação.

Da mesma forma, quando a pesquisa contornava os processos migratórios no Brasil, conhecemos um país que foi concebido pela exploração colonial, genocídio de seu povo nativo, migrações forçadas de populações escravizadas e grande fluxo migratório para o povoamento. A pesquisa trouxe o conhecimento de outras faces desse processo, que por si só denuncia incentivos e exclusões para um projeto de nação racista e genocida desde o início. Era um Trabalho de Conclusão de Curso, mas totalmente revelador de uma história pessoal. Paralelamente, tomávamos o conhecimento de novas histórias, das lutas, de novos autores que pensavam o povo negro, tudo isso nos estimulando a refletir sobre a condição do negro, as estruturas e tradições colonialistas e racistas que carregamos e todas as influências existentes nas diversas relações: políticas, sociais, espaciais, econômicas, dentre outras, nas quais focamos no refúgio.

O projeto inicial apresentado no processo seletivo de mestrado tinha como objetivo compreender o que é ser um refugiado negro na cidade do Rio de Janeiro, uma ex-capital do Brasil que se destaca tanto na história do negro, quanto na recepção de imigrantes de várias outras nacionalidades, portanto, uma mudança em relação ao recorte analítico anterior. Visávamos recorrer as principais instituições de apoio e analisar as políticas públicas direcionadas a esses sujeitos, com a intenção de conhecer a eficácia (ou inexistência dessa) no acolhimento e acompanhamento desse grupo.

Contudo, já no início da pesquisa ficou evidente que o maior número de entradas entre os refugiados negros são os congolezes. O crescimento se intensificou nos últimos anos, chegando a ser o maior grupo de refugiados chegados em todo o estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2016). E tem sido também o maior volume de atendimentos da Cáritas Arquidiocesana do Rio Janeiro, conhecida apenas como Cáritas¹, principal instituição de apoio aos refugiados no Estado, conforme informações extraídas em campo. Mediante esses dados, o objeto da pesquisa foi direcionado para a análise e compreensão da história desse grupo específico, bem como as motivações para tais deslocamentos.

Abriu-se, assim, mais um capítulo de uma história desconhecida, uma história tão vasta e rica a ponto de prescindir uma pesquisa que a analisasse individualmente. Trata-se da história de um grande reino outrora, de inúmeros povos e culturas devastados, primeiro, pelo comércio escravista, posteriormente, pela colonização européia. A República Democrática do Congo (RDC) é diversa e rica, independente da colonização belga em 1960. Por trás da

¹ Com menos frequência, utiliza-se a sigla CARJ.

necessidade de deslocamento de sua população, veremos que, desde 1960, esse país enfrenta graves problemas estruturais, com conflitos armados e governos ditatoriais.

Em paralelo a isso, recordamos que o histórico da formação territorial do Brasil é marcado por grandes ondas migratórias, cada qual com as suas consequências. No século XVI, a invasão portuguesa conduziu a escravização e o genocídio da população nativa, e trouxe para o Brasil um grande contingente de escravos do continente africano. Já o século XIX foi marcado pela migração de europeus e asiáticos livres, com o intuito de substituir a mão de obra escrava e iniciar o processo de povoamento. O resultado foi a exclusão da população negra anteriormente escravizada dos espaços eminentemente e tradicionalmente ocupados por brancos (os de poder, inclusive), bem como a tentativa de branqueamento da população e as restrições migratórias, tudo em nome de um projeto de nação aos moldes europeus considerado civilizado.

Nesse ponto já é possível identificarmos as inquietações que acompanharão esse trabalho. Tanto o Brasil quanto a República Democrática do Congo passaram por processos coloniais, anos de exploração e racismo. A RDC possui uma instabilidade dada por esse processo, que se colocamos em pauta, é muito recente — sua independência da Bélgica possui apenas sessenta anos. Desde então, passa por tentativas de acertos, contradições internas e influências internacionais. Já o Brasil, com um histórico escravista, foi o maior receptor de população escravizada das Américas; inclusive grande parte dessa população veio do Reino do Congo que hoje compreende parte da RDC (BATSÍKAMA, 2012, p. 13). Lamentavelmente, ao longo de sua trajetória, o Brasil esteve pronto a exterminar o negro, e até hoje, o nosso país possui tradições pautadas na escravidão, fazendo com que o negro brasileiro se encontre em constante luta por direitos e cidadania. Daí a primeira questão: como um país que possui um histórico de negligências com sua população negra recebe refugiados negros em seu território?

O processo migratório no Brasil passou por diversas fases. O maior fluxo de entradas se deu entre os anos de 1880 e 1920, seguido por um longo período de restrições, chegando a 1980 com um quadro de mais saídas de brasileiros do que entradas de estrangeiros (LEVY, 1974). Esses processos também estão conectados à questão do negro, pois o maior fluxo de entradas de europeus (os quais passavam por momentos de crise e exclusão nos seus países de origem) “coincidiu” com o fim da escravidão no país em 1888, e ainda, com o longo período de restrições quando da implementação do projeto eugenista, que tomou força no país e limitou a entrada de outras raças. A legislação vigente a cada época é atrelada aos

pensamentos sociais e políticos; por isso, ela constituirá um elemento de nossa análise. Desde leis restritivas a acompanhamentos de acordos internacionais, o Brasil foi se moldando como nação em meio às questões migratórias. Passada algumas décadas, o fluxo de entradas somente se reanimou após os anos de 1990. Mas esse “reflorescimento” possuiu uma direção diferente da anterior, pois as entradas registradas foram de imigrantes oriundos principalmente de países da América Latina e do continente africano, ou seja, uma conexão sul-sul (PATARRA, 2005).

Levando-se em consideração esses pressupostos, o objetivo geral do trabalho é compreender os principais desafios enfrentados pelos refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro, tanto na chegada quanto durante a permanência. De forma específica, analisa como as políticas brasileiras, instituições de apoio e sociedade civil atuam na recepção, acolhimento e integração dos refugiados congolese no Brasil, com atenção à questão étnico-racial. Dentro disso, como objetivos específicos, a pesquisa busca (i) investigar a relação refúgio e raça e os impactos na vida desse grupo; (ii) revelar as motivações de saída do país de origem e as razões por trás da escolha pelo Brasil; (iii) identificar, por fim, quais são os maiores desafios enfrentados do processo da chegada à permanência no país, relacionando com os espaços ocupados por negros na sociedade brasileira.

Historicamente, mas, sobretudo nos dias atuais, os estudos sobre migração são de grande importância. Os fluxos migratórios atravessam fronteiras, modificam dinâmicas econômicas e sociais tanto nos locais de partida, quanto nos locais de chegada. Intensificada pelo fenômeno da globalização, a migração possui causas diversas, de projetos particulares aos de grandes proporções, como os causados por guerras e desastres naturais. Aliada a questão racial, novas especificidades são colocadas em cheque para análise. É um tema dinâmico, transdisciplinar e passível de ser investigado mediante inúmeras singularidades. A temática associa diversas possibilidades de estudos, em diferentes áreas de atuação, como no direito, psicologia, demografia, economia, sociologia, ciências políticas, antropologia, entre outras.

A geografia, particularmente, possui papel fundamental, pois estuda o espaço geográfico, o qual é condição, meio e produto de dinâmicas sociais, a migração uma delas. A mobilidade e suas consequências convergem com conceitos fundamentais da ciência geográfica, a exemplo das redes, território e lugar. O primeiro, rede, por permitir (ou restringir) a mobilidade desses povos, muitas vezes, literalmente, “sem lenço e sem documento”. Além disso, é um dos conceitos que melhor permite uma leitura política do

espaço a partir das diferentes geometrias do poder (MASSEY, 2010): os que estão inseridos na rede, portanto, podem acessar diferentes espaços; aqueles que a controla, e aqueles que são excluídos. O segundo, território, por ser construído, destruído e reconstruído em diferentes escalas espaço-temporais, como nos ensina a tese do mito da desterritorialização de Haesbaert (2005), já que deixando os seus territórios de origem, sob outras bases (e circunstâncias), outro território será construído, daí a des-re-territorialização. O terceiro, lugar, por envolver a face mais subjetiva do refugiado enquanto agente de construção de relações, identidades simbólicas e/ou concretas, de afetividade ou de não pertencimento a um determinado espaço (SOUZA, 2013).

A metodologia adotada para a realização da pesquisa foi sendo construída durante o seu percurso, de acordo com as necessidades e estratégias que surgiam. Fez-se necessário, em um primeiro momento, elucidar as principais categorias, conceitos e definições que permearam a discussão — *migração, imigração, emigração e refúgio* —, bem como apresentar um breve histórico, com apontamentos teóricos e legais no Brasil e no mundo, pertinentes ao trabalho. Em um segundo, apresentaremos uma sistemática contextualização da RDC e da história do negro no Brasil, em conjunto com o debate sobre *raça, racismos e processos coloniais* no Brasil e na África. Finalmente, o trabalho apresentará mais a fundo os seus resultados empíricos.

Dessa forma, a primeira etapa foi o levantamento bibliográfico e delimitação de um arcabouço teórico-conceitual. Correlativamente, foi realizada a pesquisa documental para a identificação das principais leis e instituições brasileiras voltadas aos refugiados. Ainda, o acompanhamento das principais informações veiculadas na mídia nacional e internacional — estas por meio digital — fez parte da rotina de pesquisa nesses últimos dois anos que estivemos no mestrado. A descrição das técnicas utilizadas e dos espaços visitados será exposta nos momentos específicos de apresentação.

Com o intuito de responder a pergunta central deste trabalho — estruturalmente racista, como o Brasil recebe os refugiados congolezes? — investigaremos os principais desafios enfrentados por esse grupo desde a chegada no país. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, ou seja, elaboramos um roteiro básico, porém, flexível, de forma que permitisse a liberdade para explorar o que mais evidenciava a vivência do refugiado aqui. No caso das instituições, procuramos identificar o que elas podiam oferecer de mais relevante a respeito do grupo pesquisado, já que atendem uma infinidade de nacionalidades.

É importante ressaltar que os fluxos migratórios não são homogêneos, mas variam entre si. Além disso, os fluxos podem aumentar e reduzir pelos mais diversos fatores, repercutindo em suas oscilações ao longo do tempo. E com os congoleses não foi diferente. Se em 2017 esse grupo registrava as maiores entradas no Rio de Janeiro, em 2018 apresentou redução, e em 2019, contrafluxo, como demonstram as fontes oficiais apresentadas a seguir. Entre entradas, saídas, perda de protagonismo nas instituições, o grupo que se destacou nesse último período (em termos de entrada) foram os venezuelanos.

O trabalho utiliza e contribui com perspectivas variadas da geografia, as quais ganham relevância a cartografia, demografia, estudos políticos e planejamentos urbano e territorial. Para a sociedade brasileira, constitui um oportuno material para elucidação do assunto, visto que os refugiados, direta ou indiretamente, fazem parte de seu cotidiano, seja na cidade, seja em encontros pessoais, casuais ou em noticiários, tendo aí a possibilidade de novas formas de integração e desconstrução de pensamentos e práticas racistas. Essa é uma importante possibilidade de apresentar aos formuladores de políticas públicas, aos tomadores de decisão e as instituições parceiras e de apoio os principais desafios dos congoleses no território brasileiro. Portanto, em primeiro lugar, esse trabalho tem o potencial de ser um meio de construção e/ou potencialização de políticas públicas eficazes e novas estratégias de inclusão.

Trata-se de um assunto complexo e importante. Na tentativa de se estabelecer uma análise ampliada de questões que envolvem inúmeras particularidades, há o desafio na busca em compreender as nuances que envolvem o refúgio e o negro no Brasil.

O primeiro capítulo busca discutir as principais teorias relacionadas com os fluxos migratórios. Para isso, baseamo-nos principalmente em Sayad (1998), que entende a imigração vista com o complemento de seu duplo, a emigração, numa visão cronológica e epistemológica. Passamos pelos principais conceitos, teorias, histórico e legislação, contextualizando o fenômeno no Brasil e no mundo, com atenção ao refúgio, categoria que possui particularidades e teorias próprias. Nesse capítulo introduziremos o continente africano, especialmente a África Subsaariana, por ter sofrido um longo processo de colonização, apagamento e perda de autonomia, com Estados já desestabilizados desde sua criação, um fator que também influencia nos processos migratórios.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico da RDC, dando continuidade a ideia desenvolvida no capítulo anterior sobre a colonização. Sua formação territorial ocorreu entre 1885 a 1960. Explorado, o país se viu completamente desestruturado após a

descolonização, dando margem para outros tipos de exploração, além de se tornar palco de inúmeros conflitos políticos e ditaduras intermináveis. A RDC sofreu um dos processos mais cruéis de colonização, a carnificina, o espólio, o roubo, ainda presentes na atualidade. O refúgio torna-se, assim, uma das (entre outras) consequências, um dos efeitos de sua sociedade. Também, denuncia um processo não finalizado e a necessidade de análises e buscas de alternativas mais profundas e não apenas emergenciais. O colonialismo será a nossa categoria de análise, inclusive para a compreensão da produção do refúgio na atualidade. Césaire (2010), Fanon (2015, 2018), Lumumba (2018) e Mbembe (2018a, 2018b, 2019a, 2019b) são as referências utilizadas.

O terceiro capítulo tem como objetivo aprofundar um pouco mais a questão racial no Brasil (em conjunto com os movimentos migratórios) nos processos que estiveram ligados à formação territorial, bem como à formação de um pensamento social, e que interferiram diretamente na criação de políticas migratórias e públicas. Como veremos, isso significou seletividade, políticas eugênicas e leis tardias para imigrantes e refugiados. Foi nesse momento também que afirmamos o Brasil como um país racista. Baseada em Gonzalez (2018), Nascimento A. (2016, 2019), Munanga (2003, 2007, 2009, 2019) e Santos M. (2012, 2014), é possível afirmar que o negro no Brasil nunca possuiu uma cidadania completa; pelo contrário, alcançou (e continua a ter) uma cidadania marcada pela exclusão e desigualdade. Seguindo essa linha, procuramos compreender a presença dos refugiados congolese no país.

No quarto e último capítulo a atenção se volta aos solicitantes de refúgio e refugiados congolese no Brasil, aos direitos e deveres que os permitem viver como o cidadão brasileiro em seu cotidiano. Dentre os direitos civis básicos estão a liberdade de pensamento, de deslocamento e de não submissão à tortura e demais tratamentos cruéis e degradantes. Já entre os direitos econômicos, sociais e culturais estão o acesso aos serviços de saúde pública e educação, direito ao trabalho e à liberdade de culto (ACNUR, s.d.). A lei nº 9.474 de 1997 definiu os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados e determinou outras providências, o ACNUR possui uma cartilha que apresenta todos os direitos e deveres dos refugiados, e o Rio de Janeiro é um dos poucos estados brasileiros a formular um plano para esse grupo, o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos (as) Refugiados (as). O plano, definido pelo setor público e privado, instituições e com os próprios refugiados, possui seis eixos temáticos. São eles: documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde, ambiente sociocultural e conscientização para a temática. O trabalho para a compreensão dos desafios parte desses eixos.

Realizamos um total de sete entrevistas com refugiados congolese e representantes das principais instituições apontadas por estes. Com o intuito de conhecermos um pouco mais a imagem e as relações existentes nesses espaços, visitamos alguns locais onde esses se fazem presentes (alguns eventos, como feiras, por exemplo, incluindo os bairros com maior concentração de congolese na capital), o que permitiu compreendermos e interpretarmos melhor as dinâmicas existentes e que se entrecruzam com as principais necessidades.

CAMINHOS DA PESQUISA

Nosso primeiro trabalho de campo foi realizado no mês de julho de 2018. O objetivo inicial era a aproximação com a principal instituição de apoio aos refugiados do estado do Rio de Janeiro, a Cáritas RJ. Depois de contatada via e-mail, fomos até a instituição, sem resposta imediata sobre os procedimentos para iniciarmos a pesquisa dentro daquele espaço. Paralelamente a isso, a partir dos primeiros estudos bibliográficos e análise dos documentos de entradas relacionados a refugiados negros no Rio de Janeiro, observamos que os dois principais grupos de africanos estabelecidos na cidade eram de congolese e angolanos. Selecionamos os congolese em referência aos grupos refugiados conforme o relatório da Cáritas sobre o número de refugiados no Rio de Janeiro², uma vez que os haitianos e senegaleses, por exemplo, embora apresentem grandes entradas no estado, não se encaixam no grupo de refugiados, mas sim de imigrantes. Dessa forma, para os objetivos dessa pesquisa, os refugiados angolanos e congolese seriam os grupos visados como os sujeitos da pesquisa. No entanto, quando seguimos a tríade que nos leva a compreender os processos migratórios desde a necessidade de migrar (emigração-imigração-refúgio), a compreensão histórica para entender tal processo torna-se fundamental. Nesse sentido, a realização de um levantamento histórico distinto sobre os conflitos e a busca pelo refúgio desses dois países, bem como as temporalidades e espacialidades — mesmo que próximas — também distintas desses dois grupos, seria inviável para uma pesquisa de mestrado, o que nos levou a escolher o caso congolês, utilizando como critério as entradas mais recentes.

² Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros_do_refugio_no_rio_de_janeiro_abr_2016.pdf>. Acesso em maio de 2020.

Escolher as entradas mais recentes para essa pesquisa também foi uma estratégia, tendo em vista que os processos migratórios são muito dinâmicos. Tendo como principal motivação a guerra, o refúgio põe em movimento grandes, oscilantes e rotativos fluxos populacionais, suscitando a necessidade de ações práticas rápidas para compreender e controlar a mobilidade. As instituições de apoio ou o Estado se mobilizam para atender as necessidades a partir da especificidade dos grupos que se encontram em maiores fluxos. Conhecer o trabalho das entidades de apoio junto a esses grupos é menos complexo quando essa dinâmica é recente, pois o funcionalismo presente detém mais conhecimento dos casos.

Voltando ao trabalho de campo iniciado no mês de julho de 2018, partimos em busca de localizar onde estariam os principais grupos ou representantes congolese na enorme cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. Através de artigos acadêmicos e notícias em jornais virtuais relacionados ao tema refúgio, obtivemos o conhecimento da existência de uma comunidade localizada no bairro Brás de Pina, e através das redes sociais, conseguimos localizar também uma organização da comunidade na região central da cidade do Rio. Pelo endereço postado na página da comunidade no Facebook, dirigimo-nos para a região próxima à Central do Brasil, onde localizamos o correto endereço. Porém, ao chegarmos lá, constatamos que não havia mais movimentação do grupo neste local. De qualquer forma, essa primeira experiência foi importante, pois conseguimos muitas informações, indicações e nomes para chegarmos até os “africanos”. Nesse mesmo dia conhecemos um dos líderes da comunidade, Dadá, bastante conhecido naquela região central. Nosso contato foi logo trocado para que pudéssemos agendar uma reunião e uma possível entrevista.

É desse modo que a *indicação* constituiu parte do nosso percurso metodológico. Utilizando-se dessa técnica, também conhecida como “Bola de Neve” (*snowball sampling*), através da participação em eventos e conversas informais, descobrimos a comunidade em outras partes (comunidade no singular, pois mesmo em diferentes territórios e lideranças, há uma certa unidade entre todos os congolese no estado), suas instituições de apoio, os principais parceiros e suas lutas diárias.

A aproximação com a Cáritas se tornou difícil, nos levando a adotar novas estratégias. Ressaltamos que essa dificuldade não deve ser tratada como ponto negativo. A principal referência de refúgio no Rio de Janeiro trabalha com um efetivo desproporcional ao grande fluxo de atendimentos aos imigrantes e pesquisadores. Inclusive, a mudança no planejamento nos beneficiou grandemente, uma vez que, ao contatar primeiramente os refugiados (conforme relatado acima), priorizamos não somente a Cáritas, mas todas as

instituições que possuem importância para essa população. Outro ponto positivo foi ter nos possibilitado sair de um nicho de refugiados bastante visados por pesquisadores.

A despeito disso, ser autônoma e solitária (sem intermediários) nesse processo aumentou ainda mais os nossos desafios. Éramos mais uma pesquisadora solicitando entrevista, mais uma desconhecida tentando penetrar aquele mundo. Isso nos incomodou muito, em razão de os refugiados, não só os congolese, estarem saturados do assédio de pesquisadores e jornalistas, e das curiosidades diárias da população ao encontrar um estrangeiro. O incômodo com o chamado objeto de pesquisa, com a própria ideia de “pessoas-objetos”, nos levou a questionarmos constantemente a sua relevância e objetivos. Em campo, entre outras indagações, refletíamos sobre qual era, de fato, o propósito desta pesquisa, como poderíamos contribuir com aquelas pessoas, as quais, mesmo diante de tantas dificuldades, reservaram seu tempo para contar suas histórias de vida.

Em nossas andanças iniciadas em julho e continuada nos meses consecutivos, conhecemos vários refugiados, não somente congolese, como de tantas outras nacionalidades (foi oportuno variar entre pessoas que estavam sempre em foco e outras menos). A partir das histórias de vida, fomos selecionando as pessoas mais representativas para a comunidade. Dadá foi a primeira escolha. Sua representatividade vai além de sua vida pessoal envolvendo a luta comunitária. Como presidente da comunidade na região central, há 17 anos no Brasil, ele tem contribuído em diversos aspectos, seja no apoio emocional, financeiro, formativo, como referência aos antigos e recém chegados membros da comunidade.

Nessa trajetória conhecemos também outro presidente, o Mupapa, esse que já está no Brasil há 24 anos, e que atua mais próximo à comunidade Brás de Pina. Nosso contato se deu em duas ocasiões: na primeira, em uma palestra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); na segunda, quando ele nos convidou a ir até a comunidade para uma reunião na clínica da família. Nessa última tivemos a oportunidade de circularmos no território onde residem centenas de famílias congolese e ter o primeiro contato com a realidade concreta da comunidade refugiada. Não foi possível entrevistar Mupapa formalmente devido aos desencontros de agenda.

Se com Mupapa não foi possível realizar a entrevista, através dele conhecemos Nathalie, sua esposa. Entramos em contato com ela logo após a visita na comunidade, quando marcamos outros encontros. Nathalie também possui um papel importante na comunidade, principalmente entre as mulheres. Por seu intermédio, conseguimos nos aproximar da realidade feminina (uma ação nada trivial). Sublinhamos que a comunidade possui mais

homens do que mulheres, como vimos nos números apresentados. As mulheres também são mais reservadas e muito ocupadas; dificilmente as encontramos nos eventos ou nas ruas das comunidades que visitamos: estão trabalhando, ou em casa, ou em alguma atividade religiosa. As poucas mulheres que conseguimos contato não estavam ainda familiarizadas com o português (conversavam entre elas em lingala³), dificultando a nossa compreensão. O relacionamento com Nathalie foi fundamental para essa pesquisa, pois assim como Dadá, na maioria das vezes ela não falava apenas por si, mas pelo grupo de congolesas que representava.

Ao circular pelos eventos acadêmicos e de integração com a temática refugiados, conhecemos Yves, um jovem congolês de 28 anos bastante ativo, morando no Brasil há 10 anos. Yves está sempre presente nos eventos, é interessado e incentivador do tema, é bastante articulado tanto com os congoleses, quanto com imigrantes de outras nacionalidades, bem como com os brasileiros. Diferencia-se dos demais entrevistados por representar a disposição jovial. Sua facilidade de circulação, a própria forma que se encontra integrado, mostra diferentes aspectos que poderiam se dar exatamente pelas oportunidades, possibilidades e responsabilidades que a juventude proporciona. Depois dos primeiros contatos informais, Yves aceitou participar de uma entrevista, espaço em que ele falou um pouco da comunidade. Ainda, nos acompanhou em campo e teve um papel primordial em nossas reflexões para além da entrevista.

Nossa última selecionada foi Graça. Já mencionamos que a aproximação com as mulheres foi difícil. Nossa intenção foi entrevistar um número maior, entretanto, nenhuma outra se disponibilizou (o motivo é assédio dos pesquisadores, já exposto acima). Faltava-nos tempo hábil e a convivência diária necessária para conquistar a confiança delas. E conhecemos Graça de uma forma bem casual, no seu local de trabalho, quando fomos pedir uma informação em um local público-privado⁴ no Rio de Janeiro. Nesse momento iniciamos uma conversa, falamos de coisas da vida e comentamos que a nossa presença no Rio se devia a uma pesquisa de mestrado em geografia. O sotaque de Graça não negava que ela era estrangeira. Em certo momento do diálogo, ela fez o seguinte comentário: “*vocês brasileiros não conhecem a África, aliás, dizem como se fosse um país!*”. Essa provocação foi feita a uma professora de geografia negra brasileira, que sempre reitera que África não é país, mas

³ Idioma oriundo das línguas bantu, materno do grupo etno-linguístico Bangala. Segundo Tannuri (2010), é a língua falada pela maioria dos refugiados congoleses.

⁴ Não vamos nomear para preservar a identidade da mulher entrevistada.

um continente! Nessas alturas já sabíamos que Graça era africana, mas faltava sabermos qual era o seu país de origem. Antes mesmo de ter perguntado a sua nacionalidade, ela disse: “*sou de um país chamado República Democrática do Congo, você conhece?*” Nossa! Coincidência, sorte, destino, não sabemos... O que sabíamos é que tínhamos acabado de conhecer uma congolesa, que gostava de uma conversa, que chegou no Brasil como refugiada e ainda nos fez aquela provocação tudo a ver com nossa pesquisa. Não hesitamos em passar outras vezes no local de trabalho para conversarmos informalmente; o convite para participar de uma entrevista, o qual ela aceitou de bom grado, se deu após o desenvolvimento de uma relação mais íntima. Graça trouxe algumas particularidades a serem expostas ao longo do capítulo, mas a principal delas é ela trabalhar em uma empresa formal, realidade que não é comum a esse grupo.

De todos os entrevistados nessa pesquisa, Graça foi a única que ainda não havia sido entrevistada por algum pesquisador. Retomamos mais uma vez a séria questão do assédio por parte de pesquisadores, pois esse é uma reclamação da quase totalidade dos congoleses que conversamos (entrevistados ou não). Isso tem feito com que os mesmos criem hábitos, respostas prontas e descrença; muitos relataram o sumiço dos pesquisadores após conseguirem suas entrevistas. Além dessa insatisfação, direta ou indiretamente todos perguntaram o que, de fato, a pesquisa traria de benefício prático a eles. Esses questionamentos se transformaram em grandes inquietações, pois estando em Juiz de Fora, e em tão pouco tempo, ainda se tratando de uma pesquisa acadêmica, o retorno rápido no sentido que eles esperavam como resposta, seria inviável. Os objetivos apresentados e a relevância da pesquisa não convergiam com suas expectativas imediatas. Nesse sentido, a intermediação de uma instituição⁵ que já trabalhasse com refugiados fez muita falta, pois teria facilitado a aproximação e o ganho de confiança. Por outro lado, como mencionamos, ir direto à fonte nos deu possibilidades de conhecer primeiramente o olhar do refugiado, seus desafios enfrentados, informações sobre os locais de apoio, etc. As estratégias chegaram até nós por eles mesmos; suas indicações e até mesmo o nosso caminhar juntos, nos levou a territórios e eventos que provavelmente não teríamos a possibilidade de chegarmos por nós mesmos ou pelas instituições.

⁵ O desenvolvimento de projetos ou participação voluntária em alguma instituição de apoio por parte de alguns pesquisadores são estratégias de atuação segundo as necessidades dos refugiados, e, dessa forma, trazem retornos em via de mão dupla nas trocas entre pesquisador e pesquisado. Como exemplo, podemos citar pesquisadores que dão aula de línguas para refugiados.

A partir dos contatos realizados com os quatro congoleses citados – Dadá, Nathalie, Yves e Graça –, chegamos às principais instituições de apoio aos congoleses no Brasil. Diferentemente do que havíamos previsto, a Cáritas não foi a primeira referência citada pelos congoleses, mas o “pessoal da casa Rui”⁶ (outras instituições apontadas foram a Mawon e Cruz Vermelha⁷). A Cáritas não deixa de ser a principal, contudo, é uma referência, sobretudo, para o momento da chegada e integração inicial.

Concomitante às tentativas de aproximação com a Cáritas (conseguida um ano após a primeira), entrevistamos uma representante do Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes (CEPRI) da Casa de Rui Barbosa, na tentativa de compreender melhor os desafios do acolhimento desse grupo na cidade do Rio de Janeiro, não só pelo olhar do refugiado congolês, mas também por quem os apóia, seja pelo viés jurídico, seja pelo viés social, político e econômico. Nesse ponto, nos aproximamos — ligado aos desafios apontados pelos refugiados e instituições — das políticas públicas vigentes. E foi nesse momento que chegamos ao então CEIPARM, o qual, junto com diversos setores, elaborou o Plano Estadual de Política de Atenção aos Refugiados. Esse plano revela as principais necessidades e as formas com que serão trabalhadas as políticas públicas com atenção aos refugiados, constituindo um material que muito nos orientou na delimitação dos principais conteúdos a serem trabalhados nas entrevistas.

Tannuri (2010, pp. 188; 204; 215) elencou três momentos de grandes fluxos de congoleses para o Brasil. A primeira geração chegou entre os anos 1992 e 1993; a segunda, entre 2003 e 2007; e a terceira, nos anos 2008 e 2009. Serricela (2016) acrescenta o período de 2010 a 2016, quando houve intensificação dos fluxos. Após o ano de 2017 houve retração na chegada dos congoleses no Brasil e a saída de muitos em direção a outros países. É o que veremos a partir dos relatos.

Levando-se em consideração essas periodizações, nosso trabalho analisa a movimentação dos congoleses para o Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro, a partir da segunda geração, isto é, após o fim da Grande Guerra do Congo e ascensão do presidente Kabila. Mas, ao falarmos do importante papel das lideranças na comunidade, os mais antigos e consolidados, não é possível descartar a primeira geração. Residentes há anos no país —

⁶ Referência à Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁷ Instituições onde imigrantes e refugiados encontram apoio na cidade do Rio de Janeiro. Organização Mawon: Disponível em: <<https://www.mawon.com.br/>>. Acesso em 15 de março de 2020; e Cruz Vermelha Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.cruzvermelharj.org.br/>>. Acesso em 15 de março de 2020.

caso de Mupapa e Dadá —, essas lideranças já estão mais integradas, possuem melhor domínio do idioma, mais consistência financeira, negócios próprios, família, etc. São importantes referências para a comunidade, como também para nós pesquisadores. Como destacado por Tannuri (2010, pp. 189-190), elas “funcionam como ‘pontos fixos e fortes’ das redes sociais”.

Ao todo, realizamos sete entrevistas, quatro com congoleses e três com instituições. Essas entrevistas tiveram duração de cerca de 1 hora e aconteceram no local de escolha dos entrevistados. Trabalhamos com entrevistas abertas, com um roteiro contendo os principais assuntos a serem abordados. Dissertaremos sobre elas a seguir.

Ao chegar aos locais estabelecidos com os refugiados, após uma apresentação do procedimento, seguimos com as perguntas iniciais, e à medida que apareciam os *insights*, fomos fazendo as intervenções de acordo com o roteiro previamente elaborado. O objetivo dessas entrevistas foi compreender, a partir da fala do próprio refugiado, seus principais desafios encontrados na cidade do Rio de Janeiro, não apenas na chegada como também na permanência, bem como as relações desses desafios com o racismo cotidiano, muitas vezes subjetivo ou não compreendido. A intenção não era, portanto, “lançar” questões diretas e fechadas, mas extrair das falas dos próprios congoleses, de suas experiências e vivências, as relações com a bibliografia estudada. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas em gabinete para que pudéssemos destacar as expressões e os pontos-chaves. O formato utilizado (entrevista semiestruturada) deu liberdade ao entrevistado de dizer o que mais lhe sensibilizava, algo que ficou muito evidente no momento da transcrição e revisão dos áudios. Ressaltados os pontos positivos, é necessário ponderar que esse tipo de técnica não permite padronização dos resultados. Cada indivíduo se identifica e se sente mais afetado (positiva ou negativamente) com um aspecto do que o outro, embora os principais sejam os mesmos. Em relação às entrevistas realizadas com as instituições, o principal objetivo foi conhecer o trabalho prestado pelas mesmas, com atenção aos congoleses e à questão racial. Já sobre as visitas às comunidades e aos eventos que geraram nosso diário de campo, atentamos e direcionamos nosso olhar racializado – ou seja, buscamos pontos em que o racismo em suas diversas formas de expressão poderia se revelar – levando em consideração a bibliografia estudada sobre o racismo no Brasil.

Quando não se tem quase nada, parece que a disposição muda, a coragem muda, a visão muda. Foi o que sentimos ao conhecer pessoas que compartilharam, no percurso da pesquisa, suas vidas, seus anseios, necessidades, alegrias, preocupações, sua luta diária pela

sobrevivência no Rio de Janeiro. Sorrímos, chorámos, ficámos boquiabertas diante de tantas histórias, momentos em que tivemos a oportunidade de estarmos perto dos congoleses, que não eram apenas objeto de estudo, mas pessoas, em diferentes formas de ser e estar em várias partes daquela cidade.

Ressaltamos, por fim, que diferenciar racismo e xenofobia em certos ambientes não é uma tarefa trivial; o cuidado para não cairmos em interpretações tendenciosas foi constante. Apesar da fala ser de uma pesquisadora militante da questão racial, a pesquisa trouxe muitas surpresas e novos movimentos à medida que avançava.

1 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E REFÚGIO. TEORIAS E CONCEITOS

No século 21, torna-se evidente um desejo global renovado dos cidadãos e de seus respectivos Estados por um controle mais rígido da mobilidade. Para onde quer que se olhe, o impulso é em direção ao cercamento ou, em todo caso, a uma dialética mais intensa de territorialização e desterritorialização, de abertura e fechamento (MBEMBE, 2019b).

Iniciaremos nossa discussão com a apresentação dos principais conceitos relacionados com a temática dos processos migratórios; passaremos pelo panorama atual sobre a questão; apontando, ao final, os embasamentos teóricos.

1.1 DEFINIÇÕES, CONCEITOS, LEIS E MECANISMOS DE APOIO AOS MIGRANTES REFUGIADOS

Em decorrência das confusões visíveis na mídia, no senso comum e até mesmo no meio acadêmico, cabe iniciarmos este trabalho apresentando as distinções conceituais entre migração, emigração, imigração e refúgio.

Primeiro, o conceito de migração. De todos, esse é aquele que possui um caráter mais geral por dizer respeito ao ato de deslocar, aos movimentos populacionais tanto internos (nacionais), quanto externos (internacionais). A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009) define migração como o

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (OIM, 2009, p.40).

Evidentemente, deslocar implica entrada e saída de pessoas de algum lugar. A emigração é o conceito correspondente à saída:

Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos prevêm que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que, apenas em circunstâncias muito limitadas, podem os Estados impor restrições ao direito de um indivíduo abandonar o seu território (OIM, 2009, p. 24).

A imigração, por sua vez, complementa o processo, indicando a entrada. Novamente, conforme a OIM (2009), a imigração é o “processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem” (OIM, 2009, p. 33).

Ao lado desses conceitos, a principal categoria para essa pesquisa é a de refugiado:

Pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país” (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, art.º 1.º - A, n.º 2, de 1951, com as alterações introduzidas pelo Protocolo de 1967 *apud* OIM, 2009, p. 62).

Diante dessas definições, e concordando com Schumacher e Salum (2017), todo refugiado é um migrante, mas nem todo migrante é refugiado. Trata-se de uma categoria específica a um grupo que se diferencia do fenômeno geral da migração. Como consequência, os tratamentos também tornam-se particulares em relação a outros grupos de imigrantes.

No ano de 2017 o presidente do Brasil decretou e sancionou a lei nº 13.445, lei que “dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante”. Aprovada com vetos e sob protestos, embora tardiamente, pode ser considerada um avanço, pois veio a substituir um estatuto — o Estatuto do Estrangeiro (lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) — restritivo e defasado. A nova lei pauta-se nos direitos humanos, repudia a

discriminação, elimina a criminalização da migração, se molda na igualdade e inclusão, e garante acesso igualitário a serviços. No entanto, não define normas direcionadas aos refugiados, as quais sabemos, são específicas e relacionadas com acordos internacionais. Isso não invalida a sua utilização por parte dos mesmos, por exemplo, em casos de solicitação de naturalização, em consonância com a lei a seguir.

Para atender as condições de reconhecimento do status de refugiado no Brasil, duas décadas antes foi aprovada a lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, definindo os “mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951”. Esse marco jurídico será um elemento essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Segundo essa lei, a condição expressa é extensível a cônjuges, ascendentes, descendentes e familiares economicamente dependentes. O refugiado e solicitante de refúgio passam a gozar dos mesmos direitos que o cidadão brasileiro, seguindo algumas normas segundo a legislação, sob pena de perda da condição. Vejamos o que preconiza o artigo 1º:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Diante dos grandes deslocamentos populacionais provocados por guerras, disputas territoriais e processos tardios de independência, a questão do refugiado vem à tona no século XX. A Segunda Guerra Mundial foi certamente o momento de maior expressão desses deslocamentos, especialmente na Europa, continente que mais se movimentou em busca de soluções (BRAVO, 2014).

Um elemento decisivo, de acordo com Barichello e Araújo (2015), foi a implementação do Instituto Refúgio pela Liga das Nações⁸. No período de 1921 a 1950, as abordagens foram tomando escopo, passando por perspectivas individuais e de grupos. Baseados em Hathaway (1991, apud BARICHELLO e ARAÚJO, 2015), o qual apresentou

⁸ Também chamada Sociedade das Nações, Tratado de Paz entre países vencedores da Primeira Guerra Mundial.

três fases nesse período, os autores atentaram-se para as assistências jurídicas e sociais oferecidas aos grupos de pessoas perseguidas, pensando a partir contexto nazista. As duas primeiras (1920 a 1939) foram abordagens coletivas, visando grupos étnicos ou nacionais. Já a última (de 1938 a 1950), individualista, teve como foco as motivações de cada solicitante:

Portanto, conforme Hathaway, a instituição do refúgio deu-se por meio de três fases: abordagem jurídica de 1920-1935, caracterizada pelo reconhecimento com base no pertencimento do indivíduo a determinado grupo que necessitasse proteção; abordagem social de 1935-1939, caracterizada por prover assistência internacional para determinados grupos de refugiados em decorrência de acontecimentos políticos e sociais, principalmente relacionados ao Nazismo; abordagem individualista de 1938-1950, caracterizada pelo exame dos méritos do caso de cada solicitante de asilo (HATHAWAY, 1991 *apud* BARICHELLO e ARAUJO, 2015, p. 112).

Os primeiros movimentos de definição do que era refugiado se deram em condições muito específicas, atendendo a grupos e indivíduos em situações especiais. Nesse momento, foi criado os já citados Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Estatuto do Refugiado, atendendo a Convenção de Genebra (1951) e ao Protocolo de Nova York (1967). O maior número de deslocamento até então tinha ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial. Não há precisão em números, mas estima-se um quantitativo entre 40 e 60 milhões de pessoas (BRAVO, 2014). Isso representava fome e o risco de epidemias, apontando, portanto, para a necessidade de uma ação conjunta entre países em busca de solução.

Outra instituição citada por Bravo (2014), criada em 1943, é a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR). Seu objetivo era planejar, coordenar e administrar as operações de auxílio às vítimas de guerra, através da assistência aos países para retomada de serviços básicos, restabelecimento e repatriação. Sua instalação resultou dos esforços do presidente norte-americano Franklin Roosevelt, presidente esse que tinha intenções internacionalistas e defendia a união das nações. O trabalho fundamentou-se na assistência e reabilitação aos Deslocados de Guerra (DPs)⁹. Contou com a participação de países importantes, econômica e politicamente: Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e China, mas essa combinação de países arbitrários desencadeou conflitos políticos e ideológicos culminando no seu fim. Com o fim da guerra, grande parte da população se recusava à repatriação, pois a questão envolvia o conflito “capitalismo versus socialismo”.

⁹ Oriundo do termo em inglês *Displaced Persons*.

Para a União Soviética, a recusa do retorno era considerada traição e “o reassentamento era uma opção que não apresentava nenhuma vantagem para os soviéticos” (BRAVO, 2014, p.45). Para os Estados Unidos, a ajuda no financiamento de reconstrução de países com visão socialista representava uma contradição. A ANUAR foi extinta em 1947.

Ainda na década de 1940, a Organização das Nações Unidas (ONU, 1946) criou o Comitê Especial de Refugiados e Deslocados, composto por 20 países, dentre eles o Brasil. Fruto dos debates travados no Comitê, surgiu a Organização Internacional para Refugiados (OIR), a qual, diante do contexto de Guerra Fria, apresentava um caráter temporário diante dos interesses políticos e econômicos. Dentre os desafios dessa organização estava a elaboração de um conceito de refugiado que viesse a atender aos interesses distintos de um mundo bipolar. Apesar do “ênfase eurocêntrico”, tratava-se de uma definição geral. O refugiado seria “todo aquele que sofre perseguição” (BRAVO, 2014, pp. 51 e 52). Em paralelo, atendia aos remanescentes europeus da Segunda Guerra Mundial.

O ACNUR é uma entidade que permanece até os dias atuais e se tornou referência no mundo, substituindo a OIR, que encerrou suas atividades em 1952. Na posição de agência da ONU, supervisionou a convenção do Estatuto do Refugiado de 1951 e o Protocolo de 1967. Enquanto o Estatuto viria atender os afetados pela Segunda Guerra, o protocolo estendeu-se a escala mundial, definindo refugiado como toda pessoa que se encontra fora do seu país de origem e não pode ou não quer voltar em virtude do temor de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

Em escala regional, a Declaração de Cartagena (1984), a Declaração de San José sobre Refugiados e Deslocados Internos (1994) e o Plano de Ação do México (2004) são sínteses dos esforços para o fortalecimento da causa e apoio aos refugiados na América Latina. No contexto africano, a Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, reivindicou a atenção aos refugiados no continente através da Convenção de 1969¹⁰.

Já o Brasil, apesar de assinar a Constituição da OIR e participar do reassentamento de DPs, não abriu mão dos seus interesses específicos na construção da nacionalidade brasileira, utilizando-se da migração para colocar em prática o projeto de ocupação do território de forma seletiva e eugenista. Segundo Miranda (2009, p. 317), as políticas e debates que propunham a proibição da entrada da raça negra no país, bem como a limitação da entrada de asiáticos, se acirraram já a partir de 1921. Para Bravo (2014, p. 110), os

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em 28 de maio de 2020.

departamentos responsáveis pela questão migratória no país serviram como “guardiões da fronteira” ao garantir a entrada somente de pessoas com os perfis desejados, ou seja, os melhores “à nível racial, psíquico e físico”, segundo ele, expressão colocada de forma explícita nos artigos da Revista de Imigração e Colonização, publicados entre 1940 e 1955 através dos periódicos do Conselho de Imigração e Colonização (CIC).

A lei mais efetiva para a regulamentação dos imigrantes no país foi a lei nº 6.815, aprovada somente em 1980, conhecida também como Estatuto do Estrangeiro, que criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Ao CNIg foi incumbida a responsabilidade de tratar dos direitos e deveres dos estrangeiros, da questão do asilo político, e da concretização do Estatuto do Refugiado de 1951 dentro dos ajustes do Protocolo de 1967. No entanto, como já mencionado, essa lei, ao contrário de ser integrativa, se mostrou restritiva. Segundo Oliveira (2017), ela foi criada a partir de normas efetivadas pelo regime militar, regime esse que intencionava controlar os imigrantes com foco na segurança, vendo-os como uma ameaça nacional. Desse modo, o imigrante foi considerado dentro da lógica de atendimento às demandas de força de trabalho.

As condições de refugiado somente foram contempladas de forma integral a partir da lei nº 9.474 de 1997 citada acima, mesmo ano em que foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pela regulamentação do refugiado. A primeira ação a ser realizada pelo recém chegado no Brasil é a abertura de um pedido junto à Polícia Federal (PF). Feito isso, o solicitante de refúgio deve agendar uma entrevista com o CONARE e aguardar a decisão. Enquanto aguarda, o solicitante recebe um protocolo provisório que serve como identidade no território brasileiro e prova de sua legalidade. Com esse protocolo é possível fazer a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e acessar os serviços públicos no Brasil. Sua validade é de um ano, podendo ser renovado até o fim da decisão do pedido. Se deferido, o refugiado terá a Carteira de Registro Nacional Migratório (antigo Registro Nacional de Estrangeiros - RNE), a CTPS, o CPF e o passaporte. Nessa situação, o refugiado poderá solicitar também a reunião familiar e extensão dos efeitos da condição de refugiado¹¹. Se indeferido, poderá recorrer da decisão por uma vez; em caso negativo, estará sujeito à legislação migratória vigente. O

¹¹ A pessoa refugiada poderá “solicitar a reunião familiar de seus familiares – cônjuge, ascendentes, descendentes e demais membros do grupo familiar que do (a) refugiado (a) dependerem economicamente – que estejam fora do Brasil”. A condição de refugiado (a) será estendida aos familiares segundo a Resolução Normativa nº 27, de 30 de outubro de 2018, do Comitê Nacional de Refugiados. Extraído de: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/reuniao-familiar-e-extensao-dos-efeitos-da-condicao-de-refugiado>>. Acesso em maio de 2020.

CONARE trabalha em cooperação com o ACNUR coordenando ações internacionais de proteção e solução aos solicitantes de refúgio. No Rio de Janeiro, essas instituições atuam ainda junto ao Comitê Estadual Intersetorial de Políticas Públicas de Atenção aos Refugiados Migrantes (CEIPARM/RJ), comitê encarregado de monitorar e executar o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos (às) Refugiados (as)¹².

Por último, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro é a principal organização parceira do ACNUR no estado, instituição que atua em rede com as Cáritas nacional e internacional e presta atenção a refugiados e solicitantes de refúgio no que tange ao acolhimento, proteção legal e integração local. A Cáritas trabalha com uma equipe técnica multiprofissional formada por psicólogos, assistentes sociais, advogados e voluntários. Os refugiados recebem atendimento jurídico, psicológico, encaminhamentos e orientações para documentação, trabalho, capacitação profissional, educação, saúde, cultura, lazer, entre outros, como cursos de português, tudo com a finalidade de integrá-los na sociedade brasileira.

Compreendido as distinções conceituais e os principais instrumentos institucionais e legais, finalizamos essa seção com duas definições que fundamentarão nossas análises posteriores, a de racismo e xenofobia. Segundo o Glossário sobre Migração da OIM, racismo é definido como:

Construção ideológica que atribui a uma determinada raça ou grupo étnico uma posição de domínio sobre outros com fundamento em atributos físicos e culturais, bem como com fundamento no domínio econômico e de controle sobre outros. O racismo pode ser definido como doutrina ou crença na superioridade racial. Esta definição inclui a crença de que a raça é fator determinante da inteligência, das características culturais e dos comportamento morais. O racismo compreende o preconceito e a discriminação raciais (OIM, 2009, p.60).

Sobre xenofobia, convém destacar que:

No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de xenofobia, muito embora possa ser descrita como atitude, preconceito ou comportamento que rejeita, exclui e, frequentemente, diminui pessoas com base na percepção de que são estranhas ou estrangeiras relativamente à comunidade, à sociedade ou à identidade

¹² Plano que objetiva a “integração legal como solução duradoura para a proteção dos(as) refugiados(as) no Estado do Rio de Janeiro”, lançado em 2014, decreto 44.924 de 22 de agosto de 2014. Elaborado pelo CEIPARM/RJ.

nacional. Existe uma relação estreita entre racismo e xenofobia, termos que são difíceis de distinguir (OIM, 2009, p.60).

Portanto, racismo e xenofobia são muito próximos, principalmente quando se trata de atitudes e relações pessoais. A xenofobia se apresenta de forma mais simplificada e está muito atrelada aos processos migratórios. Já o racismo, consideramos a complexidade e as várias vertentes dos estudos e discussões no Brasil que nos levam a atentar para o contexto atual político que reflete nas políticas públicas e emerge pensamentos antigos na qual tomamos como base para referenciar esse trabalho. Isto posto, racismo é uma construção histórica, científica, elaborado primeiramente a partir de uma divisão da humanidade em raças diferenciadas (sustentada pelos aspectos físicos / biológicos), aliada aos comportamentos morais, intelectuais, etc. Como destacado por Munanga (2003, pp. 7-8), “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Sobre comportamentos que revelam o preconceito racial, Camino et al. (2001) aponta que expressões racistas tomam novos contornos, estas se apresentam sutis diante das pressões anti-discriminatórias. Isto é, a discriminação em função da cor da pele permanece presente na sociedade moderna, mesmo que de forma não explicitada. Seja em diferenciações socioeconômicas e estruturais, bem como no tratamento da questão individualmente, apresenta-se contraditório, sendo o racismo assumido como existente ao mesmo tempo que não é reconhecido nem responsabilizado (CAMINO ET AL., 2001).

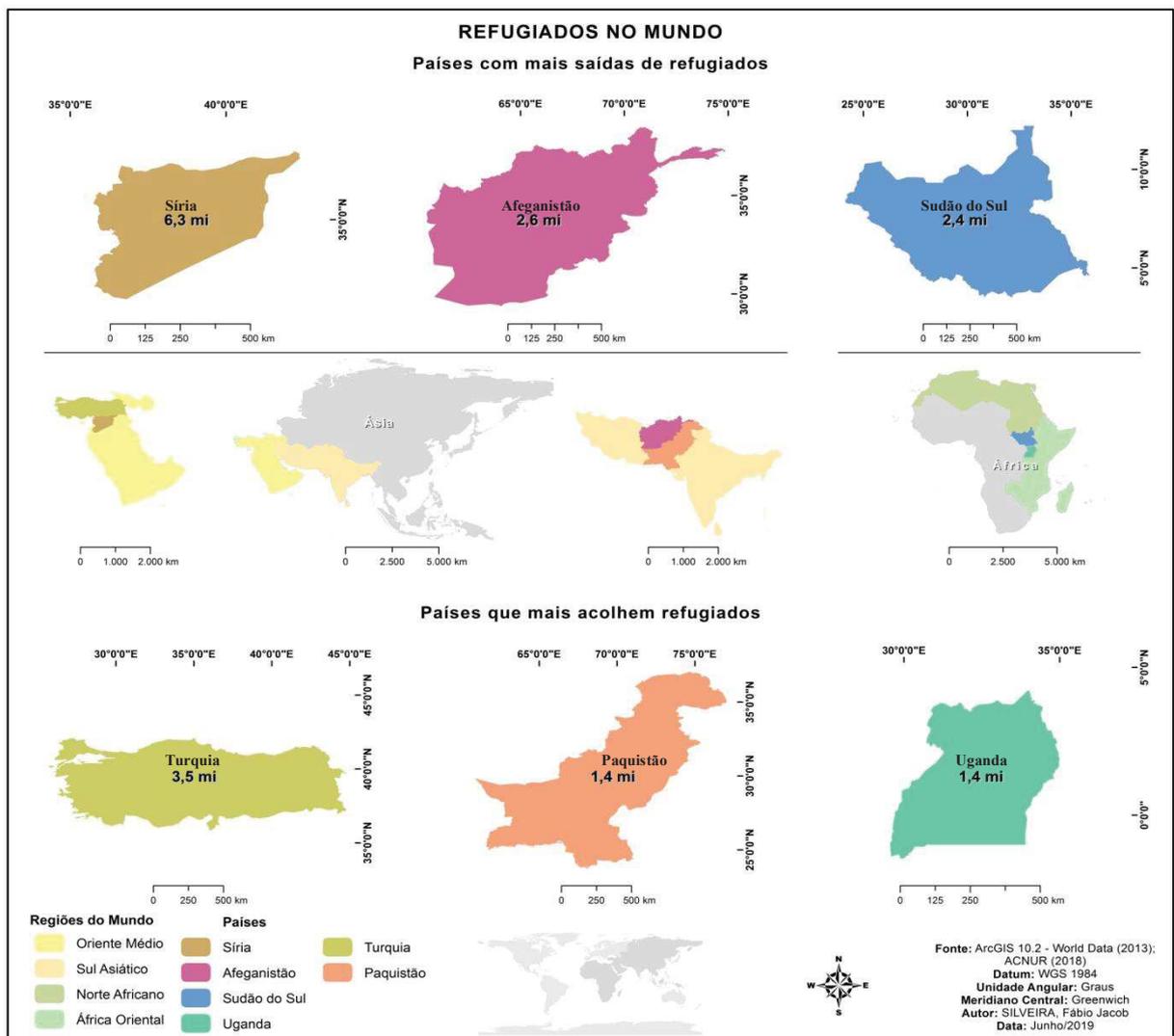
Baseados nos instrumentos que definem, resguardam e acompanham a condição de refugiado, passaremos por um breve panorama da questão na atualidade.

1.2 BREVE PANORAMA DO REFÚGIO NO BRASIL E NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Segundo o ACNUR (2018), há 68,5 milhões de pessoas deslocadas forçadamente no mundo, dividido da seguinte forma: 40 milhões são deslocados internos; 25,4 milhões são refugiados; e 3,1 milhões são solicitantes de refúgio. Essa fonte informa que 85% dessa população advêm de países em desenvolvimento — tais como Síria, Afeganistão e Sudão do

Sul —, países de onde saem também a maioria dos refugiados. Por outro lado, Turquia, Uganda e Paquistão são os países que mais acolhem (figura 1). As situações emergenciais apontadas atualmente estão em Burundi, Iraque, Rohingya, Sudão do Sul, Iémen, República Centro Africana, Nigéria, República Democrática do Congo, Síria¹³ e Europa¹⁴, geradas, principalmente, por conflitos políticos, tendo como consequência a decadência econômica e a exacerbação da violência.

Figura 1 – Refugiados no mundo



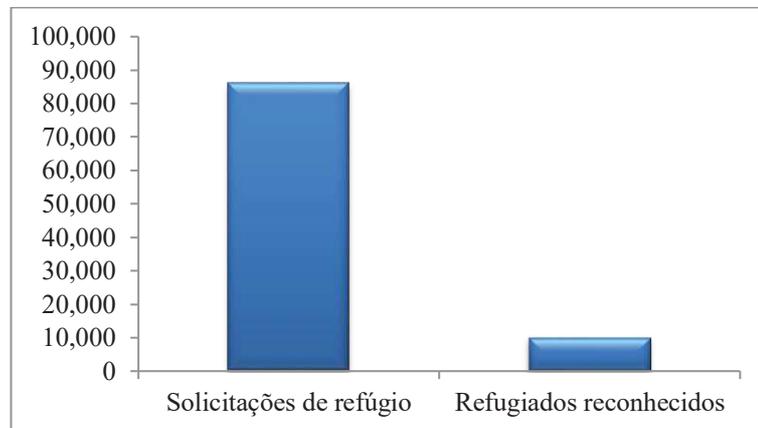
Fonte: ArcGIS 10.2 – Word Data (2013) - ACNUR (2018). Autor: SILVEIRA, Fábio Jacob.

¹³ No site do ACNUR internacional, também está incluída a Venezuela, porém, no Brasil os venezuelanos e haitianos se encaixam em uma condição especial de refugiados e recebem o visto de acolhida humanitária, contemplados pela lei nº 13.445, de 2017.

¹⁴ Diferente dos outros países, a Europa está entre as emergências pelo ACNUR devido ao grande volume de entradas e não de saídas. Os riscos das rotas e travessia pelo Mediterrâneo, o alto índice de entradas principalmente na Itália e Grécia, demandam preparo e políticas na recepção da população refugiada.

O CONARE possui dados atualizados sobre refúgio no Brasil até o ano de 2017 (gráfico 1)¹⁵. Até este momento, constavam 10.145 refugiados reconhecidos e 86.007 solicitações de reconhecimento em trâmite. Nesse ano, a Síria foi o país com maior número de reconhecimentos (53%), seguido pela República Democrática do Congo (18%), Palestina (9%), Paquistão (4%), Egito (3%) e demais países com até 1% (Iraque, Mali, Líbano, Camarões, Guiné).

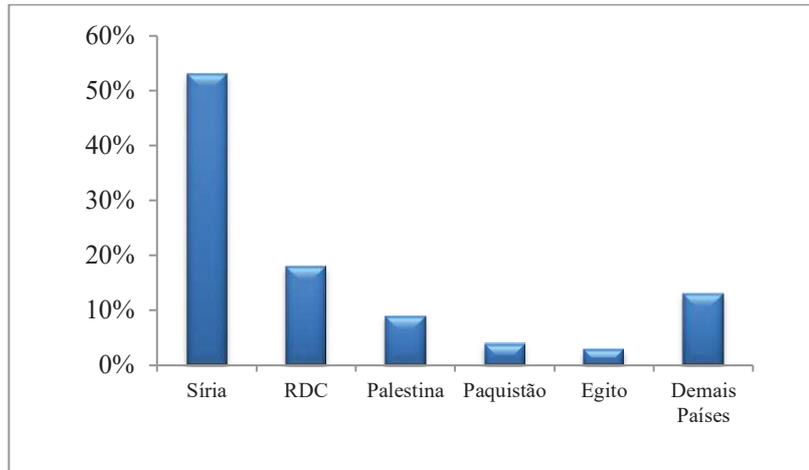
Gráfico 1 – Solicitações e reconhecimento de refúgio no Brasil em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CONARE (2018).

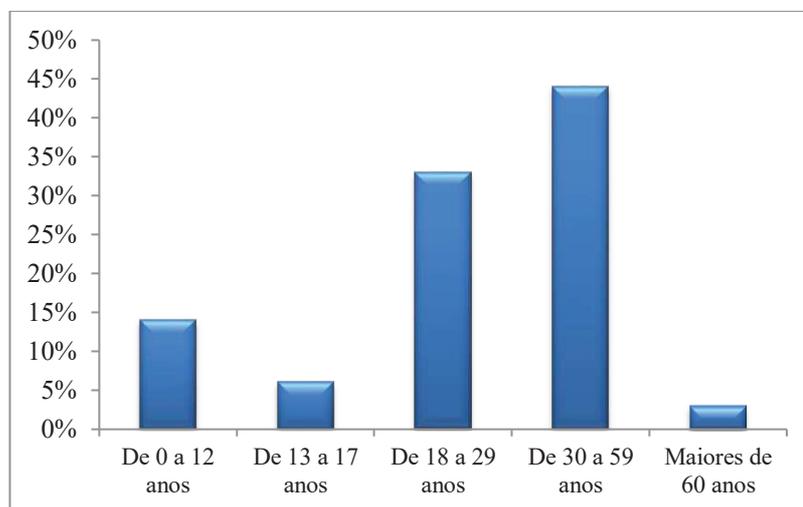
Conforme o gráfico acima demonstra, o número de solicitações de refúgio é excepcionalmente superior ao número de reconhecimentos, realidade que denuncia a lentidão no julgamento de tais pedidos. O gráfico a seguir (gráfico 2) revela que o grupo de refugiados com o maior número de reconhecimentos em 2017 no Brasil foi proveniente da Síria:

¹⁵ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continua-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view>.

Gráfico 2 – Reconhecimento de refúgio no Brasil por país em 2017

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CONARE (2018).

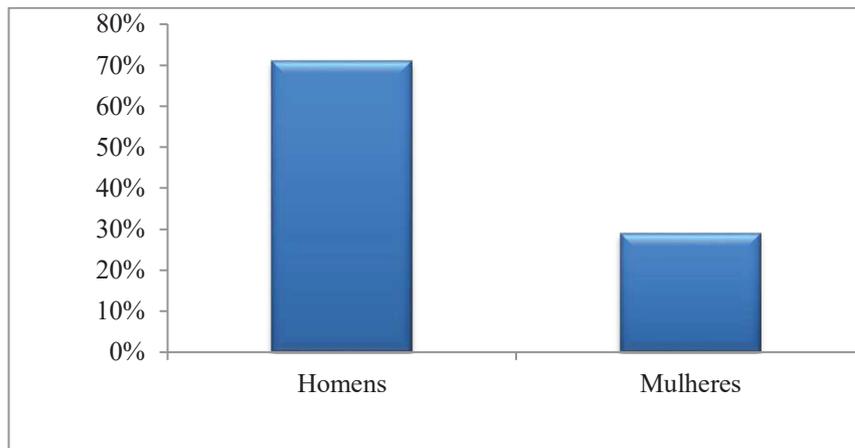
A faixa etária se concentra na idade adulta (gráfico 3), cerca de 75%, com destaque para a faixa entre 30 e 59 anos, seguida por jovens com idade entre 18 e 29 anos.

Gráfico 3 – Faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CONARE (2018).

Quanto ao gênero, segundo o CONARE, as entradas de homens correspondem a cerca de 70%, contra somente 30% de mulheres (gráfico 4).

Gráfico 4 – Perfil por gênero



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CONARE (2018).

A partir dessa fonte, podemos fazer algumas reflexões. Em primeiro lugar, ela informa que o histórico de refúgio no Brasil é recente. Embora a lei nº 9.474 tenha sido aprovada em 1997, o fluxo só aumentou significativamente a partir do ano de 2013, consequência da entrada de haitianos após o terremoto de 2010, e de venezuelanos a partir de 2016, em virtude da crise socioeconômica e política pela qual passava a Venezuela. Ao chegar ao Brasil, os refugiados recebem o visto de acolhida humanitária previsto pela Resolução Normativa CNIg nº 97 de 12/01/2012, contemplada recentemente com a Lei da Migração (lei nº 13.445 de 2017).

Em relação ao número de refugiados no mundo, é possível concluir que o Brasil apresenta baixa receptividade — apesar da crescente entrada de refugiados advindos da própria América Latina com o aumento dos movimentos migratórios de fronteira —, mesmo sendo considerado um “país acolhedor”¹⁶. Os fatores condicionantes dessa baixa receptividade são múltiplos: a escolha dos refugiados por países desenvolvidos, a distância, as deficiências na própria aplicação do acolhimento no país principalmente no que diz respeito às políticas públicas. Após anos de reformulação, a legislação adequada é considerada um fator atrativo.

Quanto a presença de congoleses no Rio de Janeiro um relatório apresentado pelo ACNUR (2016, pp. 1) juntamente com a Cáritas, revela a partir de 2012 a queda na chegada

¹⁶ Referente ao discurso de um país com tradições migratórias e de convivência “harmônica” entre as raças, segundo o pensamento freyriano (Referencia a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala”).

de angolanos e a consolidação da presença de refugiados nacionais da RDC no estado. O período entre os anos de 2014 e 2016, marcou a presença da comunidade “superando todas as outras nacionalidades”, representando 55% das novas chegadas. Até o ano de 2019 (dados mais recentes), segundo a Cáritas¹⁷, os atendimentos para congoleses ainda eram maioria (levando em consideração a categoria refúgio), juntamente com venezuelanos.

Atualmente a questão do refúgio tem chamado atenção não somente de pesquisadores, como também da mídia e dos setores políticos. Além dos números alarmantes, há uma diversidade de locais de origem e destino, assim como uma gama de motivações que geram um alto índice de refugiados. Isso tem levantado novas discussões em setores internacionais, entre Estados e a sociedade em geral para um envolvimento global na solução diante dos novos desafios. Os constrangimentos manifestam-se desde a cobrança de uma atuação mais efetiva da ONU em relação à questão até a ascensão de movimentos nacionalistas anti-imigração em países ocidentais, disseminadores de atos e discursos xenofóbicos e racistas¹⁸.

Passaremos agora aos últimos contornos da questão migratória brasileira. Com a eleição e posse no ano de 2019 de um governo que se identifica com a extrema direita, algo crescente no cenário mundial, discursos e atos sobre o controle migratório tem se tornado frequentes. Nesse sentido, a legislação vigente considerada avançada contrasta com os últimos acontecimentos e gera apreensão e inconsistência sobre as próximas entradas e processos correntes no Brasil. De alguma forma, em seu curso, já apresentava deficiências em relação à sua prática, com burocracias, demora e setores responsáveis atuando de forma descoordenada.

Um indicativo de novos tempos e desafios no que diz respeito à questão migratória no Brasil foi a retirada da assinatura do país do Pacto Global para uma Migração Segura. Endossado na Assembléia Geral da ONU no dia 20 de dezembro de 2018 e assinado por 164 Estados-membros, o Pacto que visa maior solidariedade com os migrantes foi assinado pelo governo brasileiro anterior. Contudo, em menos de um mês de posse, no dia 08 de janeiro de 2019, o novo governo retirou sua assinatura, apontando os novos rumos referentes à questão

¹⁷ Números de atendimentos da Cáritas. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/numeros-atendimentos-na-caritas-rj.html>. Acesso em: 15 abril 2019.

¹⁸ Conclusão extraída a partir do acompanhamento diário das matérias e textos informativos sobre refúgio e imigração, em que grande parte é proveniente de mensagens compartilhadas via e-mail por pesquisadores assinantes do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). O grupo contribuiu grandemente com nosso trabalho. Outra ferramenta utilizada para a busca de notícias nacionais e internacionais foi o *Discover* do Google.

migratória. Os acontecimentos que podem sugerir uma maior restrição ainda são recentes para conclusões a princípio.

No próximo tópico passaremos à discussão das principais teorias migratórias, bem como a proposição que acompanhará nossa pesquisa.

1.3 TEORIAS MIGRATÓRIAS

Nos estudos relacionados com a mobilidade espacial, Becker (1997) apresenta duas teorias. A primeira é a neoclássica, vigente até os anos de 1970, caracterizada por uma visão descritiva e dualista com enfoque determinista que prezava a identificação e a quantificação. O fenômeno migratório era visto numa perspectiva individualista, onde o deslocamento partiria de uma decisão pessoal e não de uma necessidade condicionada por fatores exógenos. A industrialização era considerada um fator propulsor das migrações, e a mobilidade, um gerador de equilíbrio econômico. A segunda teoria, neomarxista, surgiu após os anos 1970 e entendia a migração forçada associada às necessidades do capital, ou seja, como resultado de fatores estruturais que condicionariam a necessidade de deslocar. Nesse sentido, a desigualdade seria a força necessária para a produção de força de trabalho, abundante e diversificada, tal qual a mobilidade do trabalho seria determinada e determinante do processo de acumulação do capital.

Dentro da perspectiva neomarxista, Becker (1997, p. 323) definiu a migração como “mobilidade espacial da população [...] um mecanismo de deslocamento populacional [que] reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico”. Baseada em Slater, Becker destaca que os conceitos clássicos não eram suficientes para analisar as relações sociais contemporâneas, necessitando, para isso, uma teoria que reconhecesse a especificidade histórica do capitalismo nas sociedades em desenvolvimento.

A partir das teorias de Massey, Santos et. al. (2010) mostraram o complexo movimento e as perspectivas nas quais podem ser abordados os movimentos migratórios. Os autores chamaram a atenção para a alta fragmentação dos estudos, alertando para a necessidade de articulação de posições multidisciplinares e multiescalares. A causa dessa fragmentação (e divergência) se deve a quatro dimensões: (I) o tema deve ser estudado de

forma sincrônica ou diacrônica (perspectiva histórica); (II) a ação de migrar deve ser colocada a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo; (III) a análise pode ser realizada ao nível do indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica ou outra dimensão; (IV) a ênfase pode ser colocada nas causas ou nos efeitos.

Santos et. al. (2010) fazem um levantamento das principais abordagens relacionadas à migração, identificando dois níveis de análise: micro e macro. Seguindo a mesma perspectiva econômica para os movimentos migratórios, voltada para o trabalho, argumentam que no aspecto micro a teoria tem como foco o indivíduo, a família e o domicílio; diferente do aspecto macro, que se atenta aos “aspectos conjunturais das regiões de origem e destino do migrante”. Sobre as principais abordagens teóricas, os autores concluem que:

[...] Não se crê na possibilidade de construção de uma única teoria sobre migração que venha, de alguma forma, abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos. Toda análise do comportamento humano está sempre condicionada a um contexto específico, espacial e temporal, no qual esse comportamento ocorre. Dessa forma, uma abordagem teórica que seja extremamente útil para se compreender a migração de uma região A para uma região B em um tempo específico pode nada explicar - ou explicar pouca coisa - dos movimentos migratórios da região A para uma região C. Em síntese, o que se pode fazer para entender determinados movimentos migratórios é utilizar todo o arcabouço teórico já produzido que, de certa forma, explique o que está acontecendo dentro do contexto analisado. Para isso, muitas vezes haverá a necessidade de que as estruturas de análise sejam adaptadas e que novos conceitos e tipos de abordagem sejam criados (SANTOS et. al., 2010, p. 65).

Portanto, as teorias que apresentam as perspectivas do fenômeno migratório exigem que se individualizem diferentes contextos. O trabalho ocupa a centralidade dos principais discursos pesquisados, tanto nas vertentes micro e macro, mas essas não conseguem compreender as especificidades do refúgio, pois a centralidade do mesmo é a própria sobrevivência, embora, mesmo dentro da própria categoria refugiado, essas diferenciações (micro e macro) venham acontecer.

Sayad (1998, pp. 10-17) nos oferece outros vieses ao examinar os movimentos migratórios através de dois olhares: o da emigração e o da imigração. Para ele, para o levantamento das questões migratórias, é essencial uma visão cronológica e epistemológica. Para isso, a reflexão sobre os motivos da emigração é complementar ao entendimento da imigração; elas se coadunam à medida que “na origem da imigração encontramos a emigração”. O sujeito se apresenta de forma dupla, como emigrante do seu país de origem e imigrante no país receptor, ou seja, de forma dialética perante o todo.

Tannuri (2010) sublinha a diversidade de categorias de migrantes forçados¹⁹, dentre a qual se inclui a de refugiado. O tratamento legal dado a esses grupos é limitado, falho e complexo, segundo a autora, pois visa atender emergências para políticas públicas e análises científicas. Tannuri tem como referência Sayad, mas acrescenta a especificidade do refúgio formando a tríade emigrante-imigrante-refugiado, e assim, abarca as diferentes dimensões do deslocamento: a física, política, econômica, social, cultural, histórica e as dinâmicas do processo migratório.

Dentro de suas particularidades como categoria, o refúgio articula-se com as teorias migratórias, possuindo muitas convergências com essas; por isso, entendemos ser imprescindível explorar esse duplo movimento. Em se tratando de sobrevivência do refugiado, por exemplo, as relações podem ser econômicas ou vice-versa. O imigrante econômico pode não ser considerado mais um refugiado diante de resoluções imediatas de conflitos, mesmo que em sua origem e as motivações sejam dadas por esse fator. Tannuri (2010, p.35) baseada em Castles (2004), mostra como é difícil reconhecer os deslocamentos causados pelos conflitos ou perseguições ou pela “destruição de infra-estruturas econômicas e sociais necessárias para a sobrevivência”. Castles afirma ainda ser “impossível separar motivos econômicos de motivações baseadas nos direitos humanos” (CASTLES, 2004, pp. 16-17 *apud* TANNURI, 2010, p. 35).

A discussão dialética entre as particularidades do refúgio e a lógica econômica cinge as demais dimensões das relações sociais no espaço que encaminhamos nossa pesquisa, não apenas com os embasamentos teóricos do fenômeno migratório e o aporte legal que define o refugiado, mas na discussão que se desenvolve nas múltiplas facetas relacionadas ao continente africano.

1.4 TEORIAS MIGRATÓRIAS E O CONTINENTE AFRICANO

Antes de falarmos sobre tais teorias, faz-se necessário contextualizar o continente africano, na qual está inserida a República Democrática do Congo (Figura 2). Composta por 54 países, a África é o terceiro maior continente do mundo (em termos de extensão) e o

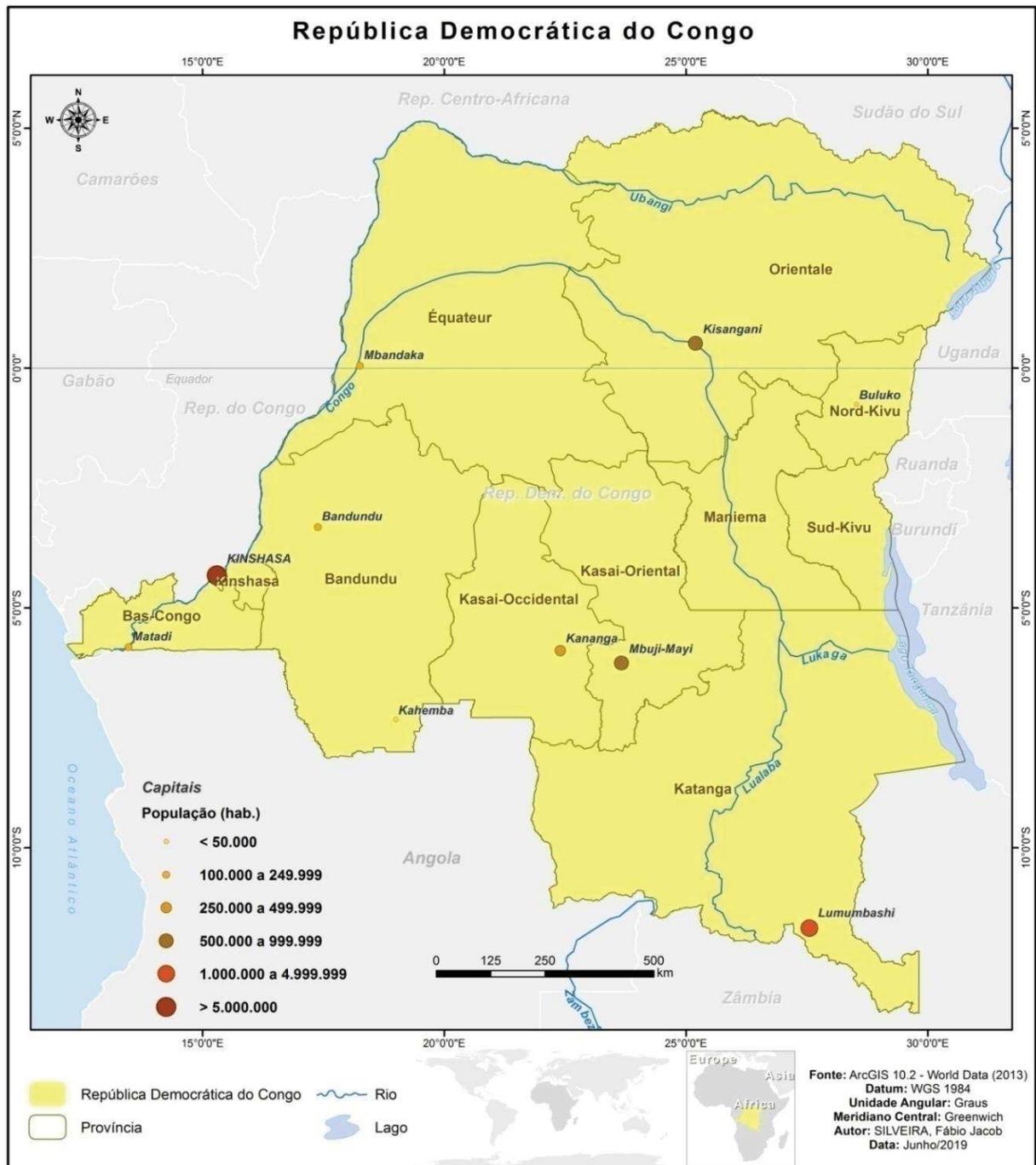
¹⁹ “(...) refugiados, solicitantes de asilo, deslocados internos, deslocados em função de desastres ambientais e (até mesmo) pessoas obrigadas a se deslocar por projetos de infraestrutura/desenvolvimento” (TANNURI, 2010, p. 34).

segundo mais populoso. Ao longo dos seus 30.290. 063 km² de superfície, abrange uma imensa diversidade, tanto em aspectos físicos — geomorfológicos, biogeográficos, com abundância de rios, florestas e deserto —, quanto em termos de biodiversidade e, ainda, em termos de multiplicidade cultural, política, étnica e social.

Ao longo dos séculos, o continente passou por um processo de apagamentos, como salientado por M’Bow (2010, p. XXI), ao afirmar que “mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África”. Toda a sua diversidade se resumiu em mercadoria, seu conhecimento e sua história foram associados ao primitivismo, e toda a informação presente e popularizada sobre o continente foram validadas por fontes externas, muitas vezes de forma depreciativa. Atualmente, novas pesquisas, novos métodos e metodologias trazem a tona à história africana, com novas descobertas e um mundo revelador de riquezas, não somente naturais, mas, também, nas estruturas sociais, culturais e históricas.

Dentro desse todo (o continente africano), vamos dar ênfase a uma parte, a República Democrática do Congo, esse rico território localizado na África central, é vasto em suas dimensões (2 344 858 km²), o terceiro maior país do continente (em extensão, atrás somente do Sudão e da Argélia). A RDC faz fronteira com nove países: República do Congo, Angola, Zâmbia, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Uganda, Sudão e República Centro Africana. Desde a sua formação, durante a sua trajetória, refletindo diferentes momentos políticos, já recebeu várias denominações: Estado Independente do Congo, Congo Belga, República do Congo (Congo Leopoldville) e Zaire.

Figura 2 - República Democrática do Congo



Fonte: ArcGIS 10.2 – Word Data (2013). Autor: SILVEIRA, Fábio Jacob.

Retomando a tríade “emigrante-imigrante-refugiado” de Tannuri (2010), nossa reflexão sobre África e africanos levará em consideração a análise individual e a conjunta, tomando como ponto de partida o fato de que a decisão de migrar, mesmo que pessoal, é o resultado de uma conjuntura estrutural. No caso em análise, a relação estrutural diz respeito às relações econômicas e/ou conflitos e guerras, parte de relações bem mais complexas: não

excluindo o fator econômico, essas relações são, também, de colonização. Parte de um histórico de dependência baseada na exploração, na subjugação, e a partir daí, da inferiorização. Além de expropriar, a colonização teve em sua base a relação racial, que sobrepôs e impôs ao outro um modelo cultural, econômico, intelectual e social fundamentado numa visão de superioridade eurocentrada. Tudo o que pertencia ao outro, outras raças, foram considerados não-civilizados e passíveis de destruição e roubo.

Dissimulado de atividades religiosas e filantrópicas; utilizando-se do discurso do levar algo novo para novos mundos, o projeto de colonização europeia atendia progressivamente as necessidades de expansão de suas economias. Como posto por Césaire (2010),

[...] o que é em seu princípio a colonização? Reconhecer que ela não é evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania; nem a expansão de Deus, nem a extensão do Direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear por receio das consequências, que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (CÉSAIRE, 2010, p. 17).

Para ser posto em prática, foi fundamental des-civilizar, desumanizar tanto o colonizado, como também o colonizador para que esse atuasse com desprezo diante do nativo a fim de se obter a “conquista colonial” (FANON, 2015). Fanon (2015) adjetivou o mundo colonial de maniqueísta. Além de limitar o colonizado fisicamente, o colono ainda coloca toda sua civilização em questão, partindo do pressuposto de que os colonizados são desprovidos de valores, de moral, de conhecimento, onde apenas o mundo do colonizador detém a civilização e o saber de forma absoluta:

Às vezes, esse maniqueísmo vai até o fim da sua lógica e desumaniza o colonizado. Na verdade, ele o animaliza. E, de fato, a linguagem do colono quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz-se alusão aos movimentos de reptação do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao mau cheiro, à proliferação, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra certa, se refere constantemente ao bestiário (FANON, 2015, p. 59).

Em razão disso, o contato entre colonizador e colonizado se estabeleceu de forma tensa em meio a guerras e perdas. Sem nenhuma humanidade, homem nativo se transforma em “instrumento de produção”, homem colonizador em “vigilante”, relações entre iguais, em dominação e submissão. Para Césaire (2010), a síntese pode ser formulada na equação “colonização = coisificação”:

Entre colonizador e colonizado só há lugar para trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violação, para a cultura imposta, para o desprezo, para a desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas (CÉSAIRE, 2010, p. 31).

Em consequência da relação entre dependência dada pelo esvaziamento de significados das sociedades colonizadas, cria-se a uma sociedade com referência na Europa:

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (CÉSAIRE, 2010, p. 32).

A prova é que hoje os nativos da África ou da Ásia reivindicam escolas, e a Europa colonizadora as nega; é o homem africano quem solicita portos e estradas, e a Europa colonizadora raciona; é o colonizado quem quer ir adiante, é o colonizador que o mantém atrasado (CÉSAIRE, 2010, p. 36).

O modelo de civilização buscado posteriormente, que ainda continua espoliando e destruindo brutalmente, mantém o controle e fomenta o descontrole das sociedades. Isso reflete também nos fenômenos migratórios.

Se a análise for realizada, portanto, pelo viés econômico, podemos em algum momento interpretar a migração como necessidade imediata de garantia da sobrevivência. Mas, até que ponto se trata de uma escolha se o quadro é dado por uma condição estrutural? E nesse sentido, até que ponto não podemos considerar também a migração econômica como deslocamento forçado? Em nossas leituras, mas, sobretudo, nos diálogos realizados com o

grupo pesquisado, essas ideias frequentemente se esbarraram: as teorias ora se tornaram complementares, ora distantes diante dos múltiplos olhares que se revelam a partir da pesquisa empírica, convergindo com a ideia de Santos et. al. exposta acima.

Em meio às teorias estudadas, e a partir dos encontros com os refugiados, percebemos que entre migração econômica e refúgio há uma linha muito tênue. Como vimos, a especificidade do refugiado é o deslocamento forçado imediato, o resguardo da própria vida. No entanto, os conflitos, a violência, a perseguição podem não atingir diretamente o sujeito, mas modificar toda a dinâmica em seu entorno, gerando diversos motivos que colocariam em risco a sua dignidade humana. Já levando em consideração nossos resultados, os entrevistados apresentam os desafios da comunidade em relação ao mercado de trabalho. Mesmo não sendo a motivação principal da saída, há implicações diretas principalmente na permanência dos refugiados no país, tornando a questão econômica também fundamental na análise.

Ao pensar o refúgio através da fuga pela sobrevivência, parte da análise imediata, envolve a fome, doenças, conflitos étnicos e religiosos, governos ditatoriais, guerras. Mas esses fatores não são a *causa*. A observação a fundo nos leva a interpretar o refúgio como *consequência*, no caso do continente africano, consequência dos longos processos coloniais e neocoloniais. Desse modo, podemos entender que o refúgio, principalmente para países europeus e grandes potências econômicas, são reações sentidas pelo próprio colonizador, potencializada pelo fenômeno da globalização²⁰.

A conclusão revela que, para o continente africano, tanto a migração econômica quanto o refúgio (ou esses, concomitantes) são fenômenos decorrentes das mesmas causas (relações colonialistas). Os elementos apontados acima — fome, doenças, conflitos étnicos e religiosos, governos ditatoriais, guerras — são mais intensos em alguns lugares (por isso o refúgio), e os deslocamentos se dão, muitas vezes, principalmente pela ocorrência de conflitos (lembrando que os conflitos internos em/entre países do continente africano são constantes). Nos lugares em que esses elementos são menos intensos, tem-se a migração econômica. Em algumas comunidades, esse tipo de migração é até tradicional, dado o baixo desenvolvimento socioeconômico dos locais de origem.

²⁰ Pensada a partir de Santos M. (2012), como sistema de técnicas que revela as diferenciações entre atores hegemônicos e não hegemônicos.

Para Jubilut (2007), a guerra é o principal "motivo prático" para o refúgio. Jubilut (2007, p. 144) compreende os conflitos internos²¹ como "a guerra do século XX". Todos os conflitos internos têm influências nas discussões atuais sobre a questão dos refugiados. A autora argumenta que o problema se perpetua no campo do direito internacional "com todas as possibilidades tecnológicas decorrentes da evolução científica nesse período e sem uma regulamentação mínima que assegure os direitos humanos fundamentais" (JUBILUT, 2007, p. 144). Como mencionado, entre as dez situações emergenciais apontadas atualmente pela ACNUR, cinco são de países do continente africano²², o que reflete na intensificação dos pedidos de refúgio. A inconstância e a instabilidade poderiam ser justificadas pelas imaturas repúblicas que se criaram pós-processo de descolonização nos anos 60, processo muito recente após um longo período de exploração colonial.

O refúgio expõe os que Bauman (2017) denomina de "estranhos". Estes que sempre existiram e atualmente aumentam em números, circulam entre territórios a partir "da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas". Em suas palavras, eles "têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos". Para quem os recebem, tem-se o medo e a ansiedade do "diferente", pois significa desafios e mudanças no conforto tradicional. Em meio à ignorância, resta o desespero sobre como proceder (BAUMAN, 2017, p. 14).

Voltemos então à proximidade concreta dos dois deslocamentos, o econômico e o forçado. Sayad (1998) descreveu a realidade de grupos de argelinos principalmente de comunidades rurais que, por não verem perspectivas dentro da própria comunidade e do país, partiram para a França em busca de emprego e renda, criando uma relação de dependência entre o migrante e os que permanecem. Em suas entrevistas, Sayad (1988) mostra que a busca por trabalho é um dos principais motivos impulsionadores da imigração, apresenta os conflitos gerados pelo deslocamento em especial nas relações sociais e familiares, e a dupla configuração desse migrante que tem seu papel no país de origem sua funcionalidade.

Conceitualmente os processos de mobilidade humana se diferenciam entre voluntários e forçados. Mas a própria construção das categorias imigrante e refugiado demonstram as relações de poder existentes, de como se legitima a pessoa que chega e solicita a entrada em um país apresentando as razões de sua mobilidade. Por isso tais categorias não

²¹ "na Libéria, no Iraque, na ex-Iugoslávia, na Somália, em Ruanda e no Haiti" (JUBILUT, 2007, p. 144).

²² Burundi, Nigéria, República Democrática do Congo, República Centro-Africana e Sudão do Sul.

são estanques. No Brasil, apesar de ainda manter separadas as definições são presentes problematizações que consideram essenciais para pensar a integração e recepção dos indivíduos, práticas para permeabilizar os status para além de um rótulo definitivo nos moldes eurocêntricos apesar dos esforços de adaptações regionais (ROSSA; MENEZES, 2018).

Pensando no âmbito das migrações sul-sul, países que estiveram sob o julgo colonial atualmente refletem a perpetuação de modelos modernos colonialistas, no imaginário da população. Ndiaye (2020) enfatiza que a imigração de indivíduos de países europeus para o Brasil tem um número considerável, no entanto não são realçados como imigrantes. Ao fazer uma análise sobre a imigração senegalesa para o Brasil o autor exemplifica a presença de europeus em busca de trabalho nas mesmas condições que africanos, no entanto passando despercebidos como migrantes econômicos. Tal análise traz importantes pontos sobre a imigração no Brasil, a presença europeus de forma discreta atualmente, ainda é beneficiada pelo histórico favorecimento na entrada do grupo no país. Também, sublinha que é simplista estudar tendências da mobilidade no Brasil, sob o argumento de atração de populações oriundas apenas de países pobres, apontando para a heterogeneidade da população migrante (NDIAYE, 2020).

A diversidade não é só pela nacionalidade, mas também dentro da comunidade. Contudo, para os congolezes já no processo de chegada, há referencia da comunidade no Rio de Janeiro. Destacando assim o complexo processo de des-territorialização do migrante, pois ultrapassa a mobilidade. Cria-se uma “identidade migrante”, que para Haesbaert (2016) “é, na verdade, um somatório das mais diversas condições sociais e identidades étnico-culturais”. Essa identidade está vinculada: i) à classe e ao grupo a que se tem referencia; e ii) “aos níveis de desvinculação com o território” onde já se tenha uma base para sobrevivência, acesso a direitos e condições para a reprodução, manutenção ou reinvenção de suas referencias identitárias (HAESBAERT, 2016, pp. 249-250). No refúgio, a condição se complexifica ainda mais, em razão de envolver, por vezes, a falta de planejamento e violações de direitos humanos.

Em síntese, quando estamos falando sobre o refúgio, não estamos considerando-o a partir de uma escolha pessoal, mas a partir de uma condição estrutural que, para algumas comunidades, constitui um fenômeno tradicional e comum (apontada como cultural) que se classifica como imigração. Entre os estudos migratórios como nas histórias contadas por Sayad (1998), é possível perceber como é dolorosa a situação de pessoas sem “lugar”, caso também de muitos indocumentados atualmente no mundo, bem como de milhões de

imigrantes. São histórias de pessoas que procuram sobre-viver, e na melhor das hipóteses, melhorar a vida. São histórias de enganos, sucessos e insucessos, rejeições e fábulas, surpresas, medos, sonhos, esperas, incertezas. Isso não seria um deslocamento forçado? Um condicionamento imposto pela conjuntura estrutural? No caso específico do refúgio, a saída não tem certeza da chegada. Podem ser os grandes campos de refugiados, podem ser as ruas, eles podem nem chegar! Apresentaremos com mais profundidade algumas dessas questões levantadas não somente em teoria, mas em campo, nos relatos do capítulo quatro desse trabalho.

2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: UM HISTÓRICO DE COLONIZAÇÃO E CONFLITOS

A história dirá um dia sua palavra, mas não será a história que ensina em Bruxelas, em Paris, em Washington ou nas Nações Unidas: será a que se ensina nos países libertados do colonialismo e de seus títeres. África escreverá sua própria história, de glória e de dignidade, ao norte e ao sul do Saara (LUMUMBA, 2018, p. 130).

Continuando a ideia brevemente desenvolvida no capítulo anterior sobre a colonização e África, passaremos a estudar a República Democrática do Congo. A colonização da RDC ocorreu entre 1885 e 1960. Após ser explorado e destruído, o país se viu completamente desestruturado, fato que, além de dar margem a outros tipos de exploração, o transformou em palco de inúmeros conflitos políticos e longos períodos ditatoriais. O colonialismo é uma categoria-chave para entendermos o refúgio na atualidade, dado que estamos interpretando o refúgio, como dito, como consequência e efeito dos processos estruturais desencadeados naquela sociedade. O refúgio denuncia um processo não finalizado e a necessidade de análises e buscas de alternativas mais profundas, não apenas emergenciais.

A escolha do colonialismo como uma das categorias para entender o presente se deve à formação territorial do país, a qual tem correspondência no processo de dominação colonialista com marco na partilha da África. Anteriormente, o que podemos ver — tomando como base a coleção História Geral da África — são diversas sociedades na África Central²³. Os registros da Idade da Pedra Recente, da Idade do Ferro (cerca de 16 mil anos a.C.) e da expansão da língua Bantu — língua hoje difundida e reconhecida para além da linguística como possuidora de formas próprias, nomes próprios, etc — contradizem à visão difundida durante a dominação (e até mesmo atualmente) de uma África esvaziada de história.

²³ A Região Central compreende a República Democrática do Congo, Gabão, República de Congo, República Centro Africana, Ruanda, Burundi e o norte da Zâmbia (NOTEN e MARET, 2010, p. 692).

O colonialismo nos dá a base teórica para compreender esse todo, hoje denominada República Democrática do Congo, bem como o seu entorno, que também possui relações com os conflitos presentes atualmente, como Ruanda e Burundi. Para além dos conflitos, entender a violência desse período de dominação colonial e suas marcas deixadas nos fazem entender o esfacelamento da RDC como Estado independente hoje.

Contudo, é conveniente assinalar que as perdas no continente são anteriores ao período colonial, remetendo aos trezentos anos do período escravocrata (1500 a 1800), desestabilizando essa sociedade desde então. Sobre a partilha da África, Wesseling (2015) diz:

A história apresentada aqui é apenas parte de outra bem maior, a da sujeição e exploração da África. Uma história cheia de episódios cruéis e chocantes. Nem todos foram relatados aqui, não com a intenção de camuflá-los, mas apenas porque muitos deles ocorreram, ou antes do período investigado (o tráfico de escravos, por exemplo), ou depois (as atrocidades do Congo) (WESSELING, 2015, p. 14).

O período de 1880 a 1914 pode ser analisado de diversos modos, segundo Wesseling (2015). Em suas palavras, “pode-se enfatizar o imperialismo e o capitalismo, as causas e os efeitos, as estruturas e os processos, e assim por diante” (WESSELING, 2015, p. 14). Wesseling analisa a partilha do continente africano sob o olhar do europeu, fato que está muito evidente no trecho que o autor diz que tal episódio aconteceu de “maneira casual” (WESSELING, 2015, p. 14). Essa visão demonstra que a partilha da África não se tratou de um episódio, mas foi a materialização de um pensamento colonialista de referencial europeu, como ocorrido com a colonização das Américas com o comércio escravista na África, entre outros momentos; e portanto, não se iniciou, tampouco acabou com datas demarcadas. A casualidade referida aponta para a naturalização do episódio inserida dentro desse pensamento.

Na aspiração em afirmar a existência de sociedades outras ao período colonial, não ousamos levantar hipóteses de como seria a sociedade atual se não houvesse o ocorrido. No entanto, entendemos que vale deixar a reflexão, pois até o momento tal período não foi superado.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

No que tange os aspectos físicos, a República Democrática do Congo é um país diversificado, com grandes reservas hídricas, minerais, grande floresta tropical e savanas. Congo é o nome de um grande rio que perpassa seu território e que faz divisa com o país vizinho, a República do Congo. Quanto a sua população, a RDC possui pouco mais de 80 milhões de habitantes (84.004.989 exatamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2018), e cerca de duzentos grupos étnicos e linguísticos. Sua língua oficial é a língua francesa, mas há mais cinco línguas nacionais importantes — *Lingala, Swahili, Quicongo, Kituba e Tshiluba*.

O país possui um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo — 0,286, 187ª posição (SIMIELLI, 2013); a maioria da população tem como fonte de renda a agricultura. Em virtude de possuir, desde a sua formação como território um complexo histórico político, econômico e social, as análises empreendidas sobre ele podem ser feitas sob diversos aspectos.

2.1.1 Período pré-colonial

Antes de passarmos à compreensão de processos específicos desencadeados no que hoje é compreendido como República Democrática do Congo, é importante trazermos um pouco de sua história. Isso nos possibilitará compreender melhor o que acontece atualmente e, mais do que isso, entender que o discurso político, econômico e social de atraso ou incivilização não se trata de um processo simplório. Discorrer, mesmo que rapidamente, sobre esse histórico é uma tentativa de reversão de um discurso que prega o apagamento.

O Continente africano vem de uma cultura rica e milenar. No entanto, é carregado de estereótipos e imaginários negativos. Como sublinhado por M’Bow (2010), por muito tempo a África não tem sido considerada uma “entidade histórica”. Os principais fatores a contribuir para tais imagens são a escravidão e a colonização, fatores que contribuíram decisivamente para o conhecimento limitado da história da África em sua essência:

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de “brancos” e “negros”, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. (M’BOW, 2010, p. XX).

A dupla servidão apontada por M’Bow (2010) nos permite entender os efeitos da imposição do referencial europeu colonial, o qual, além de resultar em destruição material, internalizou o complexo de inferioridade e servidão ao povo colonizado. A ideia de civilização europeia apagava qualquer outra possibilidade de se viver em sociedade que não fosse pelo seu referencial. Passado o período de colonização, os estereótipos carregados de objetificação e barbárie permaneceram, juntando-se a toda destruição provocada pela exploração, o apagamento do continente como história, como civilização. Moore (2005) aponta para uma construção recente a partir do que se chama de escrita – ideia “eurocêntrica e hegemônica” – dividindo os povos em “com história” e “sem história”. Mudimbe (2019) ratifica o fato de que a colonização é um breve episódio em meio a um histórico milenar, mas que a intervenção colonialista europeia se inclinou a “organizar e transformar áreas não europeias em constructos fundamentalmente europeus” (MUDIMBE, 2019, p. 18). Eis a raiz do apagamento e marginalização africana.

Como reflexo, os estudos relacionados ao continente, além de terem vindo tardiamente, vieram principalmente do seu próprio algoz — o branco. Somente nas últimas décadas tem sido possível ler a história a partir do próprio referencial africano — a título de exemplo, o esvaziamento das sociedades africanas foi tema da obra de Césaire (2010), em

Discurso sobre o colonialismo —, o que tem sido desafiador. Referindo-se aos países do Continente Africano na história e ciência, M’Bow (2010) observa que

A situação evoluiu muito desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países da África, tendo alcançado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios a ela inerentes. Historiadores, em número crescente, esforçaram-se em abordar o estudo da África com mais rigor, objetividade e abertura de espírito, empregando — obviamente com as devidas precauções — fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades. (M’BOW, 2010, p. XXII).

A República Democrática do Congo, também conhecida pelo seu antigo nome Zaire, ainda é pouco estudada; somente após a década de 1970 alguns museus passaram a pesquisá-la. No entanto, os conhecimentos ainda são limitados em decorrência das dificuldades para estudos arqueológicos, consequência dos aspectos e condições físicas e do tardio investimento (NOTEN e MARET, 2010, pp. 615-616).

A história antiga traz importantes elementos desde a Idade da Pedra Recente e da Idade do Ferro Antiga, como mencionamos, para se compreender a expansão das línguas Bantu, bem como a difusão da metalurgia e de formas de vida pretéritas. Os poucos estudos existentes são ainda hipóteses, e em certos casos, incongruentes (NOTEN e MARET, 2010, p. 691). De qualquer modo, demonstram que a história da região é milenar.

Mais recentemente podemos falar do grande Reino do Kongo (ou Congo), atualmente repartido em Angola, República do Congo, República Democrática do Congo e Gabão. De acordo com Batsíkama (2012), o “primeiro núcleo proto-kôngo” teria sido formado ainda no século IX a.C. Sabe-se que essa região cresceu e permaneceu por séculos sendo destruído a favor do mercado escravocrata.

Existe uma documentação formidável sobre o Reino do Congo entre 1500 e 1800. Segundo Vansina (2010, p. 647), muitas páginas foram escritas sobre as estruturas que contribuíram para a evolução histórica da região. Ao longo de sua trajetória, sua base econômica, até então a agricultura, foi se complexificando, e alcançou, já nos séculos XV e XVI, uma organização bem estruturada. Os primeiros registros contam sobre a chegada europeia naquelas terras do português Diogo Cão, na bacia do rio Nzadi (atual bacia do Rio Congo) na época das grandes navegações (1482) (MUNANGA, 2007).

Mas foi no reinado do rei Afonso I, o mais longo, em que houve a aproximação de Portugal e a introdução do cristianismo. A partir daí, as estruturas políticas e econômicas foram reformuladas; com efeito, as desigualdades, bem como a participação no tráfico de escravos, aumentaram. Esse momento marcou o início da dominação portuguesa e o declínio do reino, que mais tarde sofreria com a ocupação colonial portuguesa, holandesa, com as divisões e as disputas entre Congo e Angola.

2.1.2 Período colonial

A demarcação do Congo é fruto, em parte, das aventuras e ambições do rei Leopoldo II da Bélgica, rei esse que sonhava em ter uma colônia. Nesse período, grandes potências européias iniciavam suas investidas no continente africano a fim de explorar matérias-primas e demais recursos que viriam atender a industrialização. O Congo foi “descoberto” — “descoberto”, como bem observa Wesseling (1998, p. 83) — em 1870, através das viagens de Brazza (1875-1878) e de Stanley (1874-1877), este último tendo suas viagens patrocinadas por dois jornais (um inglês e outro americano), que tiveram fundamental papel no aguçamento dos interesses europeus. Vejamos o seu relato:

Through the Dark Continent [Através do continente negro] tornou-se um best-seller internacional. Nele, Stanley exaltava a grande promessa do Congo, o qual dizia ser mais fértil do que o vale do Mississipi, e falava de uma “nova Índia”, muitíssimo apropriada ao comércio e à colonização. Além de considerações científicas e comerciais, contudo, havia também motivos humanitários para explorar a região. O tráfico de escravos, o canibalismo e o paganismo grassavam nessa parte da África clamando pela intervenção européia (WESSELING, 1998, p. 83).

Retomando ao que já mencionamos em outros momentos desse trabalho, o imaginário europeu já construído, de uma África entregue a barbárie, permitiu a Europa olhar para aquele território considerando-o livre para a invasão e qualquer tipo de exploração.

Para os europeus, a África permanecia sendo a fornecedora de valiosa matéria-prima — corpos humanos e presas de elefante. Mas sob todos os outros aspectos, viam ali um continente sem identidade, vazio, um lugar no mapa esperando para ser explorado, um território que passaria a ser descrito com frequência cada vez maior

por uma expressão que diz muito mais sobre o observador do que sobre o observado: o Continente Negro (HOCHSCHILD, 1999, p. 27).

Continente Negro, assim o foi chamado. “Negro” foi o nome dado ao continente e ao seu povo pelo colonizador (HOCHSCHILD, 1999). Como Santos A. (2015) colocou, o ato de nomear, essa ação colonialista também realizada nas Américas com os “índios”, é prática utilizada por adestradores. Dar um nome foi a estratégia utilizada para domesticar, e assim, homogeneizar o que havia sido repartido de acordo com os interesses: “ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de coisificar/desumanizar” (SANTOS, A., 2015, p.27). No caso do Congo, tratava-se de interesses tão particulares de um rei, dono de uma colônia 70 vezes maior do que o seu próprio país, que tal atitude pode ser considerada uma aberração mundial.

Leopoldo II, rei da Bélgica, um pequeno Estado independente desde 1830, era bastante estudioso. Segundo Hochschild (1999), sua decisão de investir em uma colônia foi tomada depois dele se informar sobre a lucratividade de outros países europeus com suas colônias. Como posto por Wesseling (1998), seu farto estilo de vida, suas viagens e relações, se confundiam com seus interesses e ambições:

O pensamento de Leopoldo revelava uma tendência exploradora tão grosseira que é surpreendente como ele conseguiu criar uma fachada de virtude, envolvendo o início de sua aventura africana em uma aura de caridade missionária e filantrópica, disfarçada com habilidade de perito (WESSELING, 1998, p. 90).

As articulações de Leopoldo II o permitiu chegar às convenções e participar do processo de partilha da África. A aquisição do território foi permeada por formas não convencionais: “surpresas, coincidências, mudanças de táticas e viradas do destino” (WESSELING, 1998, p. 92). Diante de muitos tratados e negociações transcorridas antes e após a Conferência de Bruxelas (Conferência Geográfica de 1876) e a Conferência de Berlim (ocorrida entre os anos de 1884 e 1885); interessado em conquistar territórios através de barganhas; em nome da civilização (com o seu discurso filantrópico), o rei adquiriu as terras, o então Estado Independente do Congo. Entre 1885 e 1908, Leopoldo II transformou o Estado

em sua propriedade particular, período marcado por uma total crueldade e exploração do povo nativo e dos recursos existentes.

As primeiras denúncias surgiram já em 1890, segundo Hochschild (1999). George Washington Williams, um negro norte americano, esteve em missão na África, e ao passar pelo Congo, ficou horrorizado com o que viu, a ponto de escrever uma “Carta Aberta” ao rei Leopoldo II. Essa carta foi distribuída como panfleto na Europa e nos Estados Unidos. O seu conteúdo denunciava principalmente as violações de direitos humanos sobre os congoleses no período de instalação colonial. Williams morreu não muito tempo depois. Mesmo não alcançando sucesso em suas indignadas acusações, foi um dos primeiros a ter coragem de dizer o que realmente acontecia naquele território, fatos que se tornaram, mais tarde, um grande escândalo (HOCHSCHILD, 1999).

A primeira grande exploração foi marcada pela extração de marfim, portanto, pela caça aos elefantes, e pelo carregamento de armas e cargas. Esses trabalhos, exploradores inclusive de mão de obra infantil, culminaram no grande aumento da mortalidade masculina. Os longos trajetos, castigos, chibatadas, levavam à irrecuperável fadiga e morte.

No final do século XIX, a segunda grande exploração foi a de borracha. Esse produto fez do Congo “de longe, a colônia mais lucrativa da África” (HOCHSCHILD, 1999, p. 171):

De repente, as fábricas estavam correndo atrás da substância mágica, e o preço da borracha subiu sem parar durante toda a última década do século XIX. Em nenhum lugar esse *boom* teve um impacto mais desastroso na vida das pessoas do que na floresta equatorial, onde as plantas nativas produtoras de látex enroscavam-se pelas árvores de quase metade das florestas do Congo do rei Leopoldo (HOCHSCHILD, 1999, p. 169).

Esse momento significou uma grande oportunidade para o rei se recuperar das dívidas e lucrar com a sua colônia. Mas o processo deveria ser rápido, pois os investimentos em borracha na América Latina e Ásia dependiam da maturação das plantações, algo que ocorreria em breve e abaixaria os preços. Foi assim que Leopoldo usou de toda sua ganância para extrair mais e mais borracha. Os métodos absurdos de escravização se intensificaram. Para isso, como salienta Hochschild (1999), o uso da força militar, essa que agia de forma “livre” no território, foi fundamental:

A estrutura de controle que Leopoldo impôs em todo seu enorme território era militar. Afinal, sem uma força armada não se pode fazer com que homens abandonem suas casas e famílias para carregar fardos de até trinta quilos durante semanas ou meses. O rei estava muito contente de poder controlar um exército próprio na África, uma vez que na Bélgica vivia às turras com legisladores que não paixão igual por construir grandes fortes, aumentar os gastos com o exército ou instituir o recrutamento obrigatório (HOCHSCHILD, 1999, p. 134).

Uma das estratégias mais utilizadas pelos colonizadores era fazer de reféns mulheres, crianças e chefes das comunidades. Para não entregá-los à morte, os homens se submetiam ao trabalho forçado e eram forçados a atender as cotas surreais de colheita. Também, o exército se aliava a comunidades rivais para conseguirem mais homens para robustecer suas tropas e escravizados a partir dos conflitos. Isso não significava que não havia resistências, que tudo foi resolvido pacificamente. A brutalidade da força colonial, com os seus métodos cruéis, suscitou contrarreações por parte da população congoleza. A resistência era punida com morte. A mão direita dos mortos era a prova do extermínio de comunidades que reagiam (as mãos decepadas comprovavam o número de mortes). Os episódios de decepamento ficaram marcados, pois muitas mãos eram de pessoas vivas.

Não havia humanidade. A colonização do Congo e de outras colônias do continente africano Hochschild (1999) não considera sequer como genocídio, já que não havia a intencionalidade de matá-los, e sim utilizá-los como mão de obra, eliminando-os somente quando julgado necessário. O tratamento demonstrando a insignificância desse povo estava explícito nos escritos, notícias, testamento, relatos e manuais relacionados ao território colonizado:

O testamento de Leopoldo tratava o Congo tão-somente como mais uma propriedade imobiliária sua, totalmente despovoada e à disposição dos caprichos do dono. Nisso o rei não diferiu dos outros europeus da época — exploradores, jornalistas ou colonialistas —, que falavam da África como se no continente não houvesse africanos; como se ele fosse uma imensidão vazia, à espera das cidades e ferrovias que seriam erguidas pelo condão mágico da indústria europeia (HOCHSCHILD, 1999, p. 112).

As denúncias contra o rei Leopoldo aumentavam a cada dia; por isso, ele não gostava de visitantes estrangeiros no Congo, e na verdade, ele próprio nunca pisou nesse território. No início do século XX, diante das barbáries cometidas, o rei começou a enfrentar as denúncias e

campanhas contra seu governo a nível internacional. Todavia, como salienta Hochschild (1999), isso não se deu em comoção às vidas dos congoleses, a reputação de Leopoldo se mantinha mesmo diante das acusações. As contestações vieram da observação de que seus benefícios pessoais se acumulavam de maneira espantosa. Foi Edmund Dene Morel, funcionário do porto da Bélgica, o informante das exorbitantes entradas de borracha e marfim não declaradas, demonstrando que a lucratividade ia muito além. As campanhas e denúncias realizadas culminaram na criação de uma Comissão de Inquérito, onde testemunhas nativas e missionários contavam sobre as atrocidades cometidas. Isso foi fundamental para a derrocada do rei Leopoldo II. Em 1906 iniciaram-se as negociações entre a Bélgica e o rei pela posse do Congo, encerradas em 1908.

Não bastassem todas as denúncias de espólio e todas as riquezas acumuladas, agora, em posse da Bélgica, o território era disputado entre famílias e o governo. No entanto “não havia nenhum advogado para argumentar que o dinheiro deveria ser devolvido aos congoleses” (HOCHSCHILD, 1999, p. 287). Na realidade, os movimentos de reforma do Congo não causaram tantas mudanças para os mesmos. As denúncias internacionais de violência diminuíram grandemente com a transferência da colônia de Leopoldo II para a Bélgica, pois um novo método estava em vigor e camuflava a exploração: a alta cobrança de impostos, a qual exigia um incessante trabalho por parte dos congoleses para pagá-los, era a nova estratégia belga de continuidade da exploração. Nesse período, a coleta da borracha passou da nativa para a cultivada, e novos investimentos em plantações de outros produtos, como o algodão, foram realizados. Com a Primeira Guerra Mundial, muitos congoleses foram recrutados para trabalhos exaustivos; o número de mortos cresceu drasticamente entre o fim da Primeira e a Segunda Guerra, com o crescimento da exploração mineral.

Dessa forma, o tratamento dos belgas para com os congoleses pouco se distinguiu daquele dado pelo rei Leopoldo II; ao contrário, os processos de exploração, espólio e genocídio aumentaram. Com a Segunda Guerra Mundial, o trabalho forçado e o saque dos recursos naturais (com o retorno da exploração da borracha nativa) marcavam um novo capítulo na história do Congo, porém, não tão novo assim. Hochschild (1999) relata que

Mais de 80% do urânio usado nas bombas de Hiroshima e Nagasaki vieram da superprotegida mina de Shinkolobwe, no Congo. Os aliados também precisavam de cada vez mais borracha para os pneus das centenas de milhares de caminhões, jipes e aviões militares. Parte dessa borracha saiu das novas plantações congolesas de borracha cultivada, mas os africanos também foram obrigados a entrar na selva, às

vezes por semanas a fio, em busca outra vez da borracha nativa (HOCHISCHILD, 1999, p. 289).

Hochschild calculou uma média de cinco a oito milhões de mortos nesse processo. Como ele mesmo observou, mesmo que fosse a metade, ainda seria “um dos maiores campos de matança do mundo moderno” (HOCHISCHILD, 1999, p. 11). Em outro momento, com base no recenseamento belga realizado em 1924, o autor chega ao número de dez milhões de pessoas mortas entre a era Leopoldo II, a transição para a Bélgica e os anos posteriores:

Em perdas populacionais dessa escala, o número total em geral é um misto proveniente de uma ou mais de quatro fontes intimamente ligadas: (1) assassinato; (2) fome, exaustão e maus tratos; (3) doenças; e (4) queda do índice de natalidade (HOCHISCHILD, 1999, p. 235).

A imprecisão do número de mortes e da forma como essas mortes aconteceram se deve à falta de censo e documentos desde a chegada dos belgas no território. A primeira tentativa de realização de um censo se deu no ano de 1920, quando a Bélgica estava preocupada com o baixo número populacional, porque afinal, isso representava menos mão de obra para a continuação da exploração. Mas é consensual, nas leituras realizadas, que o Congo viveu um verdadeiro genocídio no período colonial, e nesse sentido, discordamos de Hochschild, uma vez que o genocídio foi fatural, independente de ter sido intencional ou não. Não há precisão sobre o número de etnias extintas. O que se tem é um panorama baseado em uma média calculada pelo próprio colonizador a fim de obter maiores informações para exploração.

A título de comparação, entre os anos 1933 e 1945, quando o holocausto judaico matou cerca de seis milhões de pessoas, grande parte do território africano era colonizado e, somente para o Congo, temos um número similar ou maior! Inequivocadamente, o período temporal é mais abrangente; no entanto, não podemos deixar de considerar a magnitude do genocídio — não somente no Congo, mas de todos os territórios colonizados na África nesse período —, muito menos deixar de afirmar que tudo isso passou despercebido por grande parte da comunidade mundial, ratificando o pensamento introjetado de inferioridade e

apagamento do continente africano. De Leopoldo II à Bélgica, o que se tem registros é de um período sangrento e cruel.

2.1.3 A descolonização

Em 1960, em meio aos processos de independência do colonialismo europeu de vários territórios do continente africano, a esperança da emancipação e autonomia congolese veio através do Movimento Nacional Congolês (MNC), o primeiro partido constituído pela população local, em 1958. Com a independência conquistada e posterior eleição de Joseph Kasa-Vubu (presidente da República) e Patrice Lumumba (primeiro-ministro e chefe do governo), o nome do território passou a ser República do Congo, também chamado de *Congo-Leopoldville* — república essa, é bom lembrar, distinta do vizinho *Congo-Brazzaville*, uma colônia francesa. O fato é que o governo da nova república foi rapidamente sabotado. Seus ideais não agradavam as grandes potências (Bélgica e Estados Unidos). O resultado foi a apreensão e morte de Lumumba — nome muito importante nesse processo —, antes mesmo dele ter completado um ano de governo.

Os primeiros passos de libertação vieram do MNC liderado por Lumumba e outros nativos. Nesse momento analisaremos alguns trechos de cartas e discursos de Lumumba organizados pela editora Reaja (2018), mostrando um pouco da luta pela independência, luta que não era travada apenas contra a Bélgica, mas contra toda uma estrutura colonial que não aceitaria de bom grado tal libertação. Nesses trechos, é possível compreender a história pelo lado do próprio congolês à frente não só de uma luta, como também de um sonho de libertação. Esse olhar aponta para as amarras colonialistas e o racismo do ocidente, os quais, em nenhum momento, estiveram solícitos ao apoio da descolonização africana.

Dentre os principais objetivos do MNC, destacam-se:

Unir todos os congolese, sem distinção de tribo, raça, sexo ou classe, para realizar e consolidar a unidade política do Congo; prepará-los para a vida política e para a direção do país; conquistar a independência e dar vida a um estado democrático e moderno, fundado na liberdade, na justiça, na paz social e no bem-estar de todos os cidadãos (LUMUMBA, 2018, p. 28).

A independência requeria não somente a posse do território, da governança do país para os congoleses, como também da dignidade da população. A tomada colonial significou expropriação de todas as formas. O congolês não possuía direitos em qualquer esfera. A consequência disso, segundo Lumumba, é que

O Congo sofre hoje especialmente porque o congolês se sente estrangeiro em sua própria terra. As reivindicações formuladas pelos dirigentes políticos congoleses não são escutadas. Estes homens recebem o tratamento que se dá aos sabotadores ou aos espíritos exacerbados. Os belgas ouvem exclusivamente a quem responde com servis e benditos “*sim, sim*” (LUMUMBA, 2018, p. 34).

Lumumba escreveu sobre a realidade colonial dos departamentos administrativos, sublinhando a existência de verdadeiros desejos ou atitudes de manutenção do regime escravista entre os brancos, e por isso, da necessidade de um rompimento estrutural completo, já que em nenhum momento foi dada possibilidade de negociações:

Estes funcionários parecem sentir nostalgias pelo velho regime fundado no paternalismo, que já está minado em sua base e deve sucumbir totalmente. Durante este regime o cidadão congolês tinha só um direito: trabalhar, caçar e resignar-se. Um regime no qual não há diálogo algum; só o monólogo do funcionário branco que decide tudo, oferecendo suas decisões ao congolês como se fossem um pão bento. O monólogo durou demais e deve cessar, transformar-se em diálogo (LUMUMBA, 2018, p. 30).

Ao se referir sobre o funcionamento das estruturas nas administrações coloniais após a forçada entrada e permanência do colono, Fanon (2015) destaca que, além desse, evidentemente, se diferenciar da população local, ele fez questão de estar fora, de não se envolver em nada com o colonizado, apenas administrar em função de interesses dominantes:

Nas colônias, o estranho vindo de fora se impôs com a ajuda dos seus canhões e das suas máquinas. A despeito da domesticação bem sucedida, apesar da apropriação, o colono continua sempre sendo um estranho. Não são nem as fábricas, nem as propriedades, nem a conta no banco que caracterizam primeiramente a “classe dirigente”. A espécie dirigente é primeiro aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, “os outros” (FANON, 2015, p. 56-57).

Simplesmente, não havia qualquer interesse na população autóctone que não fosse considerando-a como força de trabalho, atitude que demonstra o desprezo inerente ao sistema. Como afirmou Fanon (2015), havia de existir disposição para a guerra colonial, afinal, esse era um negócio altamente lucrativo:

Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone. Para isso, é preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, o despojamento, a razia, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados (FANON, 2018, p.40-41).

Depois de toda a destruição provocada pelo colonialismo, aniquilação da forma de vida da população, do assassinato em massa e dos conflitos incitados, veio o pretexto do colono. A alegação de que os congolezes eram incapacitados de se autogovernarem estimulou uma disputa interna. Lumumba buscava unir o povo congolês temendo conflitos tribais semelhantes aos acontecidos em Brazzaville nos anos de 1959. Ele já previa os conflitos, já que era uma estratégia colonial que incitava desavenças políticas entre os próprios congolezes:

Tampouco se pode dizer, como faz o prefeito de Leopoldville, senhor Van Hecke, que somos energúmenos só porque não pudemos estudar. Não pode abusar de nossas divisões tribais para incitar congolezes contra congolezes: assim faz a administração colonial. Nós congolezes somos todos irmãos, e se a Bélgica quer evitar o drama de Brazzaville deve combater as divisões, junto a nós, em lugar de alimentá-las (LUMUMBA, 2018, p. 35-36).

Mais tarde, a exemplo de Brazzaville, ocorreu também em Ruanda o massacre dos *Tutsis*. Esse conflito, desencadeado a partir da colonização holandesa, despertador de disputas étnicas internas, é a principal origem dos conflitos que ocorrem ainda hoje no leste do Congo, bem como é um dos grandes motivadores do refúgio na atualidade.

Enquanto a campanha de libertação se estendia, do outro lado, o governo belga não acreditava que a independência viria tão rapidamente. Munanga (2007) diz que o projeto da Bélgica era de uma emancipação gradual, que duraria em torno de 30 anos. Hochschild

(1999) conta que a Bélgica foi surpreendida e que, obviamente, não recebeu bem o ocorrido, fato muito bem demonstrado na cerimônia oficial de independência, em 1960, quando a arrogância e o tom de superioridade do rei Balduino chamaram atenção. No dia da independência do Congo, 30 de junho de 1960, discursaram o rei belga Balduino e os recém-eleitos, presidente Kasa-Vubu e Lumumba primeiro ministro. Diferente do discurso inescrupuloso do rei, o brilhante discurso de Lumumba emocionou o povo congolês e africano. Lumumba falou de libertação, e, de alguma forma, levantava o alerta das potências coloniais para o surgimento de um inimigo: “Estamos orgulhosos, até o mais íntimo de nossa alma, de ter travado uma luta que foi de lágrimas, de sangue e de fogo, porque se tratava de uma luta nobre e justa, necessária para terminar com a humilhante escravidão que nos foi imposta pela força” (LUMUMBA, 2018, p. 64).

O discurso corajoso e caloroso de Lumumba enfureceu os colonizadores, pois esses jamais aceitaram verdadeiramente uma real liberdade, nem política, nem econômica, elementos interdependentes. “A República do Congo foi proclamada e nosso país amado está na mão de seus filhos” (LUMUMBA, 2018, p. 65). Imediatamente, os alarmes soaram no Ocidente, segundo Hochschild (1999). Dado que as “Corporações britânicas, belgas e americanas tinham vastos investimentos no Congo, país rico em cobre, cobalto, diamante, ouro, estanho, manganês e zinco” (HOCHSCHILD, 1999, p. 312), a independência representava um risco.

No entanto, tomar a frente do território congolês não seria algo trivial, afinal, toda a administração era belga, não existia preparo da população autóctone, formação para dar continuidade aos trabalhos, etc. Até então, os congolezes viviam em um regime de subalternidade, sem direitos, não contavam com profissionais nas diversas áreas que poderiam dar continuidade ao funcionamento administrativo da nação sem os belgas. A dependência era geral, eles precisavam de ajuda. Em cartas e negociações registradas, Lumumba já previa isso e solicitava ajuda aos europeus. As tentativas de negociações visando a formação dos congolezes para a governança do país, assim como o apelo de apoio ao povo belga para a compreensão da necessidade do processo de descolonização, aconteceram. A resposta foi o abandono imediato dos colonos, e o resultado, crises, essas também alimentadas pela Bélgica.

Não temos técnicos, é verdade. Desde o começo de nossa luta perdemos os belgas que ficaram. Mas quando se levantou o vento da liberdade, aqueles técnicos abandonaram nossa terra sem que ninguém os ameaçasse. Deixaram os moribundos sem atenção nos hospitais; deixaram as escolas fechadas e as fábricas paradas. Ao

irem, cortaram cabos, assaltaram instalações, roubaram todo o ouro de nossos bancos. Quem pode duvidar que queriam provocar artificialmente nossa crise para dizer depois triunfantes ao mundo que certos povos não merecem liberdade? [...] Por esse motivo, solicitamos ao mundo inteiro o envio de técnicos: à ONU, a todas as nações do Oriente e do Ocidente. Estamos convencidos da existência de uma lei superior à do egoísmo: a lei que une os homens livres. Só os países socialistas responderam a nosso pedido. Agora dizem que somos comunistas. Mas nós nos dirigimos ao mundo, não a blocos, colocando com clareza desde o começo uma política de neutralidade positiva. Portanto, tocava a quem quisesse ser nosso amigo leal, demonstrar sua amizade e não sua desconfiança (LUMUMBA, 2018, p. 96).

Munanga (2007) salienta a dificuldade de governança do país após anos de colonização, esta que foi a mais violenta de toda a África negra e que impossibilitou os acessos da população à educação, aos direitos políticos e à liberdade. Na independência, entre os 14 milhões de congoleses, havia apenas nove universitários, todos os serviços administrativos e militares estavam nas mãos dos belgas. Isso não impediu a libertação, mas gerou consequências que atravessam o histórico da jovem república até os dias atuais, nos campos político, econômico e social. O despreparo dos congoleses e a pressão belga instauraram um caos no país. Tanto no âmbito político quanto no militar, houve (e continua) uma desintegração em facções rivais, sem a legitimidade e autoridade. Conforme Munanga (2007, p. 17), o Congo passou por um verdadeiro “*vacuum* de poder”.

Os meses seguintes passaram por enormes desafios e crises. As conferências e cartas de Lumumba demonstravam os apelos de ajuda para a comunidade internacional — principalmente a ONU — em relação às interferências belgas nas questões políticas do país. Em uma das conferências na capital do Congo, ele fala da postura da ONU e do secretário-geral na época, Hammarskjöld:

Este senhor se transformou num instrumento de design, que já não é somente da Bélgica, mas de todos os colonialistas: o de impedir que nosso país seja verdadeiramente independente, o de impedir que o nosso povo desfrute das riquezas de sua terra, riqueza que uma implacável dominação já nos fez pagar com sangue, suor, com bestial esforço. A construção de um estado independente implica necessariamente na supressão de todas as estruturas políticas, econômicas e sociais herdadas do colonialismo e capazes de se constituir em obstáculos para o desenvolvimento da nação. Nossa escolha foi esta e quanto a ela não pode haver retrocesso do governo congolês. A Bélgica e todos os colonialistas se agrupam contra tal escolha. É daí o engano de ação do secretário-geral da ONU; é daí a tentativa de colocar-nos novamente, por meio da ONU, sob tutela (LUMUMBA, 2018, p. 94).

O que havia era toda uma organização voltada para os interesses ocidentais, em razão de a autonomia do Congo custar muitos lucros. Além da falta de apoio, era necessário suprimir ao máximo os congoleses, deixá-los sem saída, alimentar discórdias, para que, assim sendo, as potências mantivessem suas ações com as estratégias de dominação. A divisão era uma política eficaz, como Lumumba já ressaltava:

Durantes estes oitenta anos o negro deste país não foi senão um objeto e teve senão uma missão: trabalhar como uma besta para enriquecer aos colonialistas. [...] Esta vergonhosa empresa teve êxito graças a uma doutrina cara aos imperialistas de todos os tempos: dividir para reinar, sujeitar para explorar. Incitando-nos uns contra os outros, os colonialistas lograram, graças a esta política de divisão, explorar-nos cinicamente durante oitenta anos (LUMUMBA, 2018, p. 104).

Um dos principais enfrentamentos internos de Lumumba está relacionado à organização armada. O motim organizado pelos soldados congoleses foi expressão do sentimento de revolta frente à desvalorização desse exército perante as tropas belgas. Diante disso, Lumumba os promoveu ao comando, africanizando o poderio militar. Enquanto isso, em Katanga (antiga província da RDC), o governador Moïse Tshombé declarou a secessão da província, recebendo, com isso, o apoio belga. A Bélgica visava proteger os colonos presentes se organizando em pontos estratégicos em todo o país. A secessão resultou na restrição de parte da renda nacional, afetando a economia, além de incentivar, a partir do seu exemplo, o aparecimento de outras organizações opositoras no território, com a Bélgica, evidentemente, aproveitando-se estrategicamente disso. Tudo isso aconteceu nos primeiros meses de governo independente (MUNANGA, 2007).

Os conflitos internos aumentaram. Em poucos meses Lumumba seria alvo de acusações como as de “instaurar uma guerra civil no Congo”, bem como de fazer alianças com a União Soviética (portanto, se aproximar do comunismo), pela única razão de ter recebido auxílios dela quando não havia encontrado resposta a seus apelos em nenhum outro país. Nesse momento de crise, Kasa-Vubu apoiou as ações do comandante-chefe do exército, Joseph Désiré Mobutu, uma figura importante nos próximos acontecimentos, como revelado por Hochschild (1999):

As potências ocidentais tinham visto em Mobutu alguém capaz de defender seus interesses. Ele recebera pagamentos em dinheiro de agentes locais da CIA e de

aliados militares do Ocidente enquanto o assassinato de Lumumba estava sendo planejado (HOCHISCHILD, 1999, p. 313).

Lumumba foi preso e assassinado em janeiro de 1961. Somente 41 anos depois, em 2002, a Bélgica assumiu a autoria do complô que o derrubou, pedindo desculpas para a família e ao povo congolês. Já Kasavubu, também contribuinte do assassinato, governou até 1965, quando então foi deposto através de um golpe de Estado dado por Joseph Désiré Mobutu, o qual mudou seu nome para Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga, submetendo o Congo a um governo ditatorial que permaneceu por 32 anos de defesa de interesses internacionais e pessoais.

Mobutu tentava retomar a africanidade do país, por isso o renomeou — em 1971, de Congo, o governante renomeou o país para Zaire, e de Leopoldville, a capital passou a ser chamada de Kinshasa. Porém, seu governo foi marcado pelo uso abusivo do poder, poder esse usado para atender a seus interesses pessoais e enriquecê-lo grandemente, de forma tal que as suas ambições lembravam às do rei Leopoldo.

Mobutu chegou a recorrer à Europa para receber apoio em conflitos, como ocorrido com a vizinha Angola na década de setenta no período da invasão da atual Katanga. Também enfrentou seguidas crises econômicas, o que aumentou significativamente a dívida externa e deixou o país a beira de um colapso. Além de não abrir mão do poder, seu governo autocrata não permitia a legalidade de novos partidos. A crise se acentuou, e com ela, nem mesmo o exército recebia os salários em dia, o que abria precedentes para rebeliões. O crescimento da oposição foi inevitável.

2.2 CONFLITOS TERRITORIAIS INTERNOS RECENTES

Não havia registros de grandes conflitos relacionados às questões étnicas no vasto território congolês, mesmo existindo inúmeras populações, de variedades étnicas e linguísticas, com diferentes modos de vida, unificadas a partir do projeto colonial. Realidade outra a da vizinha Ruanda, onde os conflitos étnicos foram utilizados como estratégia de divisão e controle colonial. Na Ruanda, as principais etnias do país, *Tutsis* e *Hutus*, entraram em conflito por razões políticas ainda do período colonial. A administração belga escolhia

Tutsis para lideranças, fato que desagradava os *Hutus*, a maioria étnica. Após a descolonização, os *Hutus* tomaram o poder, deixando um clima ainda mais tenso e instável, marcado por crises constantes. O período de relativa paz cessou em 1994, quando o presidente do país foi assassinado. No dia seguinte à fatalidade, Ruanda vivenciou o conhecido massacre *Tutsi*.

Como salientado por Baloi (2017), a RDC não ficou imune às consequências do conflito ruandense, em razão de ter recebido um contingente na casa de um milhão de refugiados, situação que agravou ainda mais a crise pela qual a República passava. A presença de congolese da etnia *Tutsi* já era realidade na região leste, na região dos *kivus* (fronteira entre RDC, Ruanda e Burundi). Denominados *banyamulengues*, eles não mantinham relações próximas com os *Tutsis* refugiados recém-chegados. Outra questão é que os *Tutsis* não eram os únicos a buscar refúgio na RDC, havia também os *Hutus* moderados — também vítimas do genocídio —, além dos, mais tarde, *Hutus Genocidaires*, aqueles que haviam praticado o massacre:

Desta forma, hutus e tutsis ruandeses passaram a dividir o leste congolês com os nativos, o que anunciava claramente o protelamento do conflito ruandês, uma vez que os mesmos envolvidos continuariam a conviver, mudando apenas de local. O fluxo de refugiados ruandeses motivou, dentro da sociedade congolese, a formação de um fluxo de deslocados, o qual buscava abrigo longe de suas moradias habituais, forçados a se esconder nas florestas congolese (VALENZOLA, 2013, p. 64).

Mobutu permanecia inerte diante dos problemas instalados no leste do país, situação que aumentava a revolta e ensejava o surgimento de novas organizações paralelas ao Estado. Esses fatos foram grandes motivadores para a queda de um governo que já não caminhava bem. A corrupção e as benesses de uma pequena elite congolese concentraram as riquezas provenientes de extrações minerais e petrolíferas em suas mãos, aguçando os interesses dos países vizinho que financiaram organizações rebeldes. Esse momento demonstrou que não se tratava apenas de fundamentação étnica, mas, também, de interesses econômicos.

Após mais de trinta anos de um regime ditatorial já bastante enfraquecido politicamente e pessoalmente, em 1997 Mobutu é derrotado e exilado no Marrocos. Por sua vez, assume o controle Laurent-Désiré Kabila, líder da *Aliance des Forces Democratiques*

*pour la Libération du Congo (AFDL)*²⁴, grupo formado por dissidentes congolezes com articulações junto ao exército ruandense. Esse foi o preâmbulo da primeira guerra do Congo.

Ao tomar posse como presidente, Kabila renomeou o país para República Democrática do Congo. Segundo Valenzola (2013), a princípio, houve uma aparente estabilização, a qual durou até o momento em que o novo presidente decidiu retirar as tropas dos países que o ajudou na tomada do poder. Não satisfeitos, esses países passaram a financiar outros pequenos grupos rebeldes. Além desses, os *banyamulengues* também se encontravam insatisfeitos, graças ao não cumprimento das promessas realizadas pelo governo sobre resolução dos problemas causados com a presença dos refugiados do país vizinho. Desse modo, reiniciou-se um conflito muito maior, diante dos já inúmeros conflitos étnicos, abarcando parte dos países vizinhos, tropas rebeldes, soldados do governo e milicianos.

A Grande Guerra do Congo, eclodida durante o governo de Kabila em 1998, envolveu sete países africanos. Ao lado do governo estavam Zimbábue, Angola, Chade e Namíbia. Junto aos movimentos rebeldes, Ruanda, Burundi e Uganda. Mesmo com as tentativas de acordos de paz, essa guerra civil, também chamada de Grande Guerra da África ou Guerra Mundial Africana, durou até o ano de 2003, sendo considerada a mais mortal do mundo depois da Segunda Guerra Mundial, com um saldo de mais de 5 milhões de mortos. A intervenção da ONU foi aceita em meio aos conflitos e tentativas de paz. Com ela, no intuito de monitorar os acordos de paz e proteger os civis das inúmeras violências, em 1999 foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC).

Laurent-Kabila foi assassinado em janeiro de 2001. Segundo Malomalo (2013, p.11), as potências do capital estiveram presentes por detrás dos golpes sofridos pelo governo. Apesar de seu autoritarismo, Kabila sabia o potencial da RDC, e entendia a autonomia como saída. Quem assumiu a presidência foi o seu filho Joseph-Kabila, um jovem de 29 anos. Sua presidência foi confirmada em 2003, com a condição de que ele deveria governar assessorado de mais quatro vice-presidentes representantes de organizações e sociedade civil. Nesse mesmo ano, Kabila assinou um acordo pondo fim oficial à guerra (VALENZOLA, 2013, p.68).

Nas eleições de 2006 e 2011, Joseph Kabila ainda foi reeleito democraticamente. Reduzir a atuação das milícias, bem como atuar frente aos países vizinhos que as apoiavam, constituíam dois grandes desafios. Durante todos os anos após a Grande Guerra, a

²⁴ Tradução: Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo.

instabilidade do Congo prejudicou vários setores e processos, inclusive os eleitorais. Novas eleições presidenciais aconteceram somente no final do ano de 2018, quando Félix Tshisekedi saiu vitorioso. Apesar de ter sido carregado de tensões e suspeitas de fraudes, esse processo representou a primeira transição após o longo período de ditadura e posterior hibridismo entre democracia e ditadura sob o comando da família Kabila.

A breve exposição objetivou demonstrar os principais fatos políticos do período de formação da RDC. Nesse caso, optamos por entender as raízes da fragilidade do Estado a partir do comportamento histórico de diferentes agentes (internos e externos), com diferentes orientações, os quais defendiam diferentes interesses, cada qual com os seus desafios. Desse modo, podemos afirmar com segurança que a manutenção dos conflitos no Congo no presente está diretamente relacionada com a não resolução dos problemas estruturais pretéritos, sejam políticos, sociais e/ou econômicos. Como afirma Valenzola (2013):

Esse processo de desestruturação é intimamente conectado ao fato que citamos anteriormente de o Estado congolês, desde sua instituição, não se organizar em bases sólidas que pudessem permitir a constituição de um estado democrático de direito. Tal processo se inicia com a exploração imperialista belga, passando pelo longo período ditatorial de Mobutu e os questionáveis governos da família Kabila. É latente que na história do Estado congolês não houve um período considerável de administração estável que possibilitasse sua afirmação se compararmos, por exemplo, com o caso de países com história democrática mais longa (VALENZOLA, 2013, pp.81-82).

Por entendermos que a fragilidade do Estado abriu possibilidades para o surgimento dos problemas enfrentados atualmente no país, pensamos ser essa escolha metodológica a mais adequada para esse trabalho. Para a questão do refúgio, a análise imediata pode ser realizada considerando-se a presença de guerras, os conflitos, a presença de milícias, tudo o que tenha causado a extrema violência da população. É assim que reforçamos a necessidade de uma análise em profundidade, que investigue não somente as causas, mas, sobretudo, as consequências. Conferir a origem dos conflitos presentes às questões étnicas e econômicas atuais seria limitado diante da complexidade constituída ao longo dos anos.

Apesar da hipótese levantada durante a pesquisa, de que o principal problema do Congo estaria associado à extração mineral numa estrutura de manutenção neocolonial, não debruçamos em materiais suficientes para afirmar tal alegação. Do mesmo modo, não detalhamos a atuação das milícias e o importante papel exercido por elas no território —

principalmente nos financiamentos internacionais que contribuem fortemente para o enfraquecimento do poder estatal e a manutenção dos conflitos. São grupos de milicianos as Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), o Movimento 23 (M23), o Reagrupamento Congolês para a Democracia (RCD), o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), a União dos Patriotas Congolezes (UPC), entre outros. Muitas delas são apoiadas e financiadas pelos governos de Ruanda e do Burundi e por empresas multinacionais, dada a lucratividade da extração mineral. A complexidade dessas organizações ultrapassa a questão étnica, variando de acordo com a conjuntura política e social. Os grandes problemas, segundo Valenzola (2013), são os ataques a civis, a destruição de casas, estupros, mortes, etc.

Vale ressaltar que atualmente o minério *coltan*, uma mistura de columbita e tantalita, tem sido o principal produto em disputa, em razão de ser matéria-prima da indústria tecnológica dos celulares, computadores e eletrônicos em geral. Sua extração tem provocado violências na parte leste do Congo, na região dos *kivus*: ataques, mortes, trabalhos forçados, trabalhos infantis, estupros em massa e financiamento de milícias. Mupapa, um dos presidentes da comunidade congoleza no Rio de Janeiro inicia suas palestras sobre o Congo com a frase: “todo o mundo tem sangue congolês nas mãos, todos estão com celular”²⁵.

Macedo (2016) chama a atenção para o modo artesanal de extração do *coltan*, um facilitador para as irregularidades e um fator de barateamento de custos. Para ela, uma solução pode ser a certificação, já que o comércio ilegal contribui para a geração e financiamento dos conflitos:

Vale ressaltar que o comércio de minerais por atores não estatais é facilitado pela extração artesanal exigir baixo investimento de capital e mão-de-obra pouco especializada, além de ser facilmente movimentado. Durante a ocorrência de conflitos, a extração dos minérios é, ainda, facilitada por companhias privadas, pois seus lucros dependem da extração de recursos cujas reservas estariam localizadas em zonas de conflito. A mineração do coltan se liga aos conflitos congolezes de quatro formas: roubo, controle de produção das minas, taxaço/extorsão e comércio. Os grupos armados que se envolvem na produção e no comércio do minério, geralmente, participam de mais de uma destas estratégias (MACEDO, 2016, p. 8).

²⁵ Nota de campo: Palestra em 06 de outubro de 2018 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em vista disso, a pilhagem dos recursos minerais pouco se alterou em relação à época colonial; o que mudou foram os seus objetivos. Mesmo assim, de forma indireta, continuam a atender os interesses econômicos ocidentais:

A pilhagem de recursos, durante a colonização, tinha como objetivo principal a obtenção de lucros pelos colonialistas. Já durante o período pós-independência, passa a visar a obtenção de divisas para a defesa do território, especialmente a exploração perpetrada por Angola e Zimbábue, enquanto a exploração de recursos minerais no leste congolês constitui uma “pilhagem pura”, sobretudo, por Ruanda e Uganda, além dos diversos grupos armados presentes na região (MACEDO, 2016, p. 9).

Como estamos destacando no decorrer do texto, a política e a economia estão intimamente interligadas ao conflito; não há como compreendê-lo sem a atuação das classes dominantes do país, bem como as relações com os países vizinhos. Hoje a extração mineral, como apontado acima, tem sido uma das maiores fontes de renda do país.

Ao tratarmos da questão econômica que se relaciona ao desenvolvimento do conflito, somos obrigados a nos lembrar de dois pontos principais: a concentração de renda na camada alta da sociedade dentro da RDC e o interesse dos vizinhos no que se refere ao leste do país. Não é segredo que a exploração mineral e petrolífera são as duas principais fontes de renda na RDC. Algo incabível e, no entanto esperado, é que esta seja manipulada em função dos interesses pessoais da parcela alta da sociedade, levando ao empobrecimento relativo do Estado (VALENZOLA, 2013, p. 79).

Nesse sentido, a corrupção, em especial, tem sido o caminho seguido por muitos governantes. Isso afeta demasiadamente a esfera pública, e contribui também para a continuidade dos conflitos. O Estado enfraquecido é o principal responsável pelos problemas estruturais da RDC:

Se o interesse ou desinteresse estrangeiro soma-se com a má administração dos recursos econômicos para colaborar com a continuidade da condição de conflito armado no leste da RDC, pode-se dizer que a má administração do Estado não se resume somente à área econômica e, em boa medida, esse fator corresponde àquele de maior relevância para a continuidade do estado de conflito (VALENZOLA, 2013, p. 81).

Fanon (2015) fala de uma constante atualização nos modos de operação capitalista. Tanto a pilhagem quanto a exploração da população congoleza foram atualizadas dando continuidade, guardadas as diferenças e especificidades, aos processos coloniais, agora neocoloniais. No caso do Congo, diferente do período colonial que explorava e violentava a força de trabalho sem constrangimentos, atualmente, a atualização conta com novos elementos, entre elas, as negociações e diplomacias políticas e comerciais. A população passa a ser não somente fonte de mão de obra explorada, mas, também, mercado consumidor:

No começo da colonização, uma colônia podia ocupar territórios imensos: o Congo, a Nigéria, a Costa do Marfim, etc. Mas hoje, a luta nacional do colonizado se insere numa situação absolutamente nova. O capitalismo, no seu período de progresso, via nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufaturadas, podiam ser despejadas no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação de capital, ele chega hoje a modificar a sua concepção da rentabilidade de um negócio. As colônias se tornaram um mercado. A população colonial é uma clientela que compra. Então, se a guarnição deve ser eternamente reforçada, se o comércio decresce, isto é, se os produtos manufaturados e industrializados não podem mais ser exportados, é a prova de que a solução militar deve ser afastada. Uma dominação cega de tipo escravagista, não é economicamente rentável para a metrópole. A fração monopolista da burguesia metropolitana não apoia um governo cuja política é unicamente a da espada. O que os industriais e os financistas da metrópole esperam do seu governo não é que ele dizime as populações, mas que salvasse, por meio de convenções econômicas, os seus interesses legítimos (FANON, 2015, pp. 82-83).

Pode-se considerar que a transição do sistema colonialista para neocolonialista ainda é realidade no Congo. A força, assim como a exploração de matérias primas, ainda é empregada, mas com tentativas de negociações por meio da legalidade econômica (o braço colonial se torna invisível). O Estado, governado pelos autóctones desde a independência, se tornou o principal responsável pelas mazelas. Nesse caso, a narrativa muda. A população sofre por outros motivos e luta por outras conquistas, direitos, cidadania, embora a subordinação continue presente de outras formas, e a liberdade continue sendo um sonho:

A mobilização das massas, quando se realiza por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva. Assim, a segunda fase, a da construção da nação, é facilitada pela existência dessa argamassa, trabalhada com sangue e cólera. Compreende-se melhor então a originalidade do vocabulário usado nos países subdesenvolvidos. Durante o período colonial, convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, convidam-no a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o

subdesenvolvimento. A luta, afirma-se, continua. O povo verifica que a vida é um combate interminável (FANON, 2015, p. 111).

Em resumo, até o presente momento o país não experimentou a estabilidade. Silva (2012) acredita que, diante do histórico apresentado pela RDC, a violência é endêmica desde sua formação:

No caso da RDC, elementos relacionados tanto à guerra quanto à forma de travá-la foram igualmente relevantes para a estruturação do Estado. O país experimentou uma realidade conflituosa desde a sua independência (30 de junho de 1960). Foram três guerras principais (Crise do Congo, 1960-1965; Primeira Guerra do Congo, 1996-1997; e Segunda Guerra do Congo, 1998-2003); duas secundárias (Shaba I, 1977; e Shaba II, 1978); e uma situação atual em que a violência se tornou endêmica (Estado de Violência, desde 2003). Ao todo, foram quatro períodos políticos principais: o imediato pós-independência, também chamado de Primeira República (1960-1965); o regime de Mobutu Sese Seko, conhecido como Segunda República (1965-1997); o governo de Laurent Kabila (1997-2001); e o governo de Joseph Kabila (2001-....) – os dois últimos tentaram cumprir a promessa de uma Terceira República (SILVA, 2012, pp. 45-46).

Apesar da intervenção internacional, das tentativas de eliminação dos grupos rebeldes e das negociações, os conflitos, concentrados mais ao leste do país na região de *Kivu*, não se cessaram. Esses conflitos possuem motivações múltiplas, fato que os tornam mais complexos de serem resolvidos. Segundo o ACNUR (2018), “as violações dos direitos humanos ainda são generalizadas e incluem mutilações físicas, assassinatos, violência sexual, prisões arbitrárias e detenções em condições desumanas”.

Valenzola (2013) mostra que entre o ano de 1998 — início da Segunda Guerra do Congo — e o ano de 2009, mais de cinco milhões de pessoas morreram em sua decorrência. Tal situação já ultrapassou o “nível conjuntural e tomou proporções estruturais”:

Desta forma, porque os acontecimentos destruíram a coesão social antes mesmo que esta pudesse ser consolidada, entende-se que o conflito instaurado no Congo levou a uma situação que incapacita o Estado de agir unilateralmente para solucionar o mesmo e, assim, voltar a prover a segurança e os demais direitos básicos de que a população carece (VALENZOLA, 2013, pp. 75-76).

Mediante a esse cenário, a partir de 2010 a atuação da ONU tornou-se mais presente. Apesar de a *United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo*²⁶ (MONUC) tenha se transformado em *United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo*²⁷ (MONUSCO), missão continua a mesma, ou seja, a proteção dos civis diante dos conflitos entre governo e milícia²⁸.

Ainda na contemporaneidade, o país se encontra em situação de emergência. Os conflitos, a fome, a miséria, a falta de saneamento, as epidemias, etc. continuam assolando. Segundo o ACNUR (2018), há 4,5 milhões de deslocados internos e mais de 1,9 milhões de refugiados. Desse contingente, 735mil pessoas refugiadas (38,6%) estão na África Subsaariana e 541 mil (28,4%) estão em outros países do próprio continente. De acordo com a mesma fonte, há cerca de 600 mil congoleses pelo mundo, os quais migram principalmente para a Europa. Apesar de a proporção ser menor, esse cenário reflete também o Brasil, como apresentado no capítulo anterior. Os desafios para essa população se iniciam na RDC e se estendem até o refúgio.

Através dessa revisão bibliográfica, o capítulo procurou demonstrar, seja através das abordagens sobre o colonialismo, seja na própria história colonial africana e do Congo em específico, uma leitura racializada. Ao final, podemos concluir que o colonialismo não pode ser compreendido sem levar em consideração o seu par dialético, o racismo. Não é possível fugir desse fato. O racismo estruturou esse sistema e foi a base inicial para a exploração e subjugação dos vários povos não-brancos. Como destacou Fanon (2015), “o aparecimento do colono significou sincreticamente morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos. Para o colonizado, a vida só pode surgir do cadáver em decomposição do colono” (FANON, 2015, p. 111).

Décadas depois surgiu uma lenda dizendo que Leopoldo II não havia morrido e que estava morando no Congo (HOCHISCHILD, 1999). Na verdade, tratava-se da figura de outra pessoa, tão imponente e cruel nas tomadas de decisões quanto o rei. Tamanha semelhança, alguns denominaram-no de reencarnação:

²⁶ Tradução: Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo.

²⁷ Tradução: Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo.

²⁸ Aparentemente, segundo Valenzola (2013), com a criação da MONUSCO há maior credibilidade no governo congolês na resolução dos conflitos.

Mas não era preciso nenhuma reencarnação para que Leopoldo deixasse sua marca. A história pesa o suficiente sobre o continente africano: foram décadas de colonialismo, muitos séculos de tráficos de escravos e - algo que frequentemente é ignorado - séculos de escravização dentro da própria África, antes disso. Dos tempos coloniais para cá, o maior legado que a Europa deixou para a África não foi a democracia conforme ela é praticada hoje em países como Inglaterra, França e Bélgica; foi o autoritarismo e o saque. E, em todo o continente, talvez não haja nenhuma nação que tenha tido maior dificuldade do que o Congo em emergir das sombras do passado (HOCHSCHILD, 1999, p. 312).

Interessante como o autor de *O fantasma do Rei Leopoldo*, uma referência fundamental para esse trabalho, faz sua colocação a respeito desse episódio e dos traumas do colonialismo. Talvez “o fantasma do Rei Leopoldo” ainda paire sobre a República Democrática do Congo. Talvez Leopoldo seja muitos!

3 BRASIL, IMIGRAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL: PARAÍSO DAS RAÇAS, PAÍS ACOLHEDOR?

Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver "subido na vida" (Milton Santos).²⁹

Tal como a RDC, quatro séculos antes (no século XVI) o Brasil passou pelo processo de colonização. Como colocado na introdução, a imigração é parte de nossa formação territorial, formação essa que não pode ser entendida fora do contexto da invasão portuguesa. Seguindo a lógica imperialista baseada em ocupações e possessões, os portugueses não precisaram apresentar imediatamente os atrativos econômicos. Era preciso, primeiro, controlar as terras descobertas (MORAES, 2011).

É impossível precisar a população nativa existente nessas terras antes da invasão. Segundo Levy (1974), esse número varia entre um e três milhões de habitantes. De acordo com Vainfas (2007), o número varia de um milhão a 6,8 milhões. O fato da população nativa atual não ultrapassar 300 mil pessoas levou Vainfas (2007) a qualificar a colonização brasileira de “colonização de despovoamento *a priori*”.

Era importante a consolidação de uma estrutura produtiva, principalmente com a estratégia de ocupação de um território tão vasto (MORAES, 2011). A produção do açúcar, seguida da extração de ouro, contribuíram para a expansão colonial pelo interior do país. Ao tomar posse dessas terras e dar início às atividades extrativistas, uns dos primeiros desafios dos portugueses estava relacionado com a escassez de força de trabalho. Os primeiros a serem incorporados ao ciclo produtivo foram os índios. Foi o prelúdio do genocídio indígena: em

²⁹ Fragmento extraído do artigo de Milton Santos *Ser negro no Brasil hoje*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>>. Acesso em março de 2020.

nome de um discurso cristão, os indígenas foram catequizados, “adaptados” ao trabalho rígido e violentados, não só física, como biologicamente (pela proliferação de doenças).

3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL BRASILEIRA PELO OLHAR DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Por volta de 1550, as produções em outras colônias portuguesas não se mostravam suficientes ao interesses da coroa, de modo que Portugal precisou incorporar as terras brasileiras ao circuito produtivo. O problema da mão de obra, contudo, continuava latente, em razão de as tentativas iniciais de escravização dos nativos não terem sido bem sucedidas. É nesse cenário que o trabalho escravo da população proveniente do continente africano se fez necessário. O tráfico de escravos iniciou-se nesse período, aumentou e perdurou por 300 anos. Como mencionamos acima, dada a inexistência de registros seguros, é impossível precisar o número de entradas, mas para Abdias Nascimento (2016), a estimativa de quatro milhões pode ser baixa. Contudo, não há dúvidas de que essa foi a primeira grande população vinda para o Brasil. Em 1830, cerca de 63% da população no Brasil era composta por negros (MUNANGA e GOMES, 2006).

De 1822 a 1914, unindo as necessidades de força de trabalho e de povoamento, através de uma “política de imigração e colonização”, o Brasil colocou em prática esses dois processos indissociáveis (IOTTI, 2010). Essa política foi feita a partir do pensamento social da classe dominante vigente no poder, que acompanhou os delineamentos sociais. Iotti (2010) periodizou o Brasil pós-independência em quatro fases: 1) 1822 a 1930, a fase do Império de D. Pedro I, quando a criação de colônias para povoamento de outras regiões do Brasil foi incentivada, agradando, pois, aos latifundiários; 2) de 1830 a 1840, fase da regência, do abandono do projeto e incentivos a colonização; 3) de 1840 a 1874, período de retomada da política de colonização e pela disputa entre o parlamento imperial e as províncias, essas associadas às iniciativas privadas; e 4) de 1874 a 1889, período de fortalecimento do fluxo migratório marcado pela facilitação, incentivo e busca por imigrantes europeus, que nesse caso, ocorria paralelamente ao processo de abolição da escravatura.

A aprovação de algumas leis assinalava que a abolição estava próxima desde 1822. Em 1831, sem êxito, a Lei Feijó proibiu a importação de escravos para o Brasil. Quase vinte

anos depois, a lei nº 581 de 4 de setembro de 1850 proibiu o tráfico e a entrada de escravos no território brasileiro. Alguns dias depois, não coincidentemente no mesmo mês e ano (18 de setembro de 1850), foi promulgada a lei nº 601, a Lei de Terras, essa que teve como principal objetivo e consequência a limitação do acesso dos pobres a ela. Tendo em vista que a terra somente poderia ser adquirida por compra, isso viria atingir principalmente os escravizados recém libertos e os novos imigrantes. Em 1871 foi promulgada ainda a Lei do Ventre Livre; em 1885, a Lei do Sexagenário; e em 1888, por fim, a Lei Áurea.

Foi nesse contexto que o trabalho dos negros africanos escravizados foi gradualmente transferido para trabalhadores europeus brancos e livres. A abolição foi um “divisor de águas” para a “eliminação” do trabalho escravo e consequente entrada de novos imigrantes no território brasileiro, esses últimos com suas entradas, a princípio, justificadas como necessárias à eliminação das economias de subsistência e tradição escrava (LEVY, 1974, p. 52). Com isso, iniciou-se a chegada de imigrantes de outras nacionalidades — italianos, alemães, povos eslavos, dentre outros —, os quais vieram para povoar as colônias (principalmente as colônias da região sul do país), bem como para trabalhar na agricultura³⁰ e em obras de infraestrutura no sudeste. Retomando Iotti (2010), a república (1889-1914) reproduziu a mesma lógica do império, ou seja, o governo federal incentivou o povoamento das regiões mais escassas, mas logo, os próprios estados, incentivados pelo setor privado, tiveram a liberdade para fomentar a imigração. Até 1907, São Paulo foi o estado que mais recebeu imigrantes, principalmente devido à riqueza gerada pela economia cafeeira. Com a concentração, logo o Estado precisou intervir novamente para impulsionar novos fluxos, e assim, atingir a colonização de povoamento.

O primeiro censo realizado (em 1872) revelou o fluxo de entradas de imigrantes. A partir daí, é possível compreender a evolução na entrada de estrangeiros no território por ano e nacionalidade. Mais de cinco milhões de estrangeiros chegaram ao Brasil no período de cem anos. As cinco principais nacionalidades foram a portuguesa, italiana, espanhola, alemã e, a partir de 1908, a japonesa (LEVY, 1974, p. 56). As entradas desses imigrantes viriam contribuir para o aumento da população, força de trabalho, povoamento de áreas interioranas e principalmente para o projeto nacional de desenvolvimento.

O processo de imigração no Brasil também pode ser dividido em quatro fases, de acordo com as variáveis nacionalidade e número de entradas (LEVY, 1974). De 1820 a 1876, o período marcou o início das colonizações incentivadas tanto pelo governo, tanto pelo setor

³⁰ Em São Paulo os imigrantes em grande número viriam atender a economia cafeeira.

privado. A entrada foi na ordem de 350 mil pessoas, sendo as entradas de portugueses e alemães a apresentarem o maior fluxo de chegada dentre outras nacionalidades não especificadas. De 1877 a 1903, houve a entrada de mais de três milhões de imigrantes, com destaque para a entrada de italianos, portugueses e espanhóis. De 1904 a 1930, a maior chegada foi de imigrantes japoneses. Os números se reduziram na Primeira Guerra Mundial, mas voltou a crescer já em 1919 com a continuação da entrada de portugueses, espanhóis e outras nacionalidades. O quarto e último período (1931 a 1963) foi marcado pela Lei de Cotas, lei essa que restringiu a entrada de estrangeiros no Brasil, tendo por consequência a redução dos números, que ainda assim continuaram expressivos (pouco mais de um milhão de imigrantes entre portugueses, espanhóis, italianos, japoneses e gregos). O declínio foi abrupto somente após 1964. A partir de então houve uma maior diversificação das nacionalidades.

Tal política de povoamento, como já dito, acompanhava interesses políticos e pensamentos da classe dominante, dois fatores iminentes. Nessa trama de interesses e ideologias, a diversidade racial era vista como um problema a ser resolvido, como salienta Munanga:

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu País, mas também e sobretudo, propor caminhos para a construção da sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial (MUNANGA, 2019, p. 49).

A ciência, a política e o pensamento social se embasaram na Teoria Eugenista³¹. Os debates sobre a presença de imigrantes brancos no país já haviam sido iniciados em 1869, segundo Azevedo (1987). A ideia propagada era de desenvolvimento e progresso para uma população atrasada e colonial.

Quaisquer imigrantes seriam bem-vindos, desde que “agricultores, trabalhadores e moralizados”, o que não dizia respeito aos chineses, aos africanos e nem aos nacionais, descendentes de raças não-viris e pouco inclinadas ao trabalho. Tratava-se em suma de abrir o país ao progresso e para isso era urgente favorecer a chegada e estabelecimento de seus agentes, os estrangeiros pertencentes às raças vigorosas (AZEVEDO, 1987, p. 146).

³¹ O pensamento eugenista crescia, mas, até então, não era praticado por vias legais. O maior fluxo de entrada de japoneses comprova tal assertiva.

Nesse raciocínio, incentivar a imigração branca resolveria dois problemas concomitantemente: povoaria o território, portanto, traria o progresso; e eliminaria as raças inferiorizadas, isto é, a população negra e mestiça. Para Azevedo (1987), essa ideia era muito otimista:

As imagens decorrentes desta postura otimista em relação ao futuro de um país em que predominariam descendentes de europeus deixam a impressão de uma espécie de paraíso racial brasileiro, onde a miscigenação embranquecedora ocorria e continuaria a ocorrer livre e fartamente, sem quaisquer restrições (legais ou de costumes) e em todas as camadas sociais (AZEVEDO, 1987, p. 76).

A essa altura, a seleção da “raça” favorecida e da “raça” excluída deixava muito evidente a tônica do projeto colonial. Seja para as atividades urbanas ou para as atividades rurais, havia o imigrante “desejado” para a construção do “Brasil ideal”:

Os primeiros anos da década de 1880 podem ser vistos como uma sucessão de medidas imigrantistas, já plenamente definidas em relação à raça a ser favorecida. Em todas elas frisava-se a necessidade de oferecer vantagens específicas, bem ao gosto das aspirações que se atribuía aos imigrantes europeus, como, por exemplo, facilidades em adquirir pequenas propriedades rurais ou em se dedicar a atividades artesanais urbanas (AZEVEDO, 1987, p. 162).

Passaremos, a partir de agora, a entender o movimento eugenista no Brasil. O termo eugenismo foi cunhado pelo inglês Francis Galton (1822-1911), meio-primo de Darwin. Galton estendeu a teoria do melhoramento de espécies animais ao melhoramento da raça humana, biologicamente falando (ROCHA, 2010) e, assim procedendo, tornou-a base teórica do movimento eugenista ocorrido em mais de trinta países nas décadas iniciais do século XX (ROCHA, 2010, p. 11). A Sociedade Higiênica de São Paulo foi a primeira fundação a incorporar os princípios do eugenismo no Brasil, em 1917. Essa sociedade, composta por políticos e intelectuais de várias áreas, objetivava alcançar o branqueamento da população, assim como a eliminação da miscigenação, considerada uma degeneração racial (OLIVEIRA, ROCHA e LEAL, 2007).

O movimento eugenista no Brasil acabou adquirindo “características próprias”, muitas vezes, desviando-se da “ciência” estabelecida (KOIFMAN, 2012). Em sua obra

Imigrante ideal, Koifman (2012) destaca a existência de várias correntes de pensamento, dentre as quais chamou a sua atenção a corrente “fundada nos círculos de medicina legal, que associava crimes à questão racial e elaborava questões eugênicas relacionadas à imigração” (KOIFMAN, 2012, p.75). A chegada dos imigrantes alemães, conforme Lorenz (2008) destacou, representava a esperança da melhoria étnica e a preferência até mesmo entre os brancos do “tipo ideal” para compor a sociedade brasileira:

Nos debates sobre o branqueamento da nação, havia diferentes posições quanto à questão da origem desejada dos imigrantes europeus. Para muitos eugenistas, o fato de os imigrantes serem “brancos” era suficiente, enquanto outros defendiam o recrutamento exclusivo de imigrantes “arianos”: alguns membros da elite brasileira, como o professor de direito Hermann Byron de Araújo Soares e o filósofo Alcides de Bezerra, acreditavam nas idéias dos racistas europeus como Gobineau e Lapouge, que defendiam a superioridade das pessoas loiras de origem norte-européia. Para os representantes dessa posição, os alemães seriam um “coeficiente étnico de primeira grandeza”, como proclamou o jornalista Caio de Menezes (LORENZ, 2008, p. 32).

Por volta de 1845, havia certo consenso de que os imigrantes alemães (SEYFERTH, 2002) e os imigrantes naturais da Suécia (KOIFMAN, 2012) eram os “desejáveis”. Quase um século depois, após uma longa pesquisa, e a partir de um levantamento documental sobre a concessão de vistos no Brasil entre os anos 1941 e 1945, Koifman (2012) demonstrou que a lista dos “indesejáveis” incluía negros, judeus, japoneses, idosos, deficientes, entre outros. Aos “desejáveis”, a associação atuaria de forma a facilitar suas entradas, o contrário valendo para os “indesejáveis”. Do incentivo no século XIX ao controle no século XX, a imigração tomava os contornos da estratégia delimitada no projeto de sociedade brasileira. As tentativas de controle do fluxo migratório iniciaram-se nos anos de 1920, mas foi na década seguinte, a partir de 1930 no governo de Getúlio Vargas, que essa demanda se tornou regularizada, como salientado por Geraldo (2009) em sua pesquisa sobre os desdobramentos e discussões relacionadas à aprovação da Lei de Cotas.

Utilizando-se da retórica de “maior valorização nacional” (até hoje usual, diga-se de passagem), priorização da estabilidade e segurança política do país; alegando que o aumento do fluxo migratório poderia levar ao desemprego, o governo passou a restringir a entrada de estrangeiros no Brasil, dessa vez legalmente. O verdadeiro temor estava relacionado a dois principais motivos. O primeiro diz respeito à entrada de ideologias não condizentes com as políticas do Estado, principalmente trazidas por japoneses. Além de os japoneses terem

dificuldades para se integrarem aos costumes nacionais, estes vinham de uma nação imperialista e expansionista, portanto, poderiam representar uma ameaça à segurança nacional. O segundo temor é a diversidade étnica, que não incluía somente asiáticos, mas negros, judeus, entre outros grupos.

A resposta veio com a promulgação de duas leis: a Lei dos 2/3, a qual obrigava o emprego de trabalhadores nacionais nas empresas nessa proporção, e o estabelecimento do regime de cotas para imigração, presente no art. 121, § 6º da Constituição de 1934, chamada Lei de Cotas. Com isso, a legislação restringiu a imigração livre, permitindo o ingresso somente daqueles que podiam contribuir com o projeto de construção nacional, isto é, os estrangeiros que pudessem trabalhar para o aprimoramento do parque industrial brasileiro. Buscava-se, além de colonos para áreas despovoadas e necessitadas de trabalhadores, uma mão de obra qualificada e, o que era fundamental, o “melhoramento da raça”. A Lei de Cotas foi caracterizada como assumidamente eugenista ao limitar as entradas em dois por cento do contingente do ano anterior. Na prática, isso significou a proibição da entrada de negros e controle da imigração japonesa, portanto, aparentemente sucesso ao movimento. Conforme referências utilizadas, esse momento levantou um grande debate acerca da questão migratória no país:

Até o início da Constituinte, a maior atenção no discurso oficial, tanto de Vargas como do Ministério do Trabalho, estava voltada para o combate ao desemprego através do controle da imigração e da proteção ao trabalhador nacional. No entanto, com o início dos trabalhos da Assembléia, esta questão passou a ser enfaticamente associada às discussões raciais e eugenistas de seleção imigratória. As disputas na imprensa e em publicações oficiais ganharam a dimensão de uma polêmica nacional (GERALDO, 2009, p. 204).

Raça tinha sentido de inferioridade e superioridade, não havia mistério nisso: brancos superiores, não-brancos inferiores. A estratégia era branquear. Primeiro era necessário estimular o povoamento do território brasileiro com a população do continente europeu. Depois, promover a miscigenação para que assim predominasse o fenótipo branco:

Aí está a expressão mais acabada das condições de formação do povo: a mestiçagem pensada como verdade antropológica insofismável que influenciou o caráter nacional em todas as suas dimensões, inclusive a literária, não obstante o sentido de inferioridade presente na sua concepção, de certa forma superável pela possibilidade futura do branqueamento fenotípico. Tal possibilidade de conformação do tipo

brasileiro, porém, é duplamente condicionada: à diminuição dos cruzamentos das duas raças inferiores entre si (que resultaria no desaparecimento “natural” de negros e índios) e ao aumento dos cruzamentos com indivíduos da raça branca (SEYFERTH, 2002, p. 130).

O controle de entradas altamente rigoroso associado com a redução do interesse dos europeus em vir para o Brasil, culminou na incompletude do projeto. Na realidade, o Brasil passou longe de alcançar o branqueamento, pelo contrário. Com a miscigenação populacional, a necessidade de reorganizar o projeto de nação brasileira e seu povo tornou-se proeminente.

A obra *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (FREYRE, 1933) disserta sobre o pós-boom imigratório. Freyre apresentou uma nova abordagem para interpretar uma sociedade que abarcava pelo menos três raças. A forma poética como ele narra a convivência entre o indígena, o colonizador português e o negro, cada qual com as suas funções, seus afazeres e contribuições para a sociedade brasileira, naturalizava as hierarquias raciais. Na realidade, o que se tem é uma hierarquização que vai do branco ao negro, onde o negro é visto como o estrangeiro, o outro, e se nos permitirmos, podemos perceber a coexistência dessas formas de tratamento até aos dias atuais. Freyre representou a visão de um homem, branco, patriarcal, de fontes e formação europeia. Esse livro marcou não somente o pensamento daquela época, como também influenciou a crença existente ainda hoje de uma igualdade nunca existente.

Por tudo o que argumentamos, podemos afirmar com segurança que na formação territorial do Brasil, no projeto de sociedade desenhado, a questão migratória foi indissociável da questão racial. Elas pertencem a uma cronologia bastante definida: colonização, genocídio indígena, tráfico negreiro, abolição da escravatura, incentivo a imigração, tentativa de branqueamento, racismo estrutural. Pensamento social e política se alinham aos processos que atravessam a história de formação do Brasil como território.

A política de branqueamento não atingiu os seus objetivos. Tampouco a miscigenação ocorreu como planejada. Mas ambas abriram precedentes para o surgimento do mito da democracia racial. Baseado no discurso freyriano, esse mito não é algo que se integra de forma igualitária às diferentes camadas populacionais do país; ao contrário, a hierarquização permanece, ao mesmo tempo que passa uma imagem da constituição de “povo brasileiro” convivendo em harmonia a despeito de suas diferenças.

Antes de finalizarmos essa discussão sobre os processos migratórios e sua influência na formação territorial e social do Brasil, é importante ressaltar as transformações no cenário migratório no país. Diante das restrições e conseqüente queda das entradas de estrangeiros, somente a partir dos anos de 1980 a questão volta à tona. Até então, reflexo das políticas internas e das mudanças externas, as entradas permaneceram inexpressivas. Patarra (2005) fala sobre um período de grandes transformações em âmbito mundial. Parte dessas mudanças, segundo a autora, foi provocada pela globalização, a qual modificou e impactou os processos culturais, sociais, políticos, econômicos e demográficos. Como apontaram Milesi e Marinucci (2017), a complexificação da mobilidade, a variação e a sua amplitude alcançaram novos contornos:

Em outros termos, o mundo globalizado, apesar dos muros erguidos contra a livre circulação de pessoas, caracteriza-se pela intensa mobilidade humana, uma mobilidade cada vez mais ampla – de um ponto de vista numérico e geográfico –, diversificada – no que diz respeito a seus sujeitos –, e complexa – em relação a suas causas e efeitos (MILESI e MARINUCCI, 2017, p.27).

Esses fatos revelam que aquele Brasil visto como um país receptor de imigrantes (até a publicação da Lei de Cotas em 1934) se apresenta nos anos oitenta com números migratórios baixos em relação ao seu histórico. A imigração nunca deixou de acontecer, no entanto, com a transformação gradativa, tais volumes foram decaindo com o passar dos anos, chegando aos anos de 1980 com um quadro inverso.

O crescimento da emigração, por sua vez, segundo Milesi e Marinucci (2017, p.35), acompanhou o contexto mundial, apresentando redução somente a partir de 2007 com a crise econômica que atingiu mais sensivelmente os Estados Unidos, a Europa e o Japão. A saída de brasileiros do país tem como principal objetivo a busca de melhora econômica. O perfil é composto majoritariamente por jovens de classe média, tendo como destino principal os Estados Unidos, país onde os jovens ocupam postos de trabalho sem qualificação denunciando a falta de oportunidade de emprego e ascensão social no Brasil. Outros grupos de brasileiros tem se deslocado para países europeus como Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, e fora do contexto europeu, para o Japão. No caso do Japão, a maioria dos emigrantes representa, além das necessidades econômicas, características históricas e étnicas dos processos migratórios de chegada no Brasil em décadas anteriores. Há ainda o deslocamento de brasileiros para o Paraguai, movimento que caracteriza uma relação

fundiária e fronteiriça (PATARRA, 2005). Segundo as estimativas realizadas pelo Itamaraty, até o ano de 2014 havia cerca de cinco milhões de brasileiros morando no exterior.

Retomando a questão imigratória, o decréscimo nas entradas a partir de 1980 representou uma queda de cerca de cem mil imigrantes em cada um dos períodos, de 1981-1990 e de 1991-2000 (PATARRA, 2005, p. 28), pouco em relação ao somatório realizado por Levy dos censos desde 1872, quando esse número chegou a cinco milhões de imigrantes. Entretanto, Patarra (2005) chama a atenção para o “estoque de imigrantes”, ou seja, para a presença no país de imigrantes de fluxos migratórios anteriores. Outro aspecto que apresentou mudança é o perfil dos imigrantes. No final do século XX, cerca de 40% emigraram de países do Mercosul, seguido de europeus, asiáticos e norte-americanos. Não somente a origem, como também a classe social, alteraram-se conforme a região: enquanto a maioria oriunda do Mercosul era de pobres indocumentados, grande parte de fronteira, os imigrantes de origem europeia e norte-americana eram empresários ou representantes das áreas de ciência e tecnologia, portanto, mão-de-obra qualificada (PATARRA, 2005).

Isto posto, recuperando todos os aspectos da questão que envolve o Brasil e a imigração brevemente apresentados até aqui, é possível afirmar que houve íntima correlação não só com os processos de ocupação territorial, como também com a formação social brasileira. As diversas correntes migratórias, das quais se destacaram o tráfico de africanos e a chegada dos europeus e asiáticos, alternaram-se em volumes e períodos, e foram essenciais na composição demográfica da população brasileira, somada à população nativa.

Depois de mais de um século tentando controlar a imigração de forma a atender um projeto racista, os novos fluxos migratórios pós-1990, como mencionado, apresentaram uma nova configuração ao assistir a entrada de imigrantes da América Latina e do continente africano, ou seja, imigrantes oriundos de países em desenvolvimento, muitas vezes refugiados e não-brancos. Essa conexão sul-sul revela o novo momento da questão migratória brasileira, que enfrenta o desafio de superar as políticas eugenistas do passado e, mais do que isso, recepcionar todo o imigrante de forma em que se alcance a equidade, dentro da diversidade brasileira. Há, portanto, uma mudança brusca no perfil de entradas no país depois de séculos de formação dentro de um esquema racista. A partir desse histórico, não surpreende que os desafios vão além dos novos marcos legais.

A globalização trouxe novas perspectivas aos processos migratórios e o desafio de eliminar políticas restritivas para que o país pudesse se tornar um Estado acolhedor, diferente do passado colonial e pós-colonial. O problema da mobilidade foi aparentemente resolvido

com a facilitação dos transportes e dos meios de comunicação, indicando um aumento das possibilidades pela “redução das distancias”. Mas isso foi somente aparente, posto que os muros, convencionais ou não, bem como as desigualdades, aumentaram proporcionalmente. A globalização é uma fábula, como alertou Santos M. (2012). A realidade é perversa. Nesse ponto, questionamos se a diversidade do discurso freyriano, unido ao atual discurso da globalização, representa de fato a realidade de todos os brasileiros e imigrantes.

3.2 QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: DIREITO À CIDADANIA E EXCLUSÃO DO NEGRO

A partir de agora tentaremos compreender o lugar do negro na sociedade na trajetória da nossa formação territorial. Como vimos, o Brasil recebeu imigrantes de pelo menos quatro continentes (americano, europeu, africano e asiático), num verdadeiro encontro de culturas e civilizações, cada qual contribuindo nessa formação ao seu modo. Como aponta Abdias Nascimento (2016), a junção teve como base a escravidão e formou-se com identidade própria:

No Brasil, é a escravidão que define a qualidade, a extensão, e a intensidade da relação física e espiritual dos filhos de três continentes que lá se encontram: confrontando um ao outro no esforço épico de edificar um novo país, com suas características próprias, tanto na composição étnica do seu povo quanto na especificidade do seu espírito - quer dizer, uma cultura e uma civilização com seu próprio ritmo e identidade (NASCIMENTO, A., 2016, p. 57).

O histórico colonial e os processos que gerou e organizou a sociedade continuam presentes no cotidiano da população, mas sobre outros formatos, com outras relações, embora com os mesmos projetos. Assim, é fundamental pensar a questão do negro dentro dessa sociedade e como se caracterizam essas relações, principalmente nesse trabalho que visa compreender a chegada de imigrantes negros no país.

Este tipo de racionalização constitui um modelo da ideologia das classes governantes tentando o impossível: provar a ausência do racismo na sociedade escravista. A maliciosa artificialidade do argumento, apresentando a estratificação

social como oposta à racial, não resiste à mais superficial análise, já que era o fator racial que determinava a posição social. Foram escravizados os africanos (negros), e não os europeus (brancos). Este é o fato histórico que conta (NASCIMENTO, A., 2016, p. 66).

O negro escravizado, considerado por muito tempo mercadoria, contribuiu de inúmeras formas para a construção do Brasil sem nunca ter sido aceito de fato na sociedade, realidade que perdura até aos dias atuais. Ao falar sobre o genocídio do negro no Brasil, Nascimento A. (2016) aponta para uma “escravidão em liberdade”:

Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos “livres”, e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o “problema” só podia ser, como de fato era, cruamente *racial*: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita como “inferior” (NASCIMENTO, A., 2016, p. 81).

A negação da cidadania, criminalização e marginalização dessa população foram ações necessárias para a perpetuação dessa condição. Após a substituição da mão de obra escravizada por brancos livres, ao negro restou a margem. Não houve qualquer política de reparação ou inclusão, permanecendo assim a degradação trazida pela escravização:

O resultado foi jogar aquela imensa população negra liberta num processo de competição desigual com a mão de obra imigrante e branca. Sem nenhuma política pública reparadora, após abolição, os(as) negros(as) foram incluídos de forma excludente no processo produtivo: de maneira geral restaram-lhes os afazeres presentes nas regiões rurais economicamente decadentes, as atividades urbanas desqualificadas e as tarefas propiciadoras de risco de morte ou a própria morte. [...] Essa é uma das marcas do racismo: retirar o negro do mercado de trabalho digno. Ao afetar o trabalho, por ampliação, todas as dimensões da vida relacionadas à mobilidade social e cultural e às condições de saúde (psíquica e física) da própria pessoa e da sua descendência são golpeadas. Trata-se de efeito dominó (CFP, 2017, pp. 40-41).

A falta de acesso a terra e ao trabalho impossibilitaram a ascensão social do negro ao passo que outros grupos presentes no país cresciam e se afirmavam. Além de existir atividades específicas para os negros — de subjugação, informalidade —, havia ainda a

criminalização de suas estratégias de sobrevivência e tentativas de apagamento de sua forma de existência. Assim, a Lei de Terras (lei n. 601, de 18 de setembro de 1850), a criminalização da capoeira e vadiagem no Código Penal de 1890, a perseguição e folclorização das religiões de matriz africana são alguns exemplos da violência praticada contra essa população.

Dissertando sobre as relações raciais no Brasil, Gonzalez (2018) identifica o negro como pertencente à estrutura social, mas de forma subordinativa ancorada no racismo. Na “divisão racial do trabalho”, o negro é a massa reserva do sistema capitalista:

Gostaríamos de propor aqui a perspectiva segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da produção das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação - qualificação - submissão) e distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura de classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalista – ou outras relações, se for o caso – são as dominantes. Mas ainda, o racismo como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição (GONZALEZ, 2018, p. 97).

Esse quadro demonstra que a exclusão do negro não era total, mas específica: um tipo de exclusão de direitos, de possibilidades de se adequar dignamente a sociedade. Uma exclusão lenta e gradual, que implicou no apagamento de suas formas de vida, promovendo inúmeras formas de genocídio, além deses terem sido, como posto por Gonzalez (2018), “chutados para a periferia”. A abolição os formalizava como cidadãos, no entanto, negou-lhes a garantia de “uma cidadania social, uma cidadania civil e de uma cidadania política”. Na prática, aconteceu o contrário: aos negros foi atribuída uma cidadania que fere sua própria identidade, o envergonha e o degradada:

Portanto, essa cidadania a que estamos nos referindo aqui, no decorrer destes debates, a cidadania do negro é uma cidadania estraçalhada, é uma cidadania dilacerada, uma vez que a questão da identidade está aí colocada também, no sentido de vergonha de ser negro (GONZALEZ, 2018, p. 241).

Desse modo, entendemos que a política de branqueamento se tratava de uma estratégia que estava além da promoção de incentivos à imigração. Mais do que isso, o branqueamento era também subjetivo, pois tinha como ponto de referência a civilização

branca, alterava a identidade do negro, este que deveria não somente se enquadrar aos ditames, mas assimilar biológica, psico e culturalmente. Esse fato não foi exclusivo do Brasil, mas fez parte inclusive da formação da identidade latino-americana:

As classes dominantes desenvolveram uma forma paternalista de supremacismo branco mais insidiosa que o racismo agressivo. Enfatizando a assimilação biológica e cultural, ela cria a ilusão de uma mistura feliz e disfarça seu conteúdo racista, minando a identidade e a consciência coletiva de dominação dos descendentes de africanos (NASCIMENTO, A., 2019, p. 336).

O escamoteamento do racismo presente no processo de miscigenação foi realizado principalmente através do uso da cultura. A inclusão das danças, da capoeira, da comida, etc. vindos da população negra na cultura brasileira facilitou a crença da integração social. Enquanto isso, as desigualdades raciais em outros aspectos, como no acesso a educação e ao trabalho, permaneciam díspares, ao mesmo tempo em que se limitava o reconhecimento das discriminações. “Ou seja, quanto menos conflito racial, mais eficiente o racismo” (NASCIMENTO, A., 2019, p. 340). É nesse sentido que Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez utilizam o termo “mito da democracia racial”.

O acesso a educação no Brasil é um exemplo de como a cor da pele determinava quem podia ou não ir à escola. Outro exemplo ainda presente na atualidade está relacionado com o acesso ao trabalho, onde literalmente as vagas buscavam um perfil correspondente a uma “boa aparência”, significando, com isso, pessoas de pele branca (GONZALEZ, 2018). São desafios enfrentados pelo negro dentro de um discurso contraditório de democracia racial:

Tais contradições remete-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à lei áurea, nosso país é o grande exemplo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, etc., ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores (GONZALEZ, 2018, p. 101).

Acoplado a esse discurso vem o mérito para o branco e a estereotipação do negro, um ciclo de subalternidade e de marginalização constante. Adiciona-se a isso, retomando Nascimento A. (2016), a promoção de uma “consciência coletiva” ilusória de integração, estratégia utilizada pela elite branca para manter o controle social:

O esquema é exatamente hierárquico. Tanto no caso do indígena quanto no do negro percebemos que é o branco quem controla sempre as decisões a nosso respeito. No caso do negro especificamente, vamos perceber que deste vértice inferior, onde está o negro, até o vértice superior, onde está o branco, o famoso contínuo de cor vai mexer profundamente com a identidade do próprio negro na sociedade brasileira (GONZALEZ, 2018, p. 234).

Em relação aos efeitos subjetivos do colonialismo, o Brasil pouco se difere da República Democrática do Congo. A questão ultrapassa o biológico (fenótipo); na verdade o branqueamento é carregado das simbologias de um modelo estruturante racializado. O que queremos dizer é que ele representa um modelo de civilização, que para ser satisfeito, precisou apagar o que era do negro, inclusive para ele mesmo, tanto no Brasil como na RDC. Mesmo que os processos tenham se desenrolado de formas diferentes, em tempos diferentes, a ideia de civilização, a busca em alcançar o progresso, a rendição ao capitalismo e a constante subjugação da população às mazelas foi contínuo, mesmo após processos de libertação.

Embora tenha se debruçado poucas vezes nas questões raciais, o geógrafo Milton Santos, homem negro e uma importante referência, fez sua contribuição sobre cidadania:

Cabem, pelo menos, duas figuras em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são? [...] O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas por ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, M., 2014, p. 19).

A cidadania está atrelada a história, a cultura, a forma de organização, necessidades, interesses e capacidade de consumo. Para o negro, contudo, mesmo para aqueles que possuem um capital financeiro e cultural, a cidadania não se aplica tal qual a do branco. Nascer em determinado país e ser cidadão no mundo carrega consigo a sujeição aos valores sociais e

morais, e no Brasil, como vimos, há nítidas demarcações no que diz respeito à raça e ao gênero inclusive interseccionados em vários momentos:

Se nós constataremos a existência de uma divisão racial do trabalho neste país, se nós constataremos a existência de uma divisão sexual do trabalho nesse país, evidentemente não podemos falar de flores, teremos de falar de uma situação trágica, sim, neste país que ainda não se constituiu como nação em função do caráter absolutamente colonizador das classes dominantes, que dominam que exploram as classes dominadas (GONZALEZ, 2018, p. 264).

Nesse sentido, questionamos qual foi o papel do Estado diante desse quadro. A história já nos deu inúmeros exemplos sobre a atuação aliada do Estado Brasileiro a favor dos interesses de uma classe dominante, não por acaso, branca. Parte disso é pela falta ou impedimento de participação do negro nas esferas de poder, como aponta Nascimento A. (2016). Quantativamente falando, o negro é maioria; no entanto, nos espaços de poder, não conquistou legitimidade ou igualdade na sociedade. Nas palavras de Nascimento A. (2016), “Muito pelo contrário, a realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como minoria econômica, cultural e nos negócios políticos” (NASCIMENTO, A., 2016, p. 98).

Essa dominação atinge os mais variados campos: político, econômico, cultural, etc. O mercado de trabalho é um dos planos que mais revela a condição de degeneração do negro no país e está intimamente ligado à produção do espaço, principalmente quando falamos do negro no Rio de Janeiro, cidade em que realizamos a pesquisa com os refugiados. São esses argumentos que nos permitem concluir que o fim da escravidão foi incompleto. O negro foi e continua a ser tratado como o “outro”, o que foi escravo. Ele continua carregando a marca de uma estrutura escravagista, isso é, a marca racial, além de ser visto como “perigoso”:

Sem trabalho já no início do século XX, os negros, como grupos preferencialmente excluídos do mundo do trabalho, também não tiveram os direitos reconhecidos de serem considerados incluídos com relação aos direitos mínimos que os demais grupos sociais tinham. Assim, herdaram-se os procedimentos dos negros quilombolas do século anterior. A verdade é que grupos hegemônicos da sociedade sempre trabalharam associados ao Estado para que o controle pudesse ganhar ares de legitimidade (CAMPOS, 2012, p. 64).

Expulsa das terras em que trabalhavam e sem condições (financeiras e legais) para comprar suas próprias, à população negra restou os cortiços e os quilombos periurbanos. Em seu trabalho sobre o espaço criminalizado no Rio de Janeiro, metodologicamente Campos (2012) volta ao fim da abolição para localizar as origens dos espaços suburbanos. Grande parte da população negra migrou para as grandes cidades na busca de trabalho e renda, consequência da falta de trabalho no campo; daí a origem das favelas. Não somente a população negra, como também os migrantes (principalmente nordestinos) e os fluminenses ocuparam esses espaços (MARTINS, 2019). De certo modo, a abolição serviu, em partes, para fazer a intermediação população negra - mundo urbano. Como vimos, a integração foi marginal, e a luta para integrar o negro na sociedade que o exclui desde sempre, é contínua.

Importante destacar que não foi criada nenhuma política pública, seja relacionada à geração de emprego e renda, seja em relação à garantia de habitação. Na realidade, a população ficou a mercê do Estado (exceto da violência), com possibilidades mínimas de direitos:

Assim, considerar o quilombo (espaço transmutado), o cortiço e a favela como formas espaciais de resistência ao poder constituído é restabelecer a lógica das classes populares, tornando os ocupantes desses espaços como sujeitos responsáveis pela história socioespacial das cidades. Para contraporem tal situação, as classes dominantes percebem os grupos pobres como indivíduos que vivem no limite da marginalidade, passíveis de serem tratados como uma questão de polícia e nunca como uma questão social (CAMPOS, 2012, p. 66).

O Estado tem papel determinante nesse processo, sobretudo, porque tem a legitimidade do uso da força, e a usa contra essa população com o respaldo do próprio pensamento social brasileiro. Podemos destacar os inúmeros deslocamentos forçados na cidade do Rio de Janeiro em nome da valorização de áreas até então faveladas. A política da negação, a falta de saneamento, transporte adequado, educação, saúde, traduzem lugares de fome e miséria, demonstrando o descaso, a ineficiência (ou inexistência) de políticas públicas, que, por outro lado, podem ser muito eficazes aos interesses capitalistas. Como posto por Martins (2019, p.23), “A criminalização da pobreza, a gentrificação e a limpeza urbana cometidas pelas autoridades sempre foram praticadas com o objetivo de afastar os pobres dos grandes centros”. Os relatos escritos por Carolina Maria de Jesus dizem sobre o sofrimento em meio a fome, a falta de moradia adequada, de saneamento, de esperança, a angústia de viver uma vida condenada, situação que a faz questionar o próprio sentido da vida: “17 de

maio Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro país sofrem igual aos pobres do Brasil?” (JESUS, 2014, p.33).

Outra grande referência a discutir as consequências geográficas dos processos de ocupação colonial é Mbembe (2018a). A colonização se caracterizou, segundo ele, pela “demarcação e afirmação do controle físico e geográfico” (MBEMBE, 2018a, p. 38). Assim procedendo, estabeleceu hierarquias e fronteiras, dentro das quais vivenciamos “a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais” (MBEMBE, 2018a, p. 39). É a partir desses imaginários que é realizada a distinção dos diversos grupos presentes no espaço, a criminalização e a constituição de direitos que se diferenciam entre a população, levando em consideração classe, raça, gênero. A higienização, a gentrificação e a criminalização tornam-se ferramentas para concretização da soberania do Estado.

Por outro lado, esses espaços são, sobretudo, espaços de resistência, de vivência do negro, espaços de luta. Importante destacar que o próprio tráfico e a escravidão não foram aceitos de forma pacífica, como diz Nego Bispo, quilombola, outra grande referência para esse trabalho. Bispo conta que há muitos negros que nunca foram escravizados porque fugiram antes mesmo de serem obrigados a prestar trabalhos forçados. Esse é o caso de alguns pretos da sua comunidade Saco do Curtume, no Piauí. Alguns formaram quilombos, Palmares o mais famoso no Brasil, mas existem muitos outros, dos quais são exemplos, extraídos de Antonio Bispo dos Santos (2015), Caldeirões, Canudos, Pau de Colher. Os quilombos, mucambos, retiros, etc. são exemplos das formas de organização derivadas das lutas do negro no país. Além disso, vários movimentos marcaram a resistência negra nos regimes escravista e pós-escravista, a exemplo da Revolta do Malês (1835) e Revolta da Chibata (1910).

“O quilombo do Rio de Janeiro é uma favela”, escreveu Beatriz Nascimento (2018, p. 190). É o subúrbio, o morro, é a escola de samba, é a forma de viver da empregada doméstica, é o botequim, a Central do Brasil. A autora disserta sobre a importância desses espaços como contraponto ao sistema escravista. Mais do que isso, segundo Nascimento B., tratava-se de “sistemas sociais autônomos à sociedade global” (2018, p. 191); ideia próxima à de Gonzalez (2018, p. 264), para quem “existe uma vida paralela à vida da sociedade dominante, da cultura dominante, da classe dominante”. Concordando com Campos (2012), Nascimento B. (2018) compreende as favelas como uma transmutação dos quilombos. “O termo quilombo caiu em desuso, juntamente com a legislação que o criminalizava” no fim do século XIX (no sentido histórico de contraposição ao sistema escravista). Mas, enquanto

materialidade, os quilombos continuam representando resistência e formas próprias de “auto-organização comunitária contra colonial” (SANTOS A. B., 2015, p. 49). Em novos termos:

O estabelecimento das populações constitutivas dos “quilombos” em territórios delimitados nos séculos anteriores, levanta a questão da sua continuidade física. Nos documentos referentes à correspondência do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro com o Ministro da Justiça e negócios Interiores, no século XIX, vários territórios que aquela época compreendiam “quilombos” são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra (de menor poder aquisitivo), assim como segmentos populacionais de outras etnias com a mesma origem de classe. Esta composição populacional tem grande semelhança com a dos ex-quilombos. Situação idêntica ao Rio, ocorre em Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, não somente nas áreas urbanas, como também nas de economia rural decadente (NASCIMENTO, B., 2018, p. 217).

No Brasil, o negro sempre esteve em luta e permanece na linha de frente na busca de direitos, pela cidadania. É preciso entender que a negação de direitos e a exclusão de qualquer tentativa de inserção na sociedade brasileira é uma realidade constantemente atualizada; daí a importância dos movimentos negros frente ao genocídio histórico do negro no país. A Revolta da Chibata, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Movimento de Mulheres Negras (MMN) e o Movimento Negro Unificado (MNU) são alguns exemplos de organizações que se consolidaram na busca por esses direitos. A reiteração da fundamental importância do movimento negro para a construção de sua identidade e afirmação de sua existência e resistência para a sociedade é realizada, entre outras e outros, pela intelectual militante Lélia Gonzalez (2018), já citada algumas vezes nesse texto. Gonzalez coloca que as estratégias de sobrevivência do negro são múltiplas; dos quilombos às favelas, a população pobre e negra resiste e luta pela inclusão nos espaços de direito. Nas palavras de Nascimento A. (2016),

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar as suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (NASCIMENTO, A., 2016, p. 101).

Esse círculo vicioso alimentado pela sociedade e pelo próprio Estado reflete nos espaços racializados, onde a população negra se encontra majoritariamente:

É por isso que a sociedade não se distribui uniformemente no espaço: essa distribuição não é obra do acaso, ela é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de *necessidade*. Essa necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento (SANTOS, M., 2012, p. 61).

Pensando nos espaços ocupados pelos negros e todo o ordenamento socioespacial, a conclusão extraída é que o Brasil é um país racista desde a sua formação colonial e escravagista. Nesse sentido, a mudança recente no perfil de imigrantes pode ser compreendida como uma denúncia dessa estrutura que se mantém. No próximo capítulo, dissertaremos sobre os espaços ocupados pelos refugiados congolese negros, relacionando suas dificuldades e desafios quando se cruzam com os desafios enfrentados pela população negra brasileira.

4 ESTUDO DE CASO: REFUGIADOS CONGOLESES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Tentaram arrancar o amor

Matando alguns amigos

Tentaram arrancar o amor

Matando familiares

Tentaram arrancar o amor

Nos fazendo de escravos

Só esqueceram que

O amor é sofredor

(Trecho da Música “O Refúgio na Arte” do MCLZ da Congolândia³²).

Nesse último capítulo vamos apresentar os resultados da pesquisa empírica com os refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro. As informações extraídas das entrevistas, dos trabalhos voluntários, das visitas nas instituições e eventos, todas sintetizadas em um diário de campo, se cruzarão com os elementos teóricos levantados até aqui. Na introdução discorreremos sobre a metodologia utilizada, sobre os encontros, desencontros e reencontros que nos trouxeram até as pessoas / instituições mencionadas nesse trabalho. Nossa exposição será modificada nesse capítulo, tendo em vista a sua adaptação para o formato de relato, já que nossos olhares perpassaram a pesquisa e foram registrados como diário.

De antemão, não podemos deixar de registrar o quão desafiador foi o caminho percorrido para a análise desses dados, menos para a realização das entrevistas ou campo, mais no que diz respeito à interpretação dos mesmos enquanto pesquisadora. Esse tipo de enfoque exigiu um cuidado para que as percepções não ultrapassassem a relação com a pesquisa, dado que nossas percepções não são neutras em relação à militância negra. Portanto, conscientes da cientificidade, esse trabalho não é neutro das nossas crenças, percepções e de nossa própria relação corpo - mundo. Vale ressaltar que ser negra no Brasil nos define em uma realidade e nos traz experiências bem diferentes dos refugiados. Nossa percepção

³² Jovem congolês refugiado no Brasil, residente atualmente no Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=Vi9ziX0uXz8>>. Acesso em julho de 2020.

militante se atenta para muitas coisas que quem não é talvez não perceba com tal nitidez e criticidade. Salientamos, por fim, que nossas percepções não vêm de um senso comum, mas estão embasadas em uma extensa referência bibliográfica, como apresentamos.

4.1 EM CAMPO: ENTREVISTAS, RELATOS E VISITAS. NOTAS SOBRE O REFÚGIO NO RIO DE JANEIRO

A partir desse momento daremos início na exposição da pesquisa empírica. Os relatos das entrevistas serão expostos fora da ordem de realização das mesmas. Como mencionado introdutoriamente nos caminhos da pesquisa, primeiro entrevistamos os refugiados, e somente depois, as instituições. No texto, as informações extraídas das instituições serão exibidas antes das trajetórias de vida dos congolese. Entendemos que nessa ordem as informações se complementam com mais nitidez. Ao final, apresentaremos os relatos de nossos trabalhos de campo.

4.1.1 Instituições e seus ofícios nessa trajetória

Quando o assunto é migração, é fundamental que se evidencie o papel desempenhado por instituições. Inevitavelmente, qualquer pessoa que entre no Brasil e queira se estabelecer, precisará, antes, passar por estas. Somente após esse procedimento, o imigrante tornar-se-á oficialmente um sujeito com direitos e deveres. Como elencaremos os passos realizados pelo refugiado recém-chegado no Brasil, é importante que entendamos as funções de cada uma. Moreira (2014, p.94) apontou os principais atores na integração de refugiados no Brasil (quadro 1):

Quadro 1 - Atribuições das instituições envolvidas na questão migratória brasileira

Instituições	Atribuições
Estado	Fornecimento de serviços básicos universais (como saúde, educação e documentação)

Sociedade Civil (ONGs, instituições religiosas e demais)	Oferecimento de serviços essenciais, como auxílio à alimentação, cursos para aprendizado do idioma local, cursos profissionalizantes, entre outros
ACNUR	Agência internacional da ONU com financiamento do auxílio concedido através das Cáritas. Fornecimento de expertise e colaboração técnica para programas. Articulação internacional de apoio às necessidades emergenciais

Fonte: Elaborado pela autora com base em Moreira (2014, p.94).

Iniciaremos nossa arguição com as atribuições da Cáritas RJ, principal referência nacional no que diz respeito à questão da imigração e refúgio, instituição citada por todos os entrevistados dada sua relevância no apoio imediatamente à chegada. A seguir apresentaremos a Casa de Rui Barbosa, referência no apoio jurídico especial para congoleses, principalmente para os presentes há mais tempo no país. Por fim, é importante ressaltar as atribuições do CEIPARM, as quais são mais relacionadas com as políticas públicas do estado do Rio de Janeiro. Apesar de não ser citada pelos entrevistados, a articulação realizada entre todos os setores nos direciona às principais dificuldades enfrentadas pelos refugiados, no quesito direito e necessidades básicas. As entrevistas com as instituições foram feitas justamente para conhecermos com mais proximidade seus trabalhos realizados, e assim ser possível preencher as lacunas de nossa pesquisa sobre o real serviço prestado. Ressaltamos que os próprios congoleses, por vezes, incompreendem o ofício dessas instituições.

4.1.1.1 A Cáritas

O Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio do Rio de Janeiro (PARES Cáritas RJ) foi criado em 1976 no contexto de vigência da ditadura militar. Inicialmente vinculado a igreja, foi pioneiro na atenção aos refugiados vindos de países vizinhos os quais, contraditoriamente, estavam sendo perseguidos por seus regimes militares — caso de Argentina e Uruguai. O Brasil não podia ser considerado um país acolhedor dado o contexto semelhante, mas servia de rota para a Europa, garantindo proteção para a saída. A

instituição apresentou contradições desde sua formação, tanto no contexto político, quanto na direção inicial.

O Programa resistiu ao tempo e às circunstâncias, fez parcerias, conseguiu apoios — do ACNUR, por exemplo —, e, já no novo contexto brasileiro de democratização, se consolidou como referência na recepção de refugiados³³. Atualmente representa a sociedade civil no CONARE, conforme relatado pela assistente social Aline Thuller, entrevistada no dia 26 de julho de 2019. Nesse mesmo ano, essa instituição atendia 23.397 solicitações³⁴, número que tem aumentado a cada ano.

De acordo com as informações passadas pela representante da instituição, a Cáritas possui quatro frentes de atuação, resumidas a seguir:

- Acolhimento: atendimento inicial na chegada; verificação de documentação; busca por abrigo; emergências iniciais; encaminhamento para a polícia federal;
- Proteção: orientação jurídica; pedido de refúgio; informações sobre direitos e deveres; entre outros acompanhamentos;
- Integração Local: atuação de assistentes sociais, psicólogas (os), pedagogas (os) na integração social do refugiado no Brasil; atendimentos de saúde mental; encaminhamentos para cursos de línguas e outros cursos profissionalizantes; orientações e estratégias para sobrevivência; atividades culturais;
- Mobilização: informação/sensibilização da comunidade, do Estado e das empresas para o trabalho; recebimento de apoio e doações, entre outras.

A Cáritas possui parceria com a Polícia Federal, mas o fato desta ter como missão a promoção da segurança e não de direitos humanos, os atendimentos iniciais são logo encaminhados àquela, o primeiro suporte ao refugiado. Contraditoriamente, essa instituição não recebe recursos do governo; seu financiamento (e treinamento) é realizado pelo ACNUR, sustentando ainda, em menor medida, com doações, voluntariado, editais e projetos. A consequência é que a Cáritas trabalha contingenciada tanto financeiramente, como também (e fruto disso) no que se refere aos recursos humanos. Atualmente o quadro de pessoal é

³³ O primeiro grande grupo recebido pela Cáritas no Rio de Janeiro foi de angolanos em 1990.

³⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.caritas-rj.org.br/numeros-atendimentos-na-caritas-rj.html>>. Acesso em abril de 2020.

composto somente por vinte e cinco pessoas para atuar nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais como representantes do ACNUR.

Contextualizar sua situação é fundamental, visto que a insatisfação sobre o real apoio dado aos refugiados foi generalizada. Isto porque alguns deles acreditam que existe um apoio financeiro constante, e esperam o fornecimento de serviços de atribuições do Estado. Os refugiados recebem um apoio mensal no valor de 300 reais. No entanto, como apontado pela representante entrevistada, devido à grande demanda, tal apoio é limitado e atende a uma lista de prioridade que segue, respectivamente: doentes crônicos, idosos, mães sozinhas com crianças e pais sozinhos com crianças. O benefício é pago aos recém-chegados, podendo durar até seis meses. Eles também recebem cestas básicas e demais doações, sendo priorizados os grupos mais vulneráveis no momento. A assistente social entrevistada está envolvida no trabalho da instituição há anos, e por isso, consegue identificar as particularidades da população congoleza no processo de atenção da instituição. A seguir vamos destacar os pontos mais relevantes abordados em nossa entrevista.

Desde 2007, os congolezes representavam o grupo de refugiados que mais davam entrada no país. A gravidade dos conflitos nos locais de origem fez com que o Brasil adotasse o reconhecimento *prima facie*³⁵ de todos os congolezes (assim como dos sírios posteriormente), fator que contribuiu grandemente para a expressividade das entradas nesse período; ao passo em que a interrupção desse reconhecimento, dentre outros fatores, repercutiu no decréscimo dos números nos anos recentes, enquanto a entrada de venezuelanos se vê aumentada.

Não somente a proporção, como também o perfil, se modificou. Inicialmente os homens representavam cerca de 70% das entradas. Com o passar dos anos, esse percentual caiu para 55%, ao mesmo tempo em que o número de mulheres e de crianças aumentou.

Com base em uma informação não oficial obtida em uma entrevista realizada com um membro de uma das comunidades, a entrevistada fala sobre as constantes saídas dos congolezes do Brasil. Ela acredita que isso se deve, em partes, à burocracia do processo, principalmente da embaixada do Brasil na RDC, a qual faz exigências de documentações muitas vezes não condizentes com a realidade dos congolezes. Esse fato tem dificultado a vinda de novas pessoas, como também de familiares dos presentes aqui para a reunião familiar, algo raro ultimamente. Atrelado às crises que estamos vivenciando, com poucas

³⁵ Reconhecimento imediato do status de refugiado.

oportunidades de inserção nos mercados de trabalho, os congolese tem se arriscado na saída para outros países, principalmente Canadá e Estados Unidos, o que tem gerado preocupação em razão desses deslocamentos serem altamente perigosos. São pessoas sem referência de lugar, sem enraizamentos, pessoas que não possuem mais medo da perda após tantos traumas, pessoas que buscam, incessantemente, melhores condições de vida.

Geralmente os refugiados congolese têm um histórico de vida marcado por muitas dificuldades. Muitos deles sofreram gravíssimas violações de seus direitos, incluindo estupros, mortes, perdas de entes queridos, etc. Um povo muito sofrido e “ao mesmo tempo é um povo muito resiliente, para nossa cultura, assustadoramente forte”, diz a entrevistada a partir de sua experiência, ressaltando a força inigualável que esse grupo possui para lidar com a dor e com a morte.

Os congolese se apóiam, há um sentido de comunidade, de família, que segundo a percepção da representante da instituição, é muito importante, especialmente porque a Cáritas não faz direcionamentos para abrigamentos. Aliás, não há abrigo direcionado aos refugiados no Rio de Janeiro, exceto na condição de interiorização³⁶. Por outro lado, essa união comunitária pode dificultar a integração com os brasileiros, principalmente no caso das mulheres, podendo, por exemplo, desestimular a circulação na cidade e o não exercício na fala do português. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pela Cáritas constituem importantes meios de integração social. A instituição incentiva a comunicação com outros grupos justamente para evitar a formação daquilo que eles denominam “guetos”.

Sobre as relações dos congolese com a as suas lideranças, a entrevistada diz que há muita articulação. Já a relação da instituição com lideranças, ela acredita que é necessária uma relação criteriosa, já que existem pelo menos três lideranças somente na cidade, o que pode comprometer no atendimento que deve ser a todos, sem diferenciação.

Finalmente, ao lado da burocracia citada, vamos dar ênfase aos principais desafios enfrentados pelos congolese no Brasil, primeiro, segundo a perspectiva institucional. O principal deles, citado pela representante, diz respeito ao idioma. Muitos chegam ao Brasil sem falar nem mesmo o francês (os idiomas mais usuais são *lingala* e *swahili*³⁷), o que os deixam muito dependentes de intermediários. Em parceria com a Cáritas, a Universidade

³⁶ Deslocamento da fronteira para o interior do país com o apoio do governo e instituições ligadas. Condição no momento disponível apenas para venezuelanos.

³⁷ Língua *bantu*, pertencente ao grupo etno-linguístico com o mesmo nome. Grupo de maior presença na RDC (TANNURI, 2010).

Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) oferece ensino básico de português para comunicação inicial no país. A UERJ é uma grande aliada no enfrentamento desse inconveniente.

Outro desafio está relacionado à questão racial. Os congoleses começam a descobrir o racismo “à brasileira” assim que chega a esse Estado. Dentre os inúmeros relatos que chegaram e continuam a chegar até a entrevistada durante anos de atendimento e participação em atividades, ela relembra alguns casos de manifestações racistas sofridas por crianças no ambiente escolar, não apenas vindo de alunos, mas, também, e o que é mais grave, de professores, numa situação muito complexa, pois alia o racismo com a xenofobia. Como se trata de situações novas para muitos deles — a representante da Cáritas conta que já atendeu pessoas que sequer conheciam brancos! “Para eles essa relação é muito doída”, diz —, é preciso tomar cuidado com os discursos sobre racismo. Tem sido comum chamar de racismo os desconfortos sentidos nos tratamentos recebidos, situação que pode banalizar o assunto.

A Cáritas também faz intermediações do refugiado com o mercado de trabalho. Conforme relatado, nesse quesito as manifestações racistas são diversas, de descrições de vagas de empregos abusivas em relação ao horário de trabalho a pedidos de “boa aparência”, entre outras. A instituição não faz encaminhamentos para vagas que fazem fortes apelos à estereotipação — a entrevistada relatou que, certa vez, um empregador disse que queria “um dos [nossos] africanos” para uma vaga de carga e descarga de caminhão. No cenário atual de retração do emprego no Brasil, o encaminhamento para tais funções é crítico.

Conforme palavras da entrevistada, em um passado não muito distante os refugiados conseguiam emprego rapidamente, circunstância outra à dos últimos anos. Essa situação acaba compelindo os refugiados congoleses às situações de submissão a trabalhos das formais mais degradantes. Em suas palavras, “a questão do preconceito faz com que refugiados, os negros, consigam empregos mais elementares, com salários menores”.

A última questão levantada reafirma as reflexões anteriormente realizadas sobre o lugar do refugiado congolês na segunda capital mais importante do Brasil. As palavras da assistente social reafirmam o exposto. A maioria reside em áreas periféricas, nas favelas (comunidades), em espaços de infraestrutura precária, a mercê das políticas públicas urbanas.

Entrevistar a principal referência em atendimentos a refugiados no Rio de Janeiro trouxe uma contribuição ímpar ao nosso trabalho. As considerações realizadas deram conta de informar o funcionamento da instituição, os desafios enfrentados pelos congoleses, bem como os seus próprios. Algumas falas se mostraram viciadas; acreditamos que isso se deva ao

grande número de pesquisadores atendidos pela instituição — não por acaso podemos encontrar as mesmas informações em algumas referências bibliográficas. Além disso, é sabido que representar uma instituição, muitas vezes, implica em defendê-la. Em outras entrevistas, porém, nos esbarraremos com algumas críticas direcionadas a Cáritas.

A conclusão a que chegamos após a análise da entrevista é que a questão do refúgio ainda é tratada de forma acanhada/modesta, mesmo com o aumento gradativo do número de entradas no período apresentado. Falta um maior investimento, sobretudo por parte do Estado, no tratamento da questão. Para o nosso tema, foi importante trazer a questão racial para ratificar a presença do racismo não apenas justificado pelos sujeitos que o sofrem (embora seja o essencial, mas não suficiente para uma sociedade racista), além de esclarecer que este se apresenta descaradamente mesmo nas intermediações institucionais.

4.1.1.2 O CEPRI - Casa de Rui Barbosa

Atualmente, a maior concentração da comunidade congoleza na cidade do Rio de Janeiro se encontra no bairro Brás de Pina. Conhecemos Natália Cintra, advogada no CEPRI, na clínica da família dessa comunidade. Atualmente a advogada, que também já trabalhou na Cáritas, tem uma atuação enérgica no que tange à defesa de imigrantes, e é bastante presente junto à comunidade congoleza. A instituição tem sido apontada como uma importante parceria da comunidade. Casos demorados, difíceis de serem resolvidos, ganham fôlego e esperança a partir da atenção dada por ela e outros membros da clínica jurídica.

O fato de os refugiados congolezes considerarem o CEPRI um parceiro fundamental nos motivou a compreender um pouco mais sobre o mundo jurídico da questão do refugiado. O aspecto jurídico é um dos mais difíceis de ser compreendido pelos refugiados. O encerramento do processo de estabilização legal (saída da condição de solicitante de refúgio) pode demorar anos. Igualmente, trazer o parente próximo que nunca mais se viu (filhos, mãe, esposa, esposo, irmão). Esses são exemplos das frentes de atuação da clínica.

A entrevista abriu caminhos, levantou questões, sanou dúvidas, trouxe descobertas e inquietações. O tempo de duração (1 hora e 30 minutos) foi extremamente rico. A entrevistada falou sobre desafios, necessidades e potencialidades, não somente do grupo, mas das entidades e instituições que envolvem o refúgio no Brasil hoje. Vamos ressaltar os

principais pontos abordados, buscando conexões com as outras entrevistas, com o referencial teórico, com os conceitos e caminhos que delineiam essa pesquisa.

O Centro tem como finalidade prestar apoio jurídico às instituições de atendimento aos refugiados, solicitantes de refúgio e demais imigrantes no que diz respeito aos casos mais difíceis de resolução. Quando da sua criação no ano de 2017, seu foco era atuar em questões envolvendo violência de gênero e perseguições por orientação sexual, mas, atualmente, os atendimentos foram expandidos. Enquanto a Cáritas, na posição de representante da sociedade civil no CONARE, julga os pedidos de refúgio, portanto, tem o poder decisório, e desse modo, desenvolve um trabalho mais geral, no CEPRI o trabalho realizado é individualizado. Há um acompanhamento de todo o processo do solicitante. Não se trata de um atendimento direcionado a todos, mas aos casos de difícil resolução (*hard cases*) e casos que estão na fila para julgamento há muito tempo (*backlog*). A seleção desses é realizada de acordo com a maior possibilidade de causa ganha. Quando a causa é ganha, essa pode ser exemplo para outros casos semelhantes; com efeito, automaticamente o CONARE entende os próximos casos como violações. É dessa forma que vitórias consecutivas abrem precedentes para julgamentos coletivos mais ágeis.

Foi com essa proposta que a entrevistada se aproximou de lideranças congoleesas. É importante destacar que a localização da Casa de Rui Barbosa (no bairro Botafogo) é um fator que contribui para a pouca procura principalmente pelos refugiados moradores das periferias. Nesses casos, a aproximação acontece com lideranças, em atendimentos itinerantes. Há uma diferenciação dos principais nichos de serviços a serem realizados. Mupapa leva os casos dos refugiados moradores do bairro Brás de Pina, nos quais a maioria é de um grupo mais antigo em processo de naturalização. Dadá, por sua vez, leva processos mais recentes, em sua maioria *backlog* buscando reconhecimento como refugiados. A entrevistada salienta ainda a importância da união dos congoleeses como comunidade, bem como a necessidade deles desenvolverem formas de apoio autogestionadas, a fim de deixá-los mais independentes na resolução mais imediata dos problemas. Eles já que são bastante organizados; em suas palavras, “são eles por eles”.

Como a proposta inicial da instituição era o trabalho com o público priorizando gênero e orientação sexual, perguntamos se existe demanda por atendimento pelos congoleeses para tais assuntos, quando de prontidão a representante informa que não há registros de solicitações relacionadas à orientação sexual ou violência doméstica. A razão, acredita, pode estar relacionada com o modo de agir da comunidade, de não exposição de tais

particularidades. Por outro lado, ela menciona o incômodo dos homens congolese por, algumas vezes, sofrerem o estigma de “homem estuprador”. Diante do histórico de violência da RDC, principalmente pela veiculação nas mídias e coletivos sobre o uso do estupro como estratégia de guerra, a população brasileira associa essa ação realizada por criminosos como um *modus operandi* de todos os refugiados. Somada a desinformação sobre a própria questão do refúgio pela sociedade brasileira, os homens são alvos constantes desses pré-conceitos.

Sobre os desafios vivenciados pelos congolese, a entrevistada menciona a necessidade de informação na chegada ao país (como exemplo, há muitos casos atendidos pela instituição para revogação de multas relacionadas à imigração). Ter informação sobre o novo território é extremamente crucial: “É como se eles tivessem saindo do ensino médio, chegou, sou um adulto congolês, pior, não sabem a língua, o que é o Brasil, o que eu tenho que fazer, e eu acho que é uma coisa que a Cáritas investe pouco”³⁸ (informação verbal). Sendo assim, apesar do apoio prestado pela comunidade, é fundamental o apoio também das instituições, para a integração local e sobrevivência no país.

Pelo o seu trabalho gratuito, público e de qualidade, a Fundação Casa de Rui Barbosa é considerada pelos congolese, segundo relatos de campo, a principal (e a mais procurada) instituição de apoio jurídico para aqueles que encontram dificuldades para a permanência no país. Contudo, tem enfrentado grandes dificuldades para continuidade do trabalho, pois depende de bolsas de estudo e lideranças comprometidas com o projeto. Em janeiro de 2020, assistimos os ataques do atual governo direcionados à fundação, com exonerações de dirigentes³⁹. O CEPRI permanece em atividade.

4.1.1.3 O CEIPARM

Conhecemos o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM) através de buscas nas redes sociais⁴⁰, principal meio de veiculação das atividades do Comitê. A partir do endereço e telefone publicado, contatamos a instituição

³⁸ Trecho da entrevista realizada com a representante do CEPRI, em Julho de 2019.

³⁹ Mais informações disponível em: <<https://revistaforum.com.br/cultura/apos-exonerar-quatro-dirigentes-casa-de-rui-barbosa-homenageara-margaret-thatcher-e-ronald-reagan/>>. Acesso em 2 de abril de 2020.

⁴⁰ Mais informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/ceiparm/>>. Acesso em março de 2020.

e marcamos uma entrevista. Tomamos conhecimento da existência do setor no X Fórum de Migrações / VI Simpósio de Pesquisa em Migrações em 2018, ocasião em que uma ex-estagiária do Comitê havia citado o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos (as) Refugiados (as), importante fonte para essa pesquisa. A entrevista com a coordenadora de migração e refúgio e vice-presidente do CEIPARM foi realizada no dia 23 de julho de 2019.

Instituído em 2009 (através do decreto 42.182 de 11 de dezembro), o CEIPARM faz parte da Superintendência de Promoção e Garantia, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH), e de uma extensa rede composta por órgãos governamentais federais, estaduais, municipais, ONU e sociedade civil. Trata-se de um órgão colegiado, portanto, deliberativo. Ele foi criado para elaborar o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos (as) Refugiados (as). Os refugiados participaram da elaboração desse plano, o que contribuiu para que suas maiores necessidades fossem priorizadas na proposição das políticas públicas. Conforme relato da entrevistada,

O plano é mais ou menos um norteador de como as secretarias estaduais vão trabalhar essa temática internamente, então são eixos temáticos: documentação; educação; emprego e renda; moradia; saúde; e ambiente sociocultural. E aí no plano tem ações de curto, médio e longo prazo, tem ações contínuas para que cada vez mais os órgãos públicos, os setores que são porta de entrada para o refugiado no Rio de Janeiro, estejam cientes, sensibilizados, saibam o que estão fazendo, saibam que existe uma base legal, tudo o que proteja essas pessoas e que garanta que elas sejam atendidas como qualquer cidadão brasileiro. Óbvio que não é fácil, mas é um esforço. O Estado do Rio foi o primeiro Estado que lançou um plano para refugiados, inclusive, então, é um esforço pioneiro nesse sentido. O CEIPARM tá aí pra isso, a gente articula, faz coisas, é a rede, a rede tá ali⁴¹ (informação verbal).

A seguir elencaremos os principais pontos abordados nesse Plano. Salientamos que esses pontos são os mesmos levantados na entrevista com os refugiados, no quesito estadia no Brasil. Seus eixos deixam manifestos que a integração local é uma solução duradoura para a proteção dos(as) refugiados(as) no estado do Rio de Janeiro:

Para tanto, a integração econômica é fundamental e é preciso garantir que possam ser dados passos concretos para que o(a) refugiado(a) conquiste sua independência material. Ao lado disso está a integração social, para a qual é imprescindível a existência de políticas públicas que garantam acesso à educação e à saúde. Mas tudo

⁴¹ Trecho extraído da entrevista realizada com a representante do CEIPARM, em julho de 2019.

isso não é suficiente se não houver integração cultural, e é por essa razão que o povo brasileiro é fundamental durante o processo de acolhida⁴² (informação verbal).

Os eixos estão divididos do seguinte modo:

- Documentação: registro para garantia dos direitos básicos. Hoje a primeira documentação adquirida pelo solicitante é um protocolo, válido por um ano. Com ele é possível fazer outros documentos, carteira de trabalho, por exemplo, e acessar todos os serviços;
- Educação: os mesmos direitos civis nacionais são garantidos aos refugiados (conforme Convenção de 1951⁴³, legislação internacional aderida pelo Brasil). A inclusão dos refugiados no sistema nacional de educação enfrenta algumas barreiras, a língua principalmente. Em relação ao nível superior, os processos buscam o reconhecimento de diplomas e das formações. O caráter educacional abrange ainda a informação para a sociedade no intuito de diminuir os preconceitos com os refugiados no Brasil;
- Emprego: acesso e inclusão aos benefícios sociais e emprego. Garantia e informação sobre direitos trabalhistas. Formação, qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo;
- Moradia: inclusão em programas habitacionais (Aluguel Social, Minha Casa Minha Vida). Acolhida e abrigo. Reassentamentos intermunicipais;
- Saúde: articulação e divulgação dos serviços de saúde aos refugiados. Orientação aos serviços de saúde sobre as especificidades da população refugiada;
- Ambiente sociocultural e conscientização para a temática: projetos de promoção de integração e diversidade cultural.

Como apontado, a secretaria atua na promoção de políticas públicas. Suas atividades estão voltadas para a proposição de leis, tal como a da isenção dos custos de revalidação de diplomas para refugiados, aprovada em 2019. Também realiza atendimentos de casos de alta complexidade não resolvidos por outros órgãos ou instituições, acionando, quando necessário, a articulação com o poder público executivo. Conforme relatado na entrevistada, 92

⁴² *Idem.*

⁴³ Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2020.

municípios estão sob competência do CEIPARM, e os trabalhos somente são profícuos quando há a contribuição, sobretudo, das prefeituras. A falta de exposição dos dados sobre as entradas nos municípios é um problema, pois a falta desse controle muitas vezes impede o reconhecimento da presença de refugiados por parte de órgãos e municípios.

Algumas atividades são realizadas para mobilizar a integração local dos refugiados. Conforme relatado pela entrevistada,

[...] Sempre falo que aqui ninguém está se propondo a pegar ninguém na mão e carregar para cima e para baixo. A gente vai *ensinar* essa pessoa a ter o máximo de autonomia e integração local possível. [...] *trabalho com isso há cinco anos, acho que a pessoa tem que aprender a se locomover na cidade, conhecer seus direitos e seus deveres, conseguir um trabalho decente e tocar a vida, ela está reconstruindo a vida dela aqui.* Então, se ela se *propôs* a mudar de país, e vir para um país que é completamente distinto - porque a gente não tem nenhuma nacionalidade próxima da nossa cultura, da nossa língua - então, não faz sentido criar impeditivos para essa pessoa se integrar. A idéia é o oposto⁴⁴ (informação verbal, grifos nossos).

O relato exposto acima nos chamou bastante atenção. A fala demonstra a necessidade de “educar” o refugiado ao máximo para que ele faça a sua integração. Para isso é fundamental a disponibilização de serviços para que esses sujeitos possam acessá-los, o que implica na necessidade de um bom planejamento que consista em organizar ações que tragam as informações concretas para o refugiado sobre direitos e deveres já na chegada, “na porta de entrada”.

Duas observações devem ser feitas sobre o CEIPARM. Primeiro, há uma limitação do trabalho de secretaria, porque realizado solo (há somente um colaborador). Mediante suas atribuições e limitações (principalmente de recursos humanos), questionamos se o trabalho desenvolvido por ele, tão fundamental para o refugiado, tem sido suficiente e eficiente. Segundo, é preocupante o tom expressado em “se ela [pessoa refugiada] se propôs a mudar de país”. O que caracteriza o contexto de refúgio é a migração forçada, portanto, poucas (ou raras) vezes envolve escolha. O refúgio é, sobretudo, um ato de sobrevivência. Nesse caso, destacamos a necessidade de maior sensibilização e humanização dentro do próprio serviço público, dentro da promoção das políticas públicas, já que se trata de sujeitos em grande situação de vulnerabilidade.

⁴⁴ Trecho extraído da entrevista realizada com a representante do CEIPARM, em julho de 2019.

O trabalho do Comitê tem uma perspectiva geral, então poucos detalhes foram dados sobre os congoleses em específico. Conforme relatos, o CEIPARM tem se articulado com os órgãos de Duque de Caxias e São Gonçalo, inclusive, já foram realizados trabalhos de campo (para treinamento de servidores) nos próprios territórios de maioria refugiados congoleses.

Ratificando a colocação efetuada em algum momento desse texto, a entrevistada também destacou a rotatividade das solicitações existentes entre os grupos, não somente de refúgio. Várias nacionalidades têm se alternado nos últimos anos: angolanos, congoleses, sírios, haitianos, colombianos, venezuelanos, coreanos, entre outros.

O mesmo questionamento sobre a questão racial realizado à Cáritas foi realizado ao CEIPARM, tendo em vista que dentro da secretaria de direitos humanos é possível ter contato com os assuntos que atravessam a vida dos imigrantes e refugiados. Conforme relatado, de imediato não é o principal problema apontado, mas indiretamente a questão perpassa as necessidades indicadas. Próxima da realidade dos negros brasileiros, diz:

Olha, eu acho que é uma demanda, mas não é uma demanda prioritária. Eles se deparam com situações de racismo, óbvio, mencionam isso quando a gente conversa “— ahh eu sinto que o médico não quis me tocar porque eu sou africano!”. Mas isso se torna secundário, diante das outras demandas. *Então eu sinto um abafamento das questões raciais em detrimento de questões mínimas, tipo acesso a emprego, acesso a alimentação, acesso a moradia... então acaba que a questão racial vai perpassar. O país é racista. [...] Isso vai acontecer, a gente não pode ignorar, mas eu sinto de verdade que isso se torna secundário diante de outras demandas. Então eles meio que “— ah tudo bem, preciso de um emprego, de saúde, educação.” É meio o que acontece com o negro brasileiro também*⁴⁵ [...] (informação verbal, grifo nosso).

Conforme relato da entrevistada, não houve denúncias na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) no ano de 2019. Os refugiados e demais imigrantes temem o poder militarista do Estado, seja pela situação documental, violações ou mesmo por históricos de violência no país de origem (inclusive, a entrevistada diz que ela mesma, ao representar o Estado, precisa estabelecer uma relação de confiança).

Ao comentarmos que a nossa pesquisa buscava as relações subjetivas por trás dessa questão, muitas vezes expressas em atitudes não caracterizadas como crime, a entrevistada rapidamente fez a associação com as ocupações dos territórios pelo grupo no Rio de Janeiro:

⁴⁵ *Idem.*

Então tem a DECRADI que é a delegacia que cuida de intolerância, questões de racismo, intolerância religiosa, crime LGBT, mas a gente não tem em 2019 caso de imigrante e refugiado que tenha denunciado racismo [“ele vai achar que vai arrumar mais problema” - intervenção nossa]. Sim, e tem uma coisa, o refugiado tem muito medo da polícia, muito medo. Tem refugiado que tem medo de falar comigo; represento o Estado, e *o Estado é o maior violador aqui e fora*, muitos deles fogem por causa do Estado. [...] Eu não sou pesquisadora, sou técnica. Mas eu percebo que a saída para Caxias – cara! Caxias é um bolsão de pobreza, Gramacho – e foi uma nacionalidade muito específica. Jardim Catarina também, é o 3º menor IDH do Rio de Janeiro se não me engano, e *só tem congolês em Jardim Catarina e Gramacho. [...] E quais as proximidades socioculturais que eles conseguem se identificar para morar ali?* Hoje Gramacho não tem mais alugueis baratos porque já se criou uma especulação imobiliária ali de que o refugiado vem para cá, e o aluguel já está caro em Gramacho⁴⁶ (informação verbal, grifo nosso).

Como podemos notar, essas proximidades socioculturais se entrecruzam com a história do negro brasileiro, pela vivência nos bolsões de pobreza, dificuldade com moradia, periferação e afastamento dos mais pobres. É uma contradição muito grande que esse grupo seja alvo dos processos de gentrificação e/ou valorização.

A entrevista com um membro do CEIPARM trouxe um elemento crucial a nossa análise. Através dela, foi possível compreender a política (da ausência inclusive) em tratar do assunto, já que em âmbito estadual há tão somente uma cadeira dentro da Secretaria dos Direitos Humanos. O escasso recurso humano é reflexo do escasso recurso financeiro repassado a esse setor, denunciando a parca atenção dada por parte do poder público, apesar dos grandes esforços empreendidos dentro da secretaria. O CEIPARM depende das redes para o seu funcionamento; seu trabalho tem sido também o de sensibilização de um sistema público, que já não funciona de forma exemplar, seja na saúde, na educação, no judiciário, etc. Nesse cenário, resta aos refugiados e demais imigrantes utilizarem dos mesmos serviços destinados aos brasileiros.

4.1.2 Refugiados congolezes no Rio de Janeiro: trajetórias

Adiante vamos apresentar um pouco das trajetórias de vida dos refugiados congolezes. Através das entrevistas anteriores, investigamos os elementos já levantados nessas, porém, agora levando-se em consideração suas perspectivas, deixando-os (as) à

⁴⁶ *Idem.*

vontade para contarem suas histórias de acordo com suas memórias, identidade e necessidade. Depois de explicar do que se tratava a pesquisa, eles tiveram seus espaços de fala.

Com essa finalidade, utilizamos a entrevista não-estruturada. Nossa intervenção foi tão somente no sentido de dar as orientações iniciais para uma sequência lógica de organização e entendimento. Dessa forma, não houve um ordenamento rígido, pois a intenção era conhecer a história do (a) entrevistado (a) e os seus desafios. Essa etapa foi dividida em dois momentos, conforme descrição a seguir: i) identificação e reconhecimento; e ii) conhecimento da trajetória:

- Identificação: nome, idade, sexo, região de origem, onde mora atualmente, formação, religião, estado civil, status de situação como imigrante e tempo no Brasil;
- Trajetória: local onde morava e informações sobre a RDC; motivo da saída; processo de saída; decisão pelo Brasil; trajeto; chegada ao Brasil; primeiros contatos e instituições; documentação; moradia; emprego; apoio (financeiro, psicológico e afetivo); língua; principais desafios e dificuldades; saúde; educação; integração; o que deixou para trás; existência de pretensão de retorno para a RDC ou saída do Brasil.

Apesar das características próprias a cada entrevistado, nossa percepção foi se aperfeiçoando ao longo das entrevistas à medida que os conhecíamos mais como comunidade.

4.1.2.1 Dadá

Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2019. Centro, Rio de Janeiro (RJ).

Ao darmos nossos primeiros passos em direção a uma aproximação pessoal com os refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro, tomamos conhecimento, por meio de redes sociais, da existência da sede da comunidade congolese localizada próxima à Central do Brasil⁴⁷, quando, ao nos dirigirmos ao endereço informado, deparamo-nos com o espaço fechado (não estava mais em funcionamento). Contudo, a viagem não foi em vão. Nessa mesma ocasião, a congolese Antônia gentilmente nos orientou a como localizar o salão do presidente da comunidade *Nsuka*, conhecido como Dadá. Seguimos até lá, e conseguimos um

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ccbriodejaneiro/>>. Acesso em março de 2020.

primeiro contato bastante rápido. Em virtude de ter uma agenda apertada, a entrevista foi realizada somente alguns meses depois.

Na mesma semana dessa entrevista, estivemos em contato novamente, dessa vez em um evento organizado pela empresa que o mesmo indicou como contribuinte na formação profissional de refugiados. Ainda, tivemos a oportunidade de nos encontrarmos em outro evento em que ele dava uma palestra com a temática refúgio e empreendedorismo. Além desses, encontramos-nos informalmente algumas vezes no seu salão para um bate-papo e/ou aquisição do seu serviço.

Dadá foi bastante receptivo. Mesmo com tanto trabalho, aceitou e se abriu aos nossos diálogos, embora tenha declarado que as pesquisas o incomodam porque não lhes trazem retornos. Faz 17 anos que ele chegou ao Brasil como refugiado, e hoje já conseguiu a permanência e está em processo de naturalização. Como presidente, é atuante em toda a cidade do Rio de Janeiro.

Vamos aos resultados. Segundo estimativa do líder comunitário, até 2018 havia mais de dois mil congoleses no estado do Rio de Janeiro, número que sofreu uma baixa a partir de 2019, reflexo da crise econômica brasileira — “todos os dias saem pessoas”, diz. O perfil da comunidade já exposto aqui, isto é, maioria sexo masculino, embora haja muitas famílias com crianças, foi reafirmado; assim como a predominância de adultos com idade entre 25 e 40 anos. Segundo essa fonte, a população tem se concentrado nos bairros Brás de Pina, Centro (Central, Catumbi, Rio Comprido), Gramacho (em Caxias) e Barros Filho, esse último possuindo o valor do aluguel mais acessível, o que tem aumentado a concentração nele.

A maioria dos congoleses vem para o Brasil de avião, mas há aqueles, em menor número, que chega por rotas clandestinas a navio. Dadá conta que muitas vezes é avisado sobre a chegada de congoleses, pela própria Cáritas em alguns casos, e vai logo ajudá-los ainda no aeroporto, porque o primeiro grande desafio enfrentado por eles ao chegar em solo brasileiro é a língua, como já mencionado em outras entrevistas:

Você chega como refugiado do país, tem que começar a vida do zero, sem nada. Tem que tentar trabalhar e pagar o aluguel, e se sustentar, mas só que falando outra língua. Não conseguir falar o idioma daqui fica muito complicado, então se não for outros congoleses ajudando outros congoleses fica complicado⁴⁸ (informação verbal).

⁴⁸ Trecho da entrevista realizada com Dadá, em fevereiro de 2019.

Sobre os motivos para a saída de seu país de origem, dois foram citados como os principais: o conflito e a fome, dois elementos indissociáveis no caso da RDC, uma vez que a guerra extrapola o conflito em si e atinge toda a economia, o emprego, o nível de vida, enfim. É dessa forma que a questão econômica é um dos grandes impulsionadores da emigração forçada, e sair é uma atitude que exige coragem: “país pobre em guerra, quando a crise entra a pessoa tem que ser corajoso, pra você sair do seu país e ir pra outro lugar, tem que ter coragem”⁴⁹ (informação verbal).

No que concerne à escolha pelo Brasil, conforme palavras de Dadá, “é a oportunidade”, demonstrando que o país oferece certas facilidades para entrada, pelo menos se comparado a outros destinos. Há grandes dificuldades para se conseguir vistos, por isso, geralmente todo o trâmite é realizado por coiotes⁵⁰, os quais têm maior facilidade nos processos. O destino é informado bem próximo à data de saída, e depende de condições favoráveis para entrada.

A Cáritas foi indicada como a primeira instituição de referência para recebê-los no Brasil (como relatado na metodologia, os refugiados foram entrevistados antes das instituições). Menção foi realizada também a Casa de Rui Barbosa (atuação do CEPRI), instituição mais eficiente na opinião do entrevistado, levando-se em consideração os quesitos atenção prestada, retorno, acompanhamento, ligações, etc., embora, como vimos, sua atuação seja em casos jurídicos mais complexos. No caso dele e de muitos outros que desejam naturalizarem-se, tem sido muito importante a parceria. Além do apoio jurídico, os parceiros estão próximos em vários momentos junto à comunidade, contribuindo em eventos e outras atividades.

O questionamento seguinte dizia respeito às condições de vida no Brasil — trabalho, formação, educação, saúde e as relações estabelecidas entre eles mesmos e com os brasileiros. Antes, porém, Dadá falou sobre as condições de vida na RDC. Em suas palavras, “um país pobre só cria cidadãos pobres”, comentando que lá os serviços básicos essenciais públicos são escassos. Com relação ao acesso à educação, a informação é a de que a maioria dos que aqui se refugiam possui ensino médio, mas o ensino superior, poucos possuem. Da mesma forma acontece com a saúde, que também é privada na RDC:

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Pessoas ou grupos organizados em rede - também chamados de *coyotes* - que trabalham na facilitação de documentação e transporte para emigração.

Olha vou te falar uma coisa sincera: um país pobre só cria cidadão pobre, então muita gente não são formado não, apesar que temos alguns casos de alguns refugiados que chegaram aqui que são formados. Tem. Nem todo mundo, mas tem gente que são formados. Temos alguns que são engenheiros, alguns que são formados, tem alguns que são de enfermagem não sei o que, tem alguns que são formados, mas a maioria não são, e se eu falar que a maioria estou mentindo. Porque é um país pobre não vai produzir cidadãos ricos, só cidadão pobre, porque a escola no meu país é paga, a educação pública tem mais é paga, a pessoa termina o segundo grau, para continuar a faculdade tem que ter dinheiro, muita gente só tem o segundo grau completo, mas não tem a faculdade⁵¹ (informação verbal).

O que nos chama atenção nas falas desse entrevistado é que, diante das dificuldades de acesso a esses serviços em seu país de origem, para ele, estar no Brasil tendo acesso aos serviços públicos é muito bom: “eu vejo as pessoas reclamando aqui, tipo que foi na UPA não tinha remédio, a UPA me dando aspirina pra mim tá bom, porque lá tem que pagar”⁵² (informação verbal). Ele destaca que aqui os direitos são iguais, todos podem recorrer aos serviços de saúde gratuitamente, assim como educação.

Quando o tema foi mercado de trabalho, o tom da conversa mudou. Esse quesito não foi tão bem avaliado como os demais, tendo em vista as dificuldades dos congolese para conseguir um emprego. Geralmente as empresas pedem experiência; Dadá não entende se é preconceito ou se é uma exigência estendida a todos os candidatos. O não reconhecimento por muitas empresas do protocolo de refugiado como documento é outro grande dificultador. Sendo assim, muitos congolese têm como alternativa o trabalho como vendedor ambulante (camelô) ou em salões de cabelo — as mulheres se especializam em tranças e os homens em cortes.

A maioria dos congolese empregados formalmente, segundo o entrevistado, está empregada nos setores de limpeza, e geralmente são homens. Um dos seus esforços enquanto presidente da comunidade é buscar parcerias para a formação. Ele próprio ministra cursos de cortes de cabelo em seu salão (o curso é aberto a outras nacionalidades além da congolese), uma forma de contribuir para a inserção da população no mercado de trabalho. Em seu salão, cada um trabalha de forma individual, pode ser um Microempreendedor Individual (MEI), comenta. As parcerias são realizadas principalmente com as universidades públicas ou institutos de educação, através de projetos que proporcionam capacitação para o mercado com

⁵¹ Trecho da entrevista realizada com Dadá, em fevereiro de 2019.

⁵² *Idem.*

aulas de português e informática. O nome dado ao projeto comunitário é Zaba Zinga que significa “força da arte”. Além de formação, tal projeto promove alguns eventos culturais, momentos de lazer e confraternização para a comunidade. Atualmente esses eventos tem sido menos constantes por falta de verbas.

Outro grande problema apontado refere-se à documentação. Inclusive, segundo Dadá, parte do aumento da saída dos congoleses do Brasil se deve a isso: “a documentação que é problema, a parte de documento é um problema muito grave, até conseguir o documento dura um, dois, três anos, tem pessoa aqui que pediu refúgio e até hoje não tem resposta, essas pessoas não tem mais vontade de ficar aqui, querem ir embora”⁵³ (informação verbal).

Também, a questão econômica foi apontada como causadora da saída do Brasil. Os refugiados congoleses tem se deslocado principalmente para o Canadá na busca de melhores salários. Na visão do entrevistado, isso não é tão vantajoso, apesar de reconhecer que o Brasil decepcionou muitos. A realidade é aquém do que se espera, o que gera o trauma, a decepção e a constante busca do novo:

[...] muita gente que não conseguiu o documento ta tentando ir embora e algumas pessoas, tipo assim, quando você sai da miséria, do país de miséria, o seu sonho é que chegando no Brasil, a minha vida vai mudar. Só que eles chegam aqui e encontram uma situação totalmente diferente, não é aquele paraíso que eles sonhavam. Chegam aqui, arrumam um trabalho, um salário mínimo de não sei quanto, pagam aluguel, pagam água, luz, aí ficam assim, não é isso que eu pensava. Acho que o Canadá era melhor, acho que a França é melhor e aí quer sair daqui pra ir pra outro lugar. Só que o nosso trabalho aqui é o que, tentar fazer as pessoas entender que você que faz a tua vida. Se aqui você não se preparar pro futuro, nenhum lugar vai te preparar, vai ficar andando pra lá pra cá, esperando alguém te dar melhor, um país te dar de melhor, e pode ser que lá continue a mesma coisa. A gente tem um ditado que fala que onde você não chegou, parece que o céu é lá, mas quando chega lá, você vai ver que não é isso tudo que você tava pensando. Isso tudo é pensamento de onde você veio, a miséria não sei o que, só que vê a televisão, via o mundo de outra forma, aí quando você chega, você pensa que vai ser igual a eles de uma vez só. A sua psicologia já foi abalada desde pequeno⁵⁴ (informação verbal).

Por fim, sobre a relação com os brasileiros, o entrevistado diz que há um bom relacionamento em geral. Diretamente, nunca sofreu preconceito racial, mas caso de xenofobia sim, já ouviu de uma cliente que ele veio ficar rico no Brasil. Ele encara isso mais como falta de educação de algumas pessoas.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Idem.*

Essa é a síntese da entrevista do primeiro refugiado a participar formalmente de nossa pesquisa. Em sua perspectiva, o Brasil é um país de possibilidades e problemas. A existência dos serviços públicos é vista como um ponto muito positivo (é conveniente lembrar que a avaliação dada aos serviços públicos se dá em comparação com a precária situação da RDC), ao passo em que as dificuldades para inserção no mercado de trabalho e a burocracia para regularização do refugiado, os pontos negativos. Dessa forma, ao lado da língua, esses últimos aspectos são, também, grandes desafios para a comunidade.

Dadá acredita no mérito, nos esforços individuais, para se conseguir uma “vida boa” no Brasil. Isso faz parte da complexidade da pesquisa empírica envolvendo sujeitos, já que o ponto de vista é dado pela própria vivência de cada um, remetendo a necessidade de se compreender questões além das trajetórias pessoais. É preciso buscar visões de outros refugiados, de outras vivências. No caso apresentado aqui, vir para o Brasil era um sonho; para outros, tudo pode ser entendido de outra forma.

4.1.2.2 Nathalie

Entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2019. Madureira, Rio de Janeiro (RJ).

Conhecemos a próxima entrevistada em uma reunião na clínica da família no bairro Brás de Pina, junto a seu marido. Ao término dessa reunião, buscamos outros contatos (como visita em seu salão) e solicitamos a entrevista, que foi prontamente atendida.

Nathalie chegou como refugiada no Brasil há 11 anos, e atualmente já está com documentação de residente. Como dito, ela é casada com Mupapa, um dos presidentes da comunidade congoleza no Rio. O casal possui três filhos brasileiros. Ela trabalha como trancista e faz faculdade de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pela própria atividade de seu marido, é uma referência, principalmente para as mulheres. Acreditamos que por esse motivo ela também seja mais acessível em nos receber.

Quando residia na RDC, morava em uma região de conflito. Junto com a sua irmã, conta que veio para o Brasil de uma forma inusitada, “às cegas”, pois soube onde estava somente quando pousou no país. Como na maioria dos casos, todo o trâmite da viagem foi realizado por coíotes, os responsáveis pela documentação de ambas. Assim que chegaram, logo um desconhecido foi recebê-las ainda no aeroporto, a mesma pessoa que no dia seguinte

as levou até a Cáritas. Nos primeiros dias elas ficaram na casa de uma moça e, mais tarde, conheceram Mupapa. Quanto ao homem do aeroporto, ela nunca mais viu.

Novamente a língua foi apontada como o principal desafio. Quando Nathalie e sua irmã chegaram ao Brasil, não falavam nenhuma palavra em português. Ao participar das atividades desenvolvidas pela Cáritas, bem como com o recebimento do auxílio financeiro, elas foram se organizando. Aliás, quanto a Cáritas, primeira instituição citada, Nathalie acredita que não recebeu e não recebe todo o tratamento necessário.

Reafirmando algo já expresso nesse texto, ela também comenta a importância da união dos congoleses enquanto comunidade como forma de se autofortalecerem diante das adversidades:

Entre a gente assim, se ajuda assim. Se tem problema, a gente economiza, de cinquenta em cinquenta [reais], pra ajudar uma pessoa que tá doente, uma pessoa que precisa de casa, a gente ajuda, a gente bota assim, cada um dá de uma coisa tipo uma pessoa quando chega aqui, não tem lugar pra dormir, eu posso pegar, receber na minha casa, entendeu? Até recolher um pouco de cada pessoa, de cada um, tem gente que tá sofrendo, aí a gente junta e ajuda essa pessoa, pega uma casa pra ela, se é uma mulher, mesmo que ela não saiba fazer cabelo, a gente leva aqui pro salão pra ficar aprendendo, mesmo que seja pra ganhar 1 ou 2 reais, pra cuidar da família⁵⁵ (informação verbal).

A solidariedade se expressa do cuidado dos filhos à contribuição na moradia (ajuda financeira para pagamento de aluguel ou até mesmo o recebimento temporário em suas casas), alimentação e emprego. O trabalho com cabelos é a principal fonte de renda dos congoleses, tanto para mulheres, como para os homens nos muitos salões espalhados pela cidade. O salão tem um papel importante na integração entre eles e na reprodução cultural. Ir a um deles nos dá a sensação de estar em um pedacinho da RDC: eles conversam em suas línguas, ouvem músicas congolesas, falam da vida, vêem notícias do país, comem suas comidas típicas (quando estávamos no salão, uma congolesa passou vendendo as quentinhas na hora do almoço). Nathalie diz que come comida brasileira, principalmente junto com os filhos, mas que sua preferência é a comida do Congo.

Como a clientela majoritária desses salões são mulheres brasileiras, eles também são importantes meios de interação entre essas duas culturas. Os diálogos entre trancistas e

⁵⁵ Trecho da entrevista realizada com Nathalie, em fevereiro de 2019.

clientes dão as primeiras a oportunidade de conhecerem um pouco mais do Brasil, ao mesmo tempo em que respondem as curiosidades sobre o seu país para as segundas. No entanto, Nathalie se incomoda com algumas curiosidades que demonstram desconhecimento e até preconceito de brasileiros, no que diz respeito ao continente africano: “é normal perguntar, vocês né. Mas tem gente que te pergunta tipo: ‘– mas vocês lá tem casa mesmo? Vocês moram em casa mesmo? Vocês vivem junto com os animais?’ Entendeu? Tem pergunta aí que te deixa um pouco triste”⁵⁶ (informação verbal). Ela entende a curiosidade como algo normal, mas comenta que muitas perguntas não deveriam sequer ser realizadas: “mas tem gente que pergunta, tipo assim, normal: ‘– mas como que está seu país? – Assim, assim, assim, normal’. Mas tem outras perguntas que a pessoa não pode nem perguntar, assim ‘– lá também você come?’ Não tem graça né? Perguntar se uma pessoa come no país dela”⁵⁷ (informação verbal). Um dos pontos levantados pela entrevistada é a diferenciação cultural. A mulher congoleza é muito diferente da mulher brasileira, segundo Nathalie, principalmente pela diferença nos seus *modus operandi*⁵⁸. Para ela, as congolezas possuem tradições mais conservadoras, visíveis na vestimenta, por exemplo. Inclusive, em sua opinião, esse é um dos motivos pelos quais os homens congolezes se relacionam mais com as mulheres brasileiras do que com as mulheres congolezas (situação contrária ela conhece um caso). Diferença também na educação dos filhos. Além de os congolezes terem, em média, mais filhos (a quantidade de criança na comunidade chama a atenção), conforme relatado por Nathalie, a forma utilizada para a criação das crianças é muito diferente da forma utilizada por brasileiros. Nesse sentido, essas culturas se chocam, pois as crianças, dentro da comunidade, mantêm suas tradições congolezas, porém, sobretudo na escola, acabam aprendendo outras. A educação predominante é a educação da comunidade, diz a entrevistada.

No tópico serviços públicos, Nathalie mencionou a lentidão dos serviços de saúde. Para exemplificar, relata uma experiência vivenciada há dois anos, quando a comunidade perdeu um bebê que se encontrava doente. Após exames e solicitações de retorno sem internação, o bebê não resistiu, culminando no lamentável episódio. No que se refere à educação, todos os seus filhos estão matriculados e estudando; a dificuldade está em conseguir vagas nas creches, tanto por ter poucas vagas, quanto pelos horários. Como muitas mulheres trabalham em salão, muitos atendimentos são realizados fora do horário de

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ Tradução: modo de operação. Modo de agir de um indivíduo ou grupo.

atendimento da creche. Também, a distância entre residência, creche e o local de trabalho implica na necessidade da contratação de uma pessoa para cuidar dos seus filhos em horário ampliado. Esse dado também foi apontado por Rebeca (CEIPARM) como um dos desafios no eixo da educação, já que não existem vagas suficientes para todas as crianças nas creches do Rio de Janeiro.

Nathalie avalia que os refugiados e refugiadas não recebem o devido apoio das instituições destinadas a esse fim. Em muitos casos, eles são usados para propagandas, tal como aconteceu nas oportunidades em que foi chamada para contribuir na separação e organização de artigos doados, onde além de ser voluntária nesse trabalho, teve suas imagens veiculadas em campanhas de doação. Contraditoriamente, na hora de receber os alimentos, roupas e demais, pouca coisa foi recebida por eles:

[...] a gente foi uma vez lá ver mesmo uma ajuda, mesmo de leite para as crianças, fralda, comida suficiente. Aí depois o que acontece... essa comida veio, a sala que guarda comida, cheia de comida, mas porque não dá leite, só dá feijão preto, mas você tá vendo caixa de leite, fralda pras crianças, mas isso aí vai dar pra quem? [...] Recebe as doações, separa, aquelas doações bem ruins, dá pra vocês. Aquele que é melhor, leite, aquelas coisas melhor, vocês não vão receber isso, só vão dar café, feijão preto, arroz. Eles guardam arroz por um tempo, aí quando arroz já tem bichinho aí que vai dar pra vocês [...] Isso não é bom né, pega uma doação, deixa guardado três quatro meses, aí quando tá estragado chama refugiado pra ir buscar. Absurdo! Tem caixa de leite e te dão uma coisa que você não quer (informação verbal).⁵⁹

[...] Até hoje, chega comida, mas ninguém mais vai buscar. Eles começam a ligar se é pra fazer foto, tirar uma foto, pra botar que eles fez alguma coisa com refugiado, aí vão fazer. Eu não vou, eu não gosto de tirar foto, eu não gosto, eu falar, não quero. Aí vão te dar uma coisa, segura aqui vai tirar foto, aí quando eles precisam de divulgar as fotos deles, pra pegar mais doação, eles usam a pessoa – vem cá a gente vai dar isso, isso. A gente não gosta mais de ir porque é sempre decepção, vou sair do meu trabalho, eu posso ganhar 50 reais aqui, vou sair, vou pegar ônibus pra ir até lá pra você me dar um pacote de arroz cheio de bichinho, um pacote de feijão um óleo, não, mas você se vai lá onde é aquela sala que tem comida, tem quase tudo, tem aveia, tem farinha láctea pras crianças, tem fralda, tem isso, tem pasta de dente, ta cheio de coisas lá, um dia eu fui ajudar eles, pedir ajuda né, tinha doação, -você pode ajudar a arrumar essas coisa?- eu falei sim pode, aí eu fui lá naquela sala, olha, tinha até perfume importado, cheio de perfume importado, sabonete, sabonete bom, pasta de dente, eu vi tudo, cheio de comida, cheio de coisa, marcou pra gente pra vir amanhã, falei com ela, você não pode dar sabonete não? – não tem não – você pode me dar pasta de dente? – também não tem não – não tem, não tem não, tem aveia para crianças, não tem, leite – leite ainda não chegou – mas eu fui lá ontem, tinham caixas dessas coisas, pra que? É pra vender ou pra fazer o que? Não entendo^{60,61} (informação verbal).

⁵⁹ Trecho da entrevista realizada com Nathalie, em fevereiro de 2019.

⁶⁰ *Idem.*

O levantamento de algumas questões antes não abordadas (diferenças culturais e o uso da imagem do refugiado pelas instituições) são elementos que complementam nossa análise. A necessidade (por alimentos, por exemplo) leva muitas vezes os refugiados a espaços de exposição não desejados por eles. Já as diferenças culturais foram abordadas principalmente quando a entrevistada discursava sobre as diferenças comportamentais das mulheres, sobre educação infantil e relação familiar, que entre eles ultrapassa o núcleo pai, mãe e filhos, envolvendo toda a comunidade.

Por fim, tal como Dadá, para Nathalie a documentação é um grande problema. Muitas mulheres ainda aguardam resposta sobre refúgio, algumas por mais de dois anos. Isso tem sido motivo de desânimo e busca por outros locais fora do Brasil, seja Canadá, Estados Unidos ou Europa. Ela mesma não deseja retornar ao seu país, mas demonstrou vontade de ir para a Europa (citou França), porque acredita que no Brasil não é bem tratada, realidade essa, segundo relatos de amigas e parentes que moram na França, diferente à da francesa. Para Nathalie, o tratamento é bem diferente em razão de aqui não ter apoio como refugiada. Seu irmão já mora na França e sua irmã já saiu do Brasil e foi para o Canadá. As saídas dos congoleses foram intensificadas nos últimos quatro anos, e para a entrevistada, um dos principais motivos das rotas inseguras é a falta de documentação:

São as pessoas que não tem documento, assim, refúgio, fica 4 anos sem documento. Já fica 4 anos no país e não consegue dar um documento pra ele, aí tudo é difícil pra ele, só se sair e ir para outro lugar. Aí essas pessoas não têm condições de ir de avião, por que não é o caso de falta de dinheiro não, eles trabalham, vende, camelô, fazem cabelo né, conseguem alguma coisa, mas não tem como ir por avião, não tem documento, e aí estão se arriscando nesse caminho, muito triste⁶² (informação verbal).

Ao fim da entrevista fomos interpelados com alguns questionamentos sobre qual seria o retorno e em que essa pesquisa iria contribuir com a comunidade. Explicamos que esse era um trabalho acadêmico realizado em um curto espaço de tempo (mestrado, e já estávamos na metade), que tem como intenção denunciar de alguma forma as negligências e falhas no sistema de refúgio no Brasil e da própria sociedade brasileira, e ao mesmo tempo, contribuir

⁶¹ Por uma questão ética, omitimos os nomes das instituições citadas. Após a entrevista fizemos tentativa de contatos, sem sucesso, todavia.

⁶² Trecho da entrevista realizada com Nathalie, em fevereiro de 2019.

para a elaboração de políticas públicas voltadas à temática. Essa pergunta reverbera em nós do início do mestrado até aos dias de hoje.

4.1.2.3 Yves

Entrevista dia 21 de julho de 2019. Glória, Rio de Janeiro (RJ).

Conhecemos o próximo refugiado congolês na feira Chega Junto, no bairro Botafogo. Ele faz parte do Bloco Terremoto Clandestino⁶³, que iniciou suas atividades no início do ano de 2019, se apresentou no carnaval já nesse mesmo ano e hoje faz várias apresentações pela cidade, inclusive nessa feira a qual estávamos presentes. O bloco é composto por músicos refugiados, imigrantes de várias nacionalidades e brasileiros parceiros. Depois de um contato inicial na feira e de nos adicionarmos nas redes sociais, nos encontramos em vários outros espaços no Rio de Janeiro.

Como mencionado, Yves se articula com quase todas as outras pessoas que conversamos, está sempre presente nos eventos e acredita que passar conhecimento sobre os refugiados é importante para a redução de preconceitos. Foi muito positiva a experiência de conversar com um jovem que, com responsabilidade da entrevista e o conhecimento prévio da proposta, foi muito bem preparado para falar sobre racismo e se surpreendeu com os vários elementos abordados. Nossa entrevista foi realizada em um ambiente nada formal, ao ar livre. Naturalmente as lembranças foram surgindo entre algumas pausas, também antes e depois da entrevista, daí a importância do diário de campo.

O entrevistado hoje com 27 anos de idade, veio para o Brasil como refugiado há nove anos através da reunião familiar. Seu pai era professor na RDC. Sua família possuía boas condições de vida, mas por questões políticas (regime não-democrático), opiniões opostas, seu pai teve que deixar o país. Quando Yves ainda era pequeno, a situação da família foi se complicando, os obrigando a deixar o patrimônio construído sem planejamento algum e buscarem refúgio. Primeiro veio o seu pai, sozinho. Depois de um tempo procurando de divisa em divisa, o restante da família (mãe e dois irmãos) descobriu que seu pai estava vivo,

⁶³ Mais informações sobre o bloco estão disponíveis em: <<https://www.facebook.com/TerremotoClandestino/>>. Acesso em março de 2020.

e imediatamente arrumaram a documentação para a viagem. Yves relata não imaginar que chegariam ao Brasil, pois até então não sabiam onde seu pai estava, o contato com ele se deu dias depois por meio de redes sociais. Ao falar da situação da RDC, diz: “viemos aqui no Brasil, mas até hoje a situação está ruim, a situação está pegando fogo, meu paraíso da infância hoje é um jardim de batalha onde milhões de vidas estão sendo levados pela corrida pelo poder”⁶⁴ (informação verbal).

A língua foi o principal desafio inicial apontado também por esse entrevistado. Não conseguir se comunicar em todas as ocasiões era muito difícil, relata. Associado a isso, ele sentia (e ainda sente) que muitos brasileiros não se conformam com a presença de refugiados no território, não aceitam ou entendem sua cultura, não há respeito e esperam que as assimilações sejam feitas rapidamente, algo impossível em sua opinião. Muitas perguntas inconvenientes se dirigiam a ele: “— mas e aí refugiado, o que você veio fazer aqui?”, sobre as quais, muitas vezes, a ironia nas respostas era fuga ou a solução diante dos constrangimentos. Faltam informação e conhecimento dos brasileiros sobre outros países. Falta a incorporação das características culturais nas aulas de geografia, como acontece em seu país. Yves participa de projetos (que acontecem principalmente nas periferias) não somente com imigrantes e refugiados, mas também com os jovens brasileiros, encarando isso como uma oportunidade de apresentar sua cultura, apresentar a África e promover mais respeito:

Mas os projetos que eu faço, dando aula de matemática para as crianças, de francês, assim nas favelas que me acolhem é 0800. Eu não somente trago aula de francês ou aula de matemática, eu trago a cultura, porque não vai ser o francês da França, embora eu fale um francês igual a eles. Bom porque eu tenho contato na feira, convivo com eles, mas meus outros irmãos africanos falam francês também, mas bem mais denso, e aí eu tenho que explicar pra eles, levar não somente aula, mas a cultura também, aí eu trago a cultura da África, olha só, o berço da humanidade. A diferença, como aceitar e como dar valor ao outro, que é imigrante como o imigrante da Europa ou de outros países⁶⁵ (informação verbal).

Também, para esse entrevistado a Cáritas é a maior referência para o refugiado ao chegar ao Brasil. Yves diz que respeita muito a instituição, mas no momento, deposita suas

⁶⁴ Trecho da entrevista realizada com Yves, em julho de 2019.

⁶⁵ *Idem.*

esperanças na Mawon⁶⁶ porque é fundada por imigrantes. Isso faz toda a diferença, pois envolve não somente o conhecimento técnico-burocrático, mas o entendimento do que os imigrantes e refugiados passam “na pele”, por isso tem empregado suas energias em trabalhos voluntários na instituição. Como a regularização é um desafio para muitos congolese, as orientações e o acompanhamento especializado junto à Polícia Federal tem sido muito importante. A Mawon atua ainda na capacitação profissional, trabalhando com a sensibilização das empresas e busca de parcerias, tanto para a formação da comunidade, quanto para geração de empregos. Essa instituição também ministra cursos de português.

Sua percepção sobre os serviços públicos é próxima à dos demais entrevistados. Por possuírem os mesmos direitos dos brasileiros ao acesso universal, e como em seu país de origem esse acesso é muito restrito, sua avaliação é positiva, reconhecendo as limitações. Ele possui duas graduações realizadas e concluídas no Rio de Janeiro (filosofia e línguas latinas e história romana), ambas realizadas com bolsa.

Yves também é ator, mas relata que por ser refugiado, vários estigmas são manifestados: “— eu não quero ser chamado de ator refugiado, se eu sou ator eu sou ator”, afirma. Como os demais, reafirmou que a inserção no mercado de trabalho é muito difícil, por isso é multifuncional: dá aulas de línguas, faz *stand up*, já participou de *reality show*, atuou como dançarino e, atualmente, procura um emprego formalizado de acordo com a sua formação. Ser refugiado é visto como algo negativo, exclui possibilidades mesmo o refugiado estando preparado para o trabalho. Desesperançosos, tal condição tem resultado no adoecimento psicológico dos congolese, mais um fator que os motivam a sair do país:

Porque todo mundo tá nisso mesmo ne? A gente é mal visto, não como profissional, a gente é visto como refugiado, o refugiado é um coitado. Não é isso, temos professor, temos engenheiro, temos doutor, mas eles querem empurrar a gente na área de empreendedorismo. Também na área de cultura. Ninguém quer ver o advogado, porque temos advogado. Alguém que fala, tem um amigo meu, o cara é doutor em direito, o cara tem 29 anos, um jovem, o cara só passou a vida dele a estudar, o cara trabalha de camelô, o cara trabalha aqui na central, (...) se você andar comigo aí você chora, ri, porque você vê história de superação, você vê essas pessoas te dando força. Um dia depois você pergunta, cadê essa pessoa que estava aí, ela morreu de depressão, ou morreu tentando atravessar para os Estados Unidos, morreu 47 congolese, mulher e crianças, tentando fugir da crise aqui⁶⁷ (informação verbal).

⁶⁶ Instituição privada, prestadora de serviços e mobilizadora para integração para imigrantes. Mais informações em: <<https://www.facebook.com/mawondumonde/>>. Acesso em maio de 2020, e <<https://www.mawon.com.br/>>. Acesso em maio de 2020.

⁶⁷ Trecho da entrevista realizada com Yves, em julho de 2019.

Como mencionamos, nosso contato foi para além dessa entrevista. Por ser jovem e fazer tantas coisas, foi bastante proveitoso o caminho que percorremos juntos; sempre disposto a ajudar, Yves tornou essa caminhada mais leve. Ele está bastante integrado ao Brasil e aos brasileiros, e isso fez com que nos sentíssemos mais à vontade. Tivemos conhecimento de muitas coisas que não saberíamos se não fosse por seu intermédio. Sua percepção sobre as questões do negro no Brasil trouxe elementos dos noticiários, do que é discutido na faculdade, entre amigos, etc. Suas características de militante de negro refugiado, sua “consciência racial”, guardadas as diferenças e proporções, possui similaridade com a militância negra brasileira. Foi um encontro importante com uma pessoa que quase nem dorme porque há tanto a fazer, um compartilhamento com alguém que representa as angústias da juventude e os desejos para um futuro melhor não só para o grupo, mas para o mundo.

4.1.2.4 Graça

Entrevista em 25 de julho de 2019. Bairro Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

Para a exposição dos relatos dessa entrevista, utilizamos um nome fictício atendendo a solicitação de não identificação da entrevistada. Escolhemos o nome Graça porque na primeira vez que a encontramos, ela disse ter sido agraciada com um milagre. Graça veio para o Brasil em 2012, solicitou refúgio e foi renovando seu protocolo a cada seis meses, quando em 2014, o julgamento de seu pedido foi indeferido, significando que ela deveria ir embora do Brasil. No entanto, no mesmo ano saiu uma anistia que deu a ela a residência permanente. O nome escolhido também diz respeito a uma característica muito marcante durante toda a entrevista: Graça é uma mulher muito religiosa, que aparenta ter muita fé. Seja para falar das vitórias ou dificuldades, pronuncia o nome de Deus a todo tempo, dando “graças a Deus”, por isso pensamos ser um bom nome.

Iniciamos a entrevista perguntando como ela apresentaria o seu país, quando, antes de responder, ela nos fez a mesma pergunta. Após citarmos algumas características gerais, Graça entrou na questão política, falou dos governos, do histórico colonial, da pobreza, dos serviços e dos conflitos presentes na região dos *Kivus*. Por fim, começou a falar sobre a sua própria trajetória:

[...] então, não posso que só porque eu ganho bem, porque eu trabalhava no meu país e ganhava bem, não é todos. Eu tenho primas, tias, sobrinhas, não são todos que conseguem trabalhar, ter emprego, estudar. Quem tem oportunidade tem que aproveitar, porque tantas pessoas lá querem fazer alguma coisa mas não tem como, os pais tem que pagar para ter o mínimo de conhecimento. As crianças querem estudar, mais os pais não tem condição. Eu não to falando só da população do meu país que eu não sei o número exato, de 20 a 40% só que vive bem. Não é nada para um país grande que tem tanta riqueza, ninguém aproveita, isso que dói. Quando eu penso no meu país, eu gostaria que fosse assim, um país próspero, que todos aproveitassem bem, mas infelizmente não é assim⁶⁸ (informação verbal).

Dando continuidade, a entrevistada falou das belezas, da cultura, da comida e da diversidade da RDC, tanto a natural, quanto a cultural. Ao falar das tradições e da sua conversão e de sua família ao cristianismo, Graça entrou em alguns detalhes não relevantes para a pesquisa, mas deixou muito clara a forte relação do cristianismo com o colonialismo.

A entrevistada conta que fez curso de aviação e trabalhava como agente de viagens em sua cidade natal, a capital *Kinshasa*. Além disso, possui formação em ciências da computação. Ela não quis relatar o motivo de sua saída, apenas que envolvia tratamento de saúde. As pessoas que a acompanhou, em número de quatro, tinham motivos relacionados com conflitos políticos. Dessas, foi a única a ter a solicitação de refúgio indeferida.

Graça veio por intermédio de uma ONG internacional gerida por uma ONG brasileira. Não houve complicações no processo; ela pagou a passagem e conseguiu o visto, somente depois disso, descobriu que viria para o Brasil. Foi recebida por uma família que a acolheu por um tempo logo ao chegar, depois de ter entrado em contato com a Cáritas para a solicitação do refúgio. Segundo os seus relatos, o apoio institucional inicial foi muito pequeno para quem chega sem nada em um país que não conhece, não recebeu cuidado como refugiada, não foi encaminhada para abrigo, a demora na resposta também é angustiante e o uso do protocolo como documento, por meses, atrapalha a inserção em alguns espaços no país.

Novamente o principal desafio apontado foi o idioma. Graça aprendeu o português básico na Cáritas, e depois foi se aperfeiçoando em ambientes de trabalho. Os atos de xenofobia também são ressaltados por ela como algo desafiador. Perguntas do tipo: “— o que

⁶⁸ Trecho da entrevista realizada com Graça, em julho de 2019.

você veio fazer no meu país?” a incomoda, pois passa a ideia de que o estrangeiro está roubando algo dos brasileiros, transmitindo-lhe a sensação de não aceitação.

Quanto aos serviços públicos, da mesma forma que os demais congolese, entende que os serviços públicos no Brasil são melhores do que em seu país, tendo em vista que, como já dito, são particulares. Como veio na intenção de realizar um tratamento de saúde e conseguiu em menos de um ano, se sente contemplada e satisfeita, considerando que jamais conseguiria em seu país.

A inserção no mercado de trabalho, uma vez mais, foi muito complexa para a entrevistada. Graça conta como conseguiu seu primeiro emprego no Brasil. Ela foi fazer uma entrevista em um aeroporto da cidade; com a sua experiência e capacitação, por também ser poliglota, poderia conseguir a vaga. O entrevistador disse que seu currículo era excelente, mas no momento precisava de garantias que ela não poderia oferecer possuindo apenas um protocolo como documento (não sabia por quanto tempo estaria aceita no Brasil). Nesse dia, Graça relata ter saído da entrevista muito triste e desesperançosa, quando se sentou à beira da praia para pensar e acabou conhecendo um rapaz simpático que a indicou um local em que poderia trabalhar. Dias depois ela conseguiu o emprego no bairro Copacabana, onde permaneceu por quatro anos. Nesse emprego, era multifuncional: trabalhava desde a limpeza até a responsabilidade do caixa. Com o tempo, ganhou total confiança, mas, mesmo tudo dando certo, o salário não aumentou e nunca teve a sua carteira de trabalho registrada. Por ser um trabalho de atendimento ao público, aprendeu muito, inclusive o português.

Graça também passou por várias situações de racismo e xenofobia no local, tanto por parte dos brasileiros, quanto de estrangeiros, mas, com tudo isso, conta com orgulho que permaneceu, mesmo diante das dificuldades. É muito agradecida pelo trabalho, pois precisava muito. Naquele momento, relatou que o dinheiro estava acabando e não sabia o que fazer, pois estava sozinha no país e ainda havia pessoas que dependiam dela na RDC. Foi “graça de Deus” ter conseguido aquele emprego, mas precisava sair, encontrar novas possibilidades, melhor salário, direitos trabalhistas.

Dentre os entrevistados, essa foi a única que atualmente possui emprego com registro em carteira, realidade outra a de vários congolese que conhecemos. A maioria trabalha autonomamente, portanto, não possui carteira assinada. É importante ressaltar, entretanto, que mesmo bem qualificada e com experiência, Graça não conseguiu um emprego de acordo com sua formação. Sua esperança permanece. Para ampliar as possibilidades de inserção, ela diz que vai continuar estudando (quer fazer faculdade de turismo dessa vez).

Essa experiência trouxe outro elemento novo à pesquisa: em muitos casos, o trabalho é importante não somente para a subsistência do refugiado congolês em território brasileiro, mas, também, para a dos seus familiares na RDC. Graça tem uma filha que ficou sob os cuidados de sua mãe e irmãs no Congo. Ela fala da saudade, do longo tempo sem vê-la e de suas responsabilidades mesmo estando longe:

Eu sei que já cresceu bastante, 17 anos, mas nem tanto, ainda tem muito na vida, e se estivesse do lado dela faria, diferença, eu creio. Não to querendo negar o que fizeram não. Minhas irmãs, aliás, porque não é só uma, eu sou muito grata. Você está longe, mas o coração está aqui, mas de forma física. Materializar o que estou pensando seria bem melhor, estou pensando⁶⁹ (informação verbal).

A relação de responsabilidade e afetividade com a família presente no país de origem faz com que ela pense no retorno para a RDC ou a ida para outros países em busca de melhor renda. De acordo com o seu relato, a RDC não tem sido um país que contemple seu povo em suas necessidades, mas o Brasil também foi uma decepção:

Quando eu penso no meu país, eu gostaria que fosse assim, um país próspero, que todos aproveitassem bem, mas infelizmente não é assim. Isso que nos dá a opção de querer sair. Não é abandonar a família, é buscar o melhor para poder sustentar a família. Não é sair para fazer sua vida não. Sair mas nem sempre dá certo, você pode chegar em um país que a expectativa era tão grande que você chegou no local e ficou decepcionada, porque não era como você esperava⁷⁰ (informação verbal).

Essa última entrevista foi a mais desafiadora. E o desafio, coincidentemente, está relacionado com a língua. Graça conhece muito bem o português, inclusive trabalha em atendimento a um público majoritariamente brasileiro. No entanto, muitas vezes, na busca pelas palavras, tivemos que intervir para completá-la e retomar alguns pontos, pois muitas ideias expressadas rapidamente se perderam em meio a tantos assuntos, afinal, conversamos por cerca de três horas seguidas. Sentimos também que a entrevistada foi “menos armada” (mais preparada) para a entrevista; somos os primeiros pesquisadores a sermos aceitos para a realização de tal procedimento. Acreditamos que esse detalhe, aliado ao nosso tempo —

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ *Idem.*

marcamos em um dia de folga dela, sem correrias — foi o que deixou a entrevista ser muito mais leve. Acreditamos ainda que a sua condição de mulher negra tornou o ambiente mais confortável (conversamos com afinidade em alguns momentos). Por outro lado, as respostas mais prontas, mais diretas (já que estão mais “acostumados” com pesquisadores e/ou ambientes relacionados ao tema) dos demais entrevistados, tornaram as entrevistas mais objetivas.

4.1.3 Em campo: algumas cenas

Além das entrevistas, estivemos presente em outras atividades que envolviam a temática refúgio. Nessas oportunidades, foi possível adentrar nos territórios das comunidades, nos eventos, observar discursos, formas de integração do grupo, conversar com moradores e conhecer um pouco mais. A seguir vamos elencar os apontamentos que julgamos como relevantes para a complementação das ideias apresentadas até aqui.

4.1.3.1 As feiras

Quando se pensa em eventos relacionados à temática sobre imigração e refúgio, a organização de feiras tem sido uma constante. Foi o que vimos no Dia Mundial do Refugiado (comemorado em 20 de junho) no Festival Rio Refugia⁷¹ promovido pela Cáritas. As feiras propõem a aproximação, a possibilidade de conhecer, mesmo que de uma maneira mínima, um pouco do Outro em suas diversas manifestações: cheiro, sotaque, sabor, simpatia. Por outro lado, são oportunidades para os refugiados e demais imigrantes obterem renda e dizerem um pouco sobre eles mesmos.

A Feira Chega Junto⁷² foi um dos primeiros lugares citados nesse texto. Conhecemo-la através de alguns refugiados e pesquisadores da área de migração. As edições,

⁷¹ Link do evento disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/rio-refugia-evento-pretende-comemorar-a-trajetoria-dos-refugiados-que-vivem-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em abril de 2020.

⁷² Mais informações sobre a feira disponível em: <https://www.facebook.com/pg/feirachegajunto/about/?ref=page_internal>. Acesso em abril de 2020.

que acontecem no bairro de Botafogo, reúnem várias pessoas, e os feirantes, em sua maioria, são refugiados vindos de vários países. Ir até lá foi uma boa oportunidade para passear por diversos países através dos sabores. A maioria vende comida, mas há *stands* vendendo artigos artesanais e roupas típicas.

No mesmo modelo, a Associação São Vicente de Paulo (ASVP) também promove a Feira da União⁷³. Ainda, em alguns eventos acadêmicos sobre os temas refúgio e imigração, as feiras se fazem presentes no período de atividades. Através de apresentações, são inúmeras formas de expressão: escrita, vestimenta, música, dança, etc. Por esses motivos, as feiras foram locais onde pudemos identificar o maior número de refugiados articulados (já que estes já são participantes assíduos com seus produtos para venda), numa forma de integração, de prática cultural e geração de renda.

4.1.3.2 Copa dos Refugiados e Imigrantes no Brasil

Outra forma de integração que acompanhamos foi a Copa dos Refugiados e Imigrantes no Brasil⁷⁴. Além de integrar os diferentes grupos, também se articula com o poder público e instituições. Idealizado e promovido pela instituição África do Coração⁷⁵ em parcerias com outras instituições do país, esse evento é muito interessante justamente porque o futebol une e possibilita a integração não só dos refugiados dos diferentes países, mas dos grupos entre si e deles com os brasileiros, em um momento de muito envolvimento. Em setembro de 2019, participamos de uma das edições no voluntariado, na etapa classificatória do Rio de Janeiro. Pessoalmente, foi gratificante contribuir para a realização do evento. Como pesquisadora, foi importante observar alguns pontos. Tratava-se de um momento de descontração e lazer, mas, evidentemente, de responsabilidade e concentração, já que todos almejavam a vitória. No entanto, o time do Congo não estava completo, e um dos motivos apontados para a não adesão de muitos, foi o trabalho. O evento acontece em um sábado de

⁷³ Mais informações sobre a feira disponível em: <<https://asvp.org.br/category/centro-de-apoio-aos-refugiados/>>. Acesso em 17 de abril de 2020.

⁷⁴ Informações sobre o evento disponível em: <https://www.facebook.com/pg/copadosrefugiados/about/?ref=page_internal>. Acesso em 17 de abril de 2020.

⁷⁵ Informações sobre a instituição disponível em: <<https://africadoracao.org/>>. Acesso em 17 de abril de 2020.

manhã. Como dito, o trabalho em salões é uma das principais atividades dos refugiados congolese, e o sábado é um dia importante para a geração de renda.

Outro ponto que chamou nossa atenção foi a presença da prefeitura na organização das atividades. Foi possível observar atitudes explícitas de despreparo na atuação dos profissionais presentes na atividade, inclusive, atos de xenofobia. Na entrada dos times, os jogadores assinavam uma ficha de confirmação de presença, recebiam o uniforme e uma pulseira que daria direito a entrada nos vestiários e alimentação. Estávamos nesse trabalho de recepção. Nesse momento, surgiam muitas dúvidas e alguns desentendimentos — alguns não estavam na lista, outros ainda não falavam português, portanto, precisavam de alguém os apoiando no preenchimento. Entre os times, havia um em específico que também necessitava de apoio, em virtude de a maioria dos jogadores não compreenderem o que era para fazer. Enfim, tinha muita gente confusa, principalmente em razão da língua. O fato é que, uma das organizadoras da linha de frente dos problemas, ao final, comentou com o seu colega que “as pessoas tais”⁷⁶ eram muito mal educadas. Nosso olhar de repúdio direcionado ao diálogo a constrangeu nitidamente, fazendo com que o assunto fosse logo interrompido. A intenção em trazer esses detalhes para esse texto é exemplificar essa forma de tratamento (ou pelo menos, julgamento) dada aos refugiados por alguns brasileiros, não rara em outros ambientes e situações conforme seus relatos. Nomeamos o ato como xenofobia, mas após toda exposição desse trabalho, por que não nomear racismo? Ali havia uma autoridade, branca, que já tinha toda uma ideia formada em sua cabeça sobre um povo que mal conhecia a história. Outrossim, os problemas pontuais que aconteciam ali de maneira nenhuma deveriam ser generalizados, já que o evento também tem o propósito de quebrar preconceitos.

4.1.3.3 Evento Toti

Em vários momentos desse texto, sublinhamos que a questão do trabalho, renda e formação constitui constante preocupação. Dadá é um dos congolese que se esforça nessas questões, e em nossa entrevista comentou várias vezes sobre um curso que fez em parceria

⁷⁶ “As pessoas” em referência a uma específica nacionalidade. Demonstrado de forma generalizada.

com a Toti⁷⁷. Vamos dissertar um pouco sobre um evento que participamos no dia 16 de fevereiro de 2019 nesse ambiente.

A Toti é uma *startup* (pequena empresa inicial) desenvolvida por alunos da UFRJ, que tem como propósito contribuir com a formação e inserção de refugiados no mercado de trabalho através da promoção da diversidade no mundo da tecnologia. Para isso, são ministrados cursos de desenvolvimento de sites, programação e incentivo a formação do próprio negócio. O evento referido tratava-se de um *workshop* sobre tecnologia e inovação, um evento particular, onde os palestrantes apresentaram suas empresas e projetos visando inclusão e diversidade, todos ligados à tecnologia e agências de publicidade e propaganda. Os refugiados, todos com os cursos concluídos, falaram um pouco de suas experiências e expectativas. Já os demais participantes, ao que parece, eram investidores dispostos a firmarem parcerias. Entendemos que a Toti é uma empresa de formação para refugiados, os quais, após formados, permanecem dentro da própria empresa, prestando serviços de Tecnologia da Informação (TI) ao público externo. Não conseguimos maiores informações de como funcionam as relações trabalhistas, já que após a formação, novos refugiados entram nos cursos, formando, dessa forma, novos vínculos. Então nos coube tão somente registrar as impressões do evento.

Os refugiados presentes, todos congoleses (três homens e uma mulher), aparentavam ser “a propaganda do negócio”. Eles ficaram presentes o tempo todo sorrindo, sendo apresentados, até bajulados. No início, Dadá comentou conosco (e bem animado) que achava que ao final eles (refugiados) receberiam uma surpresa – a entrega dos diplomas de formatura no curso –, fato que não aconteceu. Eles passaram o tempo todo representando o refúgio, a negritude, a mulher, a diversidade, enfim, para um público majoritariamente branco. Representavam a imagem de diversidade do projeto, no entanto, em momento algum pudemos vê-los como sócios na empresa, como imaginavam.

O evento foi realizado em um sábado, isto é, no dia da semana de maior trabalho nos salões, como já mencionamos. Dadá foi um dos congoleses que conhecemos que mais trabalha, não tem dia nem horário; reunião com ele somente no início da semana, tamanha movimentação nos fins de semana. Estar no evento mencionado acima durante todo o dia significava uma aposta, significava que ele acreditava naquele projeto.

⁷⁷ Informações sobre a empresa:
<<https://totidiversidade.com.br/?fbclid=IwAR1EOwTpEAWV8LlgcVQsT5qrInu4bp-I9hiP0pLH5ZmNouIK33-amJSiPiI>>. Acesso em 17 de abril de 2020.

De igual maneira era a situação da mulher congoleza presente. Ela nos relatou que estava cansada, que deixou afazeres em casa, deixou de ir trabalhar. Ou seja, aquele evento lhes custou um dia de trabalho, demonstrando o quanto eles estão focados nisso. Mesmo assim, para eles esse momento era de gratidão aos professores que os formaram, de espera do diploma e de uma carreira a partir da nova formação. Dadá havia falado muito sobre a Toti, sobre o quanto seus colaboradores dedicam o seu tempo na formação sem ter nada em troca, “tudo por muita humanidade”.

4.1.3.4 Evento: Refugiados - Diversidade impulsionando negócios

Outro encontro que tivemos a oportunidade de participar foi o Refugiados - Diversidade impulsionando negócios⁷⁸, realizado no galpão do Píer Mauá, na região portuária do Rio de Janeiro, organizado pelo Facebook. A programação disponível na rede social destacava a presença dos refugiados, o que despertou o nosso interesse. Ademais, a organização financiou as passagens para os refugiados presentes (não somente dos palestrantes). Entretanto, ao chegarmos ao local do evento, verificamos que não havia a participação de nenhum refugiado na programação. De igual maneira, no palco principal não havia nenhum movimento relacionado ao tema refúgio. Somente quando estávamos andando no espaço vendo os *stands*, já no final, em um canto, por sorte vimos uma movimentação e alguns conhecidos. Foi esse o local destinado aos quatro refugiados presentes, os quais falavam de empreendedorismo no Brasil, lutas, dificuldades e estratégias de inserção no mercado com seus produtos. o palco no qual se apresentavam ficava atrás do palco principal, seria impossível ouvi-los sem o auxílio de *headsets*.

Enfim, encontramos o espaço ao acaso; em um evento em que os refugiados deveriam ser protagonistas, foram coadjuvantes. É muito importante pontuar isso porque era um evento grande, havia um grande número de empresários, era, em síntese, uma boa oportunidade de serem visibilizados. Mas os refugiados foram colocados à margem, aos fundos, embora a imagem da diversidade tenha sido muito bem utilizada.

⁷⁸ Mais informações sobre esse evento estão disponíveis em: <https://impulsionerio-refugiados.splashthat.com/?fbclid=IwAR1aRtDZZ9cnWdeY7Q3vFsoWGk5fx5wzhzBz1Qle42WMKl_cxYS LtQ7sbVlK>; <<https://www.facebook.com/events/519079515296261/>>; <<https://www.facebook.com/events/pier-mau%C3%A1/impulsione-com-facebook-rj/649279938817705/>>. Acesso em 1 de maio de 2020.

Conversando com Natália (do CEPRI), refletimos sobre essas posições e hierarquias que revelam racismo, preconceito, opressões de gênero entre outras situações nos diversos espaços que observamos e frequentamos, seja como pesquisadores ou como militantes. Na ocasião, levantamos a seguinte pergunta: para além da passagem e da precária (muito precária, enfatizamos) consultoria do Facebook sobre empreendedorismo, o que esses refugiados ganharam? Ganharam pelo menos um ano de propaganda grátis sobre seus trabalhos? Ou ficaram somente com as orientações da palestra de fechamento sobre como fazer propaganda e o quanto pagar por isso? Se, ao final das contas, foram somente a palestra e a passagem, não precisamos pensar muito pra saber quem realmente ganhou.

*

A conclusão extraída após participarmos desses eventos, seja de integração ou os acadêmicos, é que a presença dos refugiados tem representado mera decoração na maioria dos casos; sendo assim, a adesão dos mesmos é muito pequena em meio ao público total. A presença desses refugiados agrega discursos de voz, representatividade, inclusão, diversidade, termos bastante utilizados atualmente, mas, quando analisado sua efetiva participação, percebemos que tudo não se passa de *marketing*. A estratégia é utilizada não somente por instituições que necessitam de apoio, mas inclusive para a lucratividade dos envolvidos na temática: pesquisadores, ONG's, poder público, e empresas privadas. A imagem é usada, mas raramente traz retorno aos principais atores.

A situação também foi percebida por Aleluia e Mattos (2017), em um evento na mesma cidade. Como observaram as autoras, o Brasil é constantemente citado “nos discursos dos agentes do universo institucional do refúgio [...] como um país com uma positiva capacidade de acolhida”, sobretudo, acrescentam, “pelo seu caráter exemplar frente ao seu sistema de proteção para refugiados, a qual tem sido projetado internacionalmente, bem como pelo caráter acolhedor das pessoas e das comunidades” (ALELUIA E MATTOS, 2017, p. 3). Essas estratégias reafirmam a ideia de um país receptivo, acolhedor e multicultural com bases na imigração histórica, realçando o “caráter humanitário do Brasil enquanto um Estado-nação”, afirmações tão questionadas ao longo desse trabalho.

Com exceção da Copa dos Refugiados, a participação dos refugiados nesses espaços teve como principal propósito a geração (ou abertura de caminhos para) de trabalho e renda. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho impulsionam-lhes a participar de eventos que possam lhes proporcionar melhor formação, e no caso das feiras, a busca por renda é

direta. Não excluindo a possibilidade de integração desses eventos, a renda é uma das necessidades primárias para o grupo entrevistado.

Há uma junção de vários elementos por trás da questão trabalhista para refugiados, como abordado nas entrevistas. Tannuri (2010) elenca dois fatores principais: a falta de fluência na língua portuguesa, e, para quem possui nível superior, a dificuldade de conseguir documentação de comprovação da formação (TANNURI, 2010, p.225). A esses dois fatores, complementamos com a desinformação por parte dos empregadores. Nesse sentido, os eventos são importantes para além da integração ou geração de renda. São fundamentais na difusão de conhecimento da condição do refúgio. Daí a necessidade da seriedade e respeito de quem o propõe.

4.1.3.5 Territórios comunitários

Nos trabalhos de campo realizados nos principais territórios onde vivem os congolese no Rio de Janeiro (o primeiro, como destacado, foi na Clínica da Família em Brás de Pina), foi possível compreender a atuação da clínica no cuidado com os refugiados. Estava presente a equipe de saúde da família — com assistente social, psicóloga, agente comunitária de saúde, enfermeira —, duas lideranças comunitárias e a comunidade. A reunião ressaltou a importância da informação: aos refugiados, as lideranças alertaram para a necessidade de estarem sempre bem informados sobre os seus direitos em relação à saúde; da mesma forma que os brasileiros deveriam ser informados sobre o que é refúgio para que cessassem de associar o termo a fugitivos por crimes cometidos no país de origem. Esse alerta, na realidade, foi uma advertência sobre a forma de tratamento dada aos usuários da clínica, algumas vezes realizado com descaso por causa de sua condição de refugiado, interpretados como pobres e sem conhecimento. A intenção foi, portanto, sensibilizar os funcionários para uma atuação sem preconceitos.

Nesse mesmo dia, visitamos ainda a favela Cinco Bocas, local onde se concentra a maioria da comunidade no bairro, parte do território que localiza as igrejas, bares, etc. Em pouco tempo pudemos ver a presença de congolese nas ruas. De acordo com o presidente da comunidade, o local, naquele momento, estava tranquilo, sem a ocorrência de grandes conflitos violentos como em anos anteriores.

Um ano depois, em outubro de 2019, estivemos em Barros Filho, bairro em que mora mais de cinquenta congoleses nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Ao circularmos pelo espaço, tivemos a oportunidade de conversar com um dos moradores⁷⁹, o qual nos contou um pouco sobre a sua trajetória. Ele mora com a sua esposa, trancista, e seus quatro filhos. Na ocasião, estava desempregado há um mês; seu último emprego foi em serviços gerais. O morador falou um pouco sobre a situação da RDC e a necessidade de saída, destacando, em seguida, as muitas dificuldades que tem enfrentando no Brasil — emprego escasso, baixos salários e violência. A renda obtida no país tem aquela dupla funcionalidade já destacada nesse texto: a manutenção da família no Brasil e o envio de remessas à família no Congo.

A família residia em Brás de Pina, mas devido ao valor do aluguel (cerca de oitocentos reais), mudou para Barros Filho, onde paga um aluguel de trezentos e cinquenta reais, ou seja, uma economia de mais de 50%, fato que tem resultado na expansão da comunidade neste último bairro. Esse dado foi informado por outros congoleses em conversas informais. De acordos com os diálogos, a maioria dos congoleses ali residindo também vieram de Brás de Pina, uma das poucas comunidades que conseguimos visitar graças à intermediação de um dos entrevistados.

Brás de Pina e Barros Filho, na Zona Norte, são os dois bairros onde se concentram a maior parte da comunidade congolesa na cidade do Rio de Janeiro. O relato exposto acima reitera a fala de alguns entrevistados e de outros não entrevistados sobre a valorização dos preços dos aluguéis no primeiro, acarretando na mudança de parte do grupo para o segundo. Essa situação os deixam vulneráveis de duas formas indissociáveis: o afastamento da própria comunidade, que representa também o afastamento do espaço de apoio, além da aproximação da pobreza e violência.

Esses dois territórios chamam atenção por serem espaços que apresentam alto índice de violência, como demonstrado pela mídia (basta uma rápida busca no Google com os nomes dos bairros). Barros Filho é apontado como um dos mais violentos da cidade. Cabe destacar que são bairros controlados por facções. Os constantes conflitos denunciam a insegurança, inclusive para os congoleses. Qualquer desentendimento até mesmo relacionado com a língua, é um perigo, comenta o morador.

⁷⁹ Em atendimento a sua solicitação, o mesmo não será identificado.

Quando preparávamos para os nossos trabalhos de campo, fomos muito alertados para não chegarmos sozinhos nesses locais; as atividades somente foram realizadas porque tivemos o apoio dos próprios congoleses para entrar nesses territórios. A instabilidade foi sentida de perto. No dia do campo realizado em Barros Filho (02/10/2019), tudo correu tranquilamente; um dia após (03/10/2019), o bairro parecia estar em guerra: trens, metrô, escolas e postos de saúde fechados, população sem poder retornar para suas casas, etc⁸⁰, estado que perdurou por quase uma semana.

A partir dos diálogos estabelecidos com os congoleses e as instituições mencionadas, foi possível identificar as principais comunidades congolesas presentes no estado do Rio de Janeiro. A mais antiga está localizada no bairro Brás de Pina, na favela Cinco Bocas é o local de maior presença — cerca de 400 pessoas, segundo estimativa do líder comunitário Mupapa. A representante da Cáritas entrevistada, atenta que o aumento dos aluguéis, assim como a violência decorrente do tráfico de drogas, são dois fatores, principalmente no caso das mulheres, impulsionadores do deslocamento dos refugiados congoleses dessas regiões para o bairro Gramacho, na cidade de Duque de Caxias. Informação também dada pela representante do CEIPARM, ratificando que as mulheres, com os seus filhos, são a maioria moradora da comunidade.

Ainda na cidade do Rio de Janeiro, na região central há uma pequena presença de refugiados próximo à Central do Brasil, onde alguns congoleses (maioria homens e jovens) exercem suas atividades. Rio Comprido é outra comunidade localizada na região central, conforme informado por dois dos entrevistados. E, Barros Filho em crescimento, ocupado principalmente por famílias que se deslocam de Brás de Pina.

Por fim, outro local apontado pelas instituições, porém localizada no município de São Gonçalo, foi a comunidade Jardim Catarina. Diante da dificuldade de entrada no bairro devido à violência e falta de contato com algum morador do local, não conseguimos ir até lá.

Apesar de mencionarmos as principais comunidades presentes no estado do Rio de Janeiro (Rio, Duque de Caxias e São Gonçalo), nos concentramos apenas nas comunidades localizadas na capital. Não é possível precisar o número de refugiados presentes atualmente em razão de o único registro existente ser de entradas. A pesquisa demonstrou que não há controle dos refugiados, principalmente porque esses não fixam residência, seja por causa dos

⁸⁰ Informações sobre o episódio estão disponíveis em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/10/5805534-guerra-entre-trafficantes-fecha-metro--altera-circulacao-de-trens-e-tem-onibus-incendiados-em-costa-barros.html#foto=1>>. Acesso em 23 de maio de 2020.

custos dos aluguéis ou por sua constante mobilidade, muitas vezes saindo do estado ou do país.

Cidade (2018) analisa a presença dos refugiados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), revelando a segregação nos espaços urbanos e a diferenciação entre as nacionalidades para a ocupação. Ela destaca que mesmo em áreas muito próximas como no caso de favelas localizadas no centro-zona sul da cidade Rio de Janeiro, as condições de vida se diferenciam em relação a sujeitos que vivem em áreas não favelizadas. As nacionalidades se distribuem também de formas diferentes: enquanto nas favelas do centro-sul carioca estão os grupos refugiados de maioria síria, colombiana e venezuelana, os refugiados de origem africana (destaca angolanos e congolezes), desde os anos de 1990, se deslocam do Centro para as periferias da cidade (principalmente zona norte) ou região metropolitana. A diferenciação entre nacionalidades possui uma configuração complexa, já que não basta dizer sobre a ocupação de favelas, mas quais favelas, quais regiões. De qualquer forma, essa referência evidencia que os refugiados de origem africana ocupam as áreas mais periféricas.

4.1.4 Notas finais de campo

Ao analisar as entrevistas, a maior dificuldade encontrada diz respeito à compreensão das motivações que levaram ao refúgio da RDC (abordagens iniciais sobre a trajetória). Durante os depoimentos já era possível perceber que as respostas eram desviadas e, por vezes, camufladas. Esses desvios decorrem de dois fatores: i) do sofrimento vivido, o qual, além de ativar traumas, pode gerar constrangimento e receio de estigma e preconceito; e ii) da própria dificuldade no reconhecimento da condição de refugiado. Em muitos casos os refugiados não são atingidos diretamente pelos conflitos; no entanto, não podem desviar do roteiro que os define⁸¹. Chegamos a essa conclusão após entrevistarmos representantes de instituições que possuem acesso a essas informações.

Tannuri (2010) fez uma profunda pesquisa, com relatos em detalhes, sobre refúgio no Rio de Janeiro. Segundo essa fonte, a violência é a principal motivação para a emigração forçada dos congolezes. O risco de morte e outras “situações limite” — como invasões e

⁸¹ Os solicitantes de refúgio passam por uma entrevista de elegibilidade com agentes do CONARE, onde devem expor os motivos da busca pelo refúgio. Os solicitantes devem evitar contradições sobre as motivações, que muitas vezes são indiretas. No entanto, devem estar contidas na definição da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, Art. 1º (vide pág. 24).

ataques —, ativam memórias e confusões diante das ações e reações muito rápidas tomadas, as quais interferem inclusive na sequência dos fatos (TANNURI, 2010, p.206). Ciente disso, nossa pesquisa tomou o cuidado de não deixar o entrevistado desconfortável. De qualquer forma, quando questionados sobre as razões da saída, as respostas foram visivelmente mais superficiais.

Quanto à seleção do destino, o Brasil não foi uma escolha para todos os entrevistados. A vinda para o país, negociada com coiotos, é apontada como favorável em virtude da existência de alguns fatores, principalmente externos. Segundo Serricella (2016, p. 126), as políticas de Estados europeus de restrição e “recrudescimento de fronteiras” que criminalizam o refugiado deram margem para novas rotas, dentre elas o Brasil, que também apresentaria menor custo. Sobre o transporte utilizado, todos os entrevistados para essa pesquisa chegaram por via aérea; por outros meios as informações não foram passadas claramente.

Estes dois momentos (motivação e destino) identificam o contexto inicial da pesquisa, o congolês ainda emigrante, momento de decisão que envolve trâmites burocráticos, financiamento, terceiros, coragem e, na maioria das vezes, pressa. As informações deixaram lacunas, as quais, para o seu preenchimento, exigem maior tempo (e confiança) com os pesquisados.

Finalizamos esse capítulo retomando e sintetizando o papel das instituições no tratamento da questão. Como vimos, elas são fundamentais para a integração e permanência dos refugiados e demais imigrantes no Brasil, tomando para si, em muitos casos, funções que deveriam ser de atribuições do Estado, este último, despreparado e/ou negligente. A Cáritas, entidade ligada à igreja católica, é a principal referência inicial para os refugiados congolezes; todos os entrevistados para essa pesquisa procuraram a instituição na chegada. A orientação e ajuda desde o formulário do pedido de refúgio, os cursos de português, o apoio financeiro nos primeiros meses e as orientações sobre direitos e deveres são os principais serviços utilizados. Já o CEPRI atua como clínica de apoio jurídico, atuando na regularização e documentação que garante o direito do refúgio e a permanência no Brasil. Em geral atende casos não resolvidos pela justiça, seja pela complexidade ou pela demora dos julgamentos. Assim sendo, para a comunidade presente há mais de dois anos no país, é muito relevante. O CEIPARM, por fim, representa todo o estado do Rio de Janeiro e elabora políticas públicas relacionadas aos refugiados e imigrantes. É um importante articulador entre sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), com os representantes do governo e outras

instituições. As duas primeiras instituições se articulam com a última. Para os refugiados, todas dão suportes à integração para a própria organização comunitária que já possuem. Sem a presença ativa e o apoio da própria comunidade e sociedade, a recepção de refugiados e imigrantes enfrentaria maiores desafios, já que todas as ações são realizadas através de articulações e financiamentos partindo principalmente da sociedade civil.

Estar em campo, nos eventos, observar, aproximar e conversar com refugiados de diversas nacionalidades nos permitiu refletir sobre inúmeras situações que jamais seriam pensadas em qualquer outro ambiente. Moramos no Rio de Janeiro por cinco meses (de março a julho de 2019). Tivemos a oportunidade de participar de muitos eventos científicos e culturais relacionados ao refúgio, além de visitar e entrevistar as instituições e refugiados.

Esse tempo morando em uma das metrópoles mais importantes do Brasil representou uma experiência nova e muito desafiadora. Dependemos de indicações dos locais, de aplicativos de ônibus, informações de como, quando e com quem chegar a certos espaços. Em certos momentos o sentimento foi de medo. Mas precisávamos estar nesses espaços para podermos compreender de perto alguns desafios, e de prontidão a comunicação se sobressaiu. De maneira nenhuma podemos comparar as nossas realidades, mas esses momentos nos sensibilizava ao nos colocar minimamente no lugar dessas pessoas, que saíram de seu país muitas vezes apenas com a roupa do corpo, chegaram em outro sem saber onde se estabelecer, como buscar ajuda, iniciando uma nova vida “do zero”. Quando indagados sobre os desafios e a primeira resposta dada era “a língua”, isso significava muitas histórias de superação, muita força, muita coragem para estarem ali compartilhando suas trajetórias em português.

Os refugiados compartilham suas vidas, cultura, sonhos e projetos pessoais para um público que tem a possibilidade de viajar para lugares que talvez seus pés nunca possam pisar. Cada movimento tem significado, tem história. Nesse sentido, os eventos científicos⁸² que tivemos a oportunidade de estarmos presentes se incluem na lista das oportunidades de escuta dos desafios, dos problemas, angústias, superações, auxiliando para que nós, pesquisadores, possamos contribuir na difusão do conhecimento.

⁸² Destacamos aqui o Simpósio de Pesquisa sobre Migrações (estivemos presente nos anos 2018 e 2019), o Curso de Verão Refúgio e Migração em uma perspectiva Global (participamos nos anos 2018 e 2019), o VI Seminário NIEM, e o Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou compreender os principais desafios enfrentados pelos refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro, tanto na chegada quanto durante a permanência. A partir de entrevistas realizadas com os próprios e com as instituições voltadas ao acolhimento e acompanhamento, dos trabalhos de campo nos territórios, de participações em eventos acadêmicos e de integração, do acompanhamento de notícias e das inúmeras leituras efetuadas ao longo deste trabalho, foi possível conhecermos um pouco desse universo. A escolha dos sujeitos de fala decorreu de suas importâncias enquanto representações para o grupo (líder comunitário, representação feminina e juventude). Embora cada sujeito envolvido possua suas singularidades, ao analisar o conjunto foi possível identificar os pontos em comum.

A língua foi o primeiro e o principal desafio apontado por todos, tanto pelos congolese quanto pelas instituições. A comunicação é um grande obstáculo para a integração inicial, em uma chegada já turbulenta e pouco planejada (como vimos, foi comum o refugiado ter conhecimento de seu destino apenas quando estavam muito próximos da viagem). Disso decorre que a principal necessidade inicial seja a oferta de cursos de língua portuguesa, pois somente uma comunicação eficaz pode viabilizar o entendimento dos direitos, deveres e outras possibilidades no país.

Como segundo desafio está a documentação. Ao chegar ao território brasileiro, o refugiado recebe um protocolo. Destacamos dois pontos sobre isso: primeiro, apesar de ser oficial, o protocolo é um documento sem foto e com data de validade. Por falta de conhecimento da sociedade em geral, muitos solicitantes de refúgio são impedidos de acessarem certos serviços, tais como educação e saúde, mesmo possuindo o direito de acesso já na chegada. Segundo, a demora no julgamento dos casos (por dois ou mais anos) os colocam em condição de vulnerabilidade, pois não é possível o planejamento estável sem a garantia da permanência no país.

Aliado a língua e a documentação, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal complementa o quadro. Essas questões são indissociáveis: os problemas de comunicação e a (falta de) documentação afetam diretamente o mercado de trabalho. Disso resulta que os principais postos de trabalho ocupados por congolese são em serviços gerais, mesmo que alguns sejam altamente qualificados (caso de Graça, a congolese poliglota formada em Ciência da Computação). Ser autônomo tem sido a estratégia usada para

contornar esse problema, bem como o investimento em salões especializados em tranças (trabalho geralmente realizado por mulheres) e cortes de cabelo (trabalho geralmente realizado por homens) uma solução constante. Ainda, a busca de parcerias para formação profissional tem representado uma possibilidade de atualização. Na maior parte dos casos, os congoleses chegam ao Brasil somente com o ensino médio concluído. Como vimos, ter uma renda é urgente para a maioria deles, pois, além dessa servir para o sustento da família no Brasil, muitos possuem responsabilidades com parentes próximos deixados na RDC.

Mesmo não constituindo um desafio diretamente apontado pelos entrevistados, a ocupação territorial periférica pela maioria da comunidade revela a equivalência da configuração urbana histórica que acompanha a presença do negro brasileiro nos mesmos locais. Soma-se a isso o efeito da especulação imobiliária, a qual, cada dia mais, tem empurrado essa população para lugares mais distantes, mais violentos, deixando-os em condições de maior vulnerabilidade.

A relação dos refugiados congoleses com os brasileiros e as instituições de apoio, por vezes conflituosa, é outro inconveniente. Questionamentos toscos ou observações insensíveis demonstram o desconhecimento dos brasileiros do que é refúgio, desconhecimento do que é o continente africano. Para os congoleses, isso causa incômodo e a sensação de que estão em um campo de disputa de territórios e tudo o que há nele, principalmente os empregos, o acesso a saúde e a educação. Não raro o refugiado é estigmatizado de criminoso, fugitivo, entre outras rotulações depreciativas. Por outro lado, quando se articulam, formam redes e se fortalecem enquanto comunidade. Isso pode contribuir para certo isolamento, pois a manutenção de suas formas de vivência, cultura, língua, etc. entre eles mesmos é privilegiada, prejudicando a maior integração com a comunidade brasileira. É nesse sentido que atuação das instituições na promoção de atividades de integração local torna-se essencial.

O papel das instituições é de fundamental importância na sensibilização, informação e promoção de meios e articulações para a integração. No entanto, como apontado por todos os participantes dessa pesquisa, o trabalho das instituições tem sido prestado aos congoleses essencialmente na chegada. Há diversos fatores por trás dessa questão, mas a principal é a falta de recursos financeiros. Nesse ponto, cabe evidenciar a ausência do Estado atuando efetivamente junto às questões migratórias no Brasil, a legislação e formalização dos documentos estão ligados ao Estado, no mais todos os outros assuntos relacionados a integração estão concentrados em organizações e instituições representantes. Outro aspecto ressaltado é que algumas dessas instituições estão interessadas no uso da imagem do

refugiado, seja para solicitação de doações ou em eventos relacionados ao tema. É uma relação de necessidade dúbia.

Ainda sobre a relação refugiado congolês - sociedade brasileira, algumas experiências relatadas nesse trabalho indicam a presença do racismo nas formas de tratamento dos primeiros, expressão do racismo impregnado na nossa sociedade. Ou seja, ele se manifesta por vezes de modo pessoal e/ou estruturado nas instituições que utilizam. De acordo com os relatos, fica impossível distinguir os atos de racismo e xenofobia, já que o preconceito apresentado pode refletir o incômodo da presença do estranho — caracterizando a xenofobia —, ou pela atribuição ao grupo de características negativas, sobre o qual se cria uma posição de superioridade diante do refugiado, configurando o racismo. É o que observamos ao longo do trabalho, tanto pelo histórico de colonização da República Democrática do Congo, quanto pelo histórico brasileiro de incentivo às migrações e exclusão do negro. Atualmente, a noção de raça biologicamente falando já foi superada, mas o racismo se atualiza. Dessa forma, mesmo que não se utilize o termo raça, o racismo permanece no cotidiano, já que culturalmente está introjetado no imaginário da sociedade.

Dessa forma, quando ouvimos os congoleses relatarem seus incômodos sobre o desconhecimento do brasileiro sobre África, por exemplo, podemos interpretar esse desconhecimento como racismo, não em sua forma pura, mas em sua forma estrutural, já que tanto nos foi negado o conhecimento sobre o continente. Segundo Almeida (2019), o racismo possui três dimensões: a individual, relacionada com ações particulares ou de pequenos grupos, tratada como crime embora a responsabilização acabe não sendo social; a institucional, quando o racismo é praticado a partir das instituições, representantes de interesses e modelos homogêneos de sociedade; e a estrutural, que é o próprio modo como se estrutura a sociedade, englobando todas as outras ações, individuais ou institucionais, incrustada em um sistema criado e recriado a todo tempo para sua manutenção. O racismo acompanha o congolês, e está por trás de sua necessidade de sair — seja pelo motivo de conflito na região, por questões políticas ou econômicas. Tomando por base o histórico da RDC realizado nesse trabalho, esperamos que tenha ficado explícito que o racismo nunca se desvinculou ou superou o colonialismo.

Para além, interpretamos a des-territorialização como um processo muito doloroso. No caso dos congoleses, esse processo pode iniciar-se muito antes da necessidade da partida, já que condições básicas não são contempladas, nem mesmo o direito à vida é resguardado em alguns momentos. A re-territorialização, para esse grupo, é outro processo também longo e

desafiador. Mesmo com a formação das comunidades, algo que contribui extensivamente para a integração e a construção de uma rede de solidariedade entre essas pessoas, as formações são em regiões periféricas e, já realidade a expansão dessa periferização. A falta de estabilidade, seja pela falta de documentação ou pela falta de emprego e renda fixa, gera decepção. Por isso mesmo, o Brasil acaba não sendo um país em que os refugiados se fixam permanentemente. Por esses motivos também é que os anos recentes têm registrado a enorme saída de congoleses em busca de outros locais para refúgio. À semelhança do negro brasileiro, o refugiado congolês passa por aquilo denominado por Milton Santos de *apartheid* à brasileira, fenômeno que coloca os seus corpos em condições e espaços sociais e econômicos marginalizados.

Reiteramos que a formação de uma rede, a construção da comunidade, tem constituído a principal estratégia de resistência e manutenção no país. O apoio fundamental vem da própria comunidade, e se expressa na recepção, no apoio em relação a língua, moradia, trabalho, enfim, nas diversas dimensões da vida social. As próprias instituições citadas ratificam a importância da comunidade na vida dos refugiados.

Diante do exposto, não é possível concluir esse trabalho. Os muitos desafios dos congoleses na cidade do Rio de Janeiro são denunciados por eles mesmos, pelas instituições e por pesquisas anteriores. A dinâmica atual do movimento migratório aponta que congoleses os refugiados congoleses que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor, partem por esse mesmo motivo.

A pesquisa tentou conhecer esses que Bauman (2017) chama de “estranhos”, e que chegam à nossas portas. Muitas vezes, o desconhecimento sobre o assunto gera medo, ansiedade e os muitos questionamentos, não somente para os refugiados, como também para a sociedade em geral, abrangendo as esferas políticas nacionais e internacionais.

Certo dia, conversando com Yves, falávamos sobre as inquietações da pesquisa, sobretudo, sobre a preocupação do retorno ao grupo. Em um cenário político de incertezas, em que pactos são quebrados, a ciência atacada, questionamos sobre como poderíamos contribuir. Ele respondeu que a contribuição está no nosso potencial de informação aos brasileiros (Estado e sociedade civil), a partir das falas dos próprios sujeitos, quem e quais são, de fato, os refugiados congoleses e as suas adversidades diárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALELUIA, Lumena; MATTOS, Amana. **Mulheres congolesas refugiadas no Rio de Janeiro: os desafios de uma história única**. In: 13º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES (MM). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017.

ALMEIDA, Silvio Luíz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Quais são os direitos de um refugiado?** S.d. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/#direitos>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

_____. **Números do refúgio no Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros_do_refugio_n_o_rio_de_janeiro_abr_2016.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

_____. **Dados sobre refúgio**. 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: 18 de abril 2019.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALOI, Jochua. **Análise do sistema político da República Democrática de Congo**. 2017. Disponível em: <<https://ustm.academia.edu/JochuaBaloI>>. Acesso em 06 de maio de 2019.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado. **Revista do Direito da UNISC**. Santa Cruz do Sul, v.2, n. 46, 2015.

BATSÍKAMA, Patrício. **Origens do Reino do Kôngo consoante a bibliografia e a tradição oral**. João Pessoa: Universitária/ UFPB. 2012. Zaire: Universidade 11 de Novembro 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, Olga Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. Lei nº 7, de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Página 182 Vol. 1 pt I. 1831.

_____. Lei Imperial nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro, MN, 05 set. 1850. Registrada a fl. 135 v. do Lv. 1º de Leis. **Secretaria d'Estado dos Negócios da Justiça**, 1850.

_____. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. **Secretaria d'Estado dos Negócios do Império**, 1850.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. CLBR, 1871.

_____. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. **Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas**, 1885.

_____. Lei nº 3.353. Declara extinta a escravidão no Brasil. CLBR, 1888.

_____. Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**, 1980.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 1997.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 2003.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 2008.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 2017.

BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. **O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)**. São Paulo: 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

CAMINO, Leoncio et al. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, pp 13-36, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235920706_A_face_oculta_do_racismo_no_Brasil_Uma_analise_psicossociologica>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

CÁRITAS. **Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio**. 2013. Disponível em: < <http://www.caritas-rj.org.br/> >. Acesso em: 15 abril 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad.: Anísio Garcez Homem. Letras Contemporâneas, 2010.

CIDADE, Natália da Cunha. **Refugiados urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COLÓQUIO INTERNACIONAL EM COMEMORAÇÃO DO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA SOBRE REFUGIADOS. **Declaração de San José**. San José: ACNUR, 1994.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). **Refúgio em números**. 2018. Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuem-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view>. Acesso em 15 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os)**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Resolução Normativa nº 97 de 02/12/2012. **Diário das Leis**. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=225206#art4>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 3ª Reimpr., 2015.

_____. **Em defesa da revolução africana**. São Paulo: Raízes da América, 2018.

FREYRE, Gilberto [1933]. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos da AEL**. Campinas: v. 15, n. 27, pp173-209, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras, Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: UCPA; Diáspora Africana, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo:** uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822 a 1914. In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. Anais eletrônicos. Alegre: ANPUH-RS, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo:** diário de uma favelada. 10ed. São Paulo: Ática, 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal:** o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira. **Revista de Saúde Pública.** São Paulo: v. 8, pp 49-90, 1974.

LORENZ, Stella. **Processos de purificação:** expectativas ligadas à migração alemã para o Brasil (1880-1918). **Espaço Rural.** Marechal Cândido Rondon, ano IX, n.19, pp29-37, 2008.

LUMUMBA, Patrice. **A África será livre.** Brasília: Editora Reaja, 2018.

MACEDO, Marcelle Christine Bessa de. A exploração de Coltan e os conflitos no leste da República Democrática do Congo. **Revista NEIBA.** Rio de Janeiro: v. 5, nº 1, pp 1-12, 2016.

MALOMALO, Bas'Ílele. Desafios da democracia e do desenvolvimento na África: um olhar sobre a República Democrática do Congo a partir da Diáspora negra brasileira. In: OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de; RAMOS, Jeannette Filomena Pouchain; OKOUDOWA, Bruno (Orgs). **Cá e Acolá:** Experiências e debates multiculturais. Fortaleza: UFC, 2013.

MARTINS, Gizele. **Militarização e censura:** a luta por liberdade de expressão na Favela da Maré. 1ª Ed. Rio de Janeiro: NPC, 2019.

MASSEY, Doreen. O sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: v. 39, n. 4, pp 823-848, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018a.

_____. **África é a última fronteira do capitalismo.** Entrevista concedida ao jornal Público. António Guerreiro (Texto) e Miguel Manso (Fotografia). 2018b. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/12/09/mundo/entrevista/africa-ultima-fronteira-capitalismo-1853532>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

_____. Os africanos devem se livrar do desejo da Europa. **Revista IHU on-line.** 2019a. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/586697-os-africanos-devem-se-livrar-do-desejo-da-europa-artigo-de-achille-mbembe>>. Acesso em 06 de maio de 2019.

_____. A ideia de um mundo sem fronteiras. **Serrote.** 2019b. Disponível em: Disponível em: <<https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

M'BOW, M. Amadou Mahtar. PREFÁCIO Diretor Geral da UNESCO (1974-1987). In: **História geral da África, I: Metodologia e pré -história da África.** – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/search/d42c46e1-7536-4817-b284-c6ed70452993>>. Acesso em 28 de maio de 2020.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Apontamentos sobre migrações e refúgio no contexto internacional e nacional. In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97.** São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, CONARE. **Refúgio em números.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/01/refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Uma estranha noção de ciência: repercussões do pensamento eugênico no Brasil. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica.** Recife: n. 27-1, pp 279-330, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, Julia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local.** **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, ano XXII, n. 43, pp 85-98, 2014.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A Invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: III SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. **Anais eletrônicos.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2020.

_____. **A República Democrática do Congo – RDC.** África. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** São Paulo: Perspectiva. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual.** Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NDIAYE, Gana. Mobility and Cultural Citizenship: The Making of a Senegalese Diaspora in Multiethnic Brazil. EM: Meerzon Y., Dean D., McNeil D. (eds) **Migration and Stereotypes in Performance and Culture.** pp 157-177, 2020.

NOTEN, Van; MARET, P.; COHEN, D. A África central. In: **História geral da África, II: África antiga /** editado por Gamal Mokhtar. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1008 p. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/search/d42c46e1-7536-4817-b284-c6ed70452993>>. Acesso em 28 de maio de 2020.

OLIVEIRA, William Vaz; ROCHA, Cecília de Castro; LEAL, Mara de Souza Leal. Intolerância étnica e racial: o pensamento eugenista no Brasil e o ideal de “purificação” das raças. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS.** Uberlândia: v. 20, n. 36/37, pp 75-82, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951).** Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre Migração.** S.l., n. 22, 2009. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: v. 19, n. 3, pp 23-33, 2005.

REUNIÃO COMEMORATIVA DO VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA SOBRE REFUGIADOS. **Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina.** Cidade do México, 2004. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico.pdf?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 42.182, de 11 de dezembro de 2009.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933.** Tese (Doutorado em História da Ciência) - Departamento de História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANT’ANA, Fabiana Lemos. **A imigração haitiana no Brasil contemporâneo.** 2017. 87f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações.** Brasília, 2015.

SANTOS, Mauro Augusto dos; et. al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHUMACHER, Aluisio Almeida; SALUM, Gabriel Cunha. **Reconhecimento social e orientação de políticas para migrantes e refugiados. RIDH Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos.** Bauru, v. 5, n. 1, pp. 17-36, 2017.

SERRICELLA, Julianna Silva. **Globalização e refúgio: os refugiados congolese na cidade do Rio de Janeiro como exemplo dessa relação complexa.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia e Meio Ambiente - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP.** São Paulo, n.53, pp 117-149, 2002.

SILVA, Igor Castellano da. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz.** Porto Alegre: Editora Leitura XXI, CEBRAFRICA 2012.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas.** São Paulo: Ática, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TANNURI, Maria Regina Petrus. **Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”**: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **História Indígena: 500 anos de despovoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

VALENZOLA, Renato Henrique. O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais. **LEVS - Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**. Marília: UNESP. Ed. 12, 2013.

VANSINA, J.; a partir de uma contribuição de T. Obenga. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/search/d42c46e1-7536-4817-b284-c6ed70452993>>. Acesso em 28 de maio de 2020.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, pp 133-166, 2005. Disponível em: <http://200.19.248.10:8002/professores/rselias/educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_n_106392003.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Trad. Celina Brandt; Sup. José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: UFRJ; Revan, 1998. 2ed., 2008. 1 reimpr., 2015.